

NANCI RODRIGUES GOMES CORRÊA

**A PRESENÇA DA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA DO
BRASIL(EIRO) NO DISCURSO LITERÁRIO DO SÉCULO
XIX**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2006**

NANCI RODRIGUES GOMES CORRÊA

**A PRESENÇA DA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA DO
BRASIL(EIRO) NO DISCURSO LITERÁRIO DO SÉCULO
XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor no Programa de Língua Portuguesa, sob orientação da Professora Doutora Jeni da Silva Turazza.

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2006**

Banca Examinadora

*Meu Deus,
Obrigada por orientar os meus passos
E estar sempre ao meu
Lado.*

*Meus pais,
Mário, saudade.
Minha mãe,
Ângela, companheira-amiga,
Obrigada, pelo incentivo e confiança.*

*Meus irmãos,
Luís, saudade.
Mariângela, compreensão.*

*Ao meu grande
Amor-companheiro,
Adélcio,
Pelas horas de solidão,
Carinho, ternura, colaboração e preces.*

*Aos meus
queridos filhos,*

*Anderson e Aline,
Pelas confortantes palavras de apoio,
Incentivo, amizade e carinho.*

*Heleny e Roberto
Pelos momentos de incentivo,
Confiança e suporte tecnológico.*

*À minha
Amada Neta
Natália,
Luz dos meus dias,
Razão do meu viver.*

À

Professora Doutora

Jeni da Silva Turazza,

Compreensão, humanidade.

Mestre na arte de ensinar a pesquisar,

Sem medo de errar, compromisso com a

Construção do saber.

Aos meus

Queridos Mestres:

*Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento,
um modelo a ser seguido, profissional e amigo.*

*Prof. Dr. Luís Antônio Ferreira
Por iluminar sabiamente o caminho a ser percorrido.*

*Prof^a. Dr^a Ana Nilse Rodrigues Barasnevicius,
Pela dedicação.*

*Prof^a. Dr^a Vera Lúcia Andrade Bahiense Pavanella,
Um exemplo profissional e brilhante orientação.*

*Aos Amigos,
Professora Patrícia Areias,
Professor Marcos Maurício,
Suporte em língua estrangeira.
Professora Mestre Celeste Fragoso
Incentivo, apoio e dedicação.*

Capes

Por ter possibilitado a Investigação,

Apoio primordial.

Aos meus
Queridos Alunos da Unicapital
Letras, Pedagogia e Direito
Ensinando e Aprendendo
Aprendendo e Ensinando,
Sempre.

Esta Tese está centrada na área da Análise do Discurso francesa (AD) e na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem por tema a Identidade Lingüística do povo brasileiro inscrita no discurso literário do século XIX, por meio de usos lexicais. Fundamentada em pressupostos teóricos da AD, tem em Pêcheux seu maior representante. Noções de língua, cultura e nação estão circunscritas nas categorias analíticas Discurso, Sociedade, História e Ideologia, com visão multi e transdisciplinar. Por pressupostos metodológicos, tem-se o exame comparativo do discurso da História-Oficial, conforme Freire (2002) e Ribeiro (2005), e da História-não-Oficial de épocas diferentes, por critério, o ponto de vista do leitor-pesquisador. Nesse processo, qualificam-se os textos literários como fonte historiográfica da Identidade Lingüística Nacional e, para registrá-la, são recriados os modelos estereotipados ou cristalizados da língua usual. A hipótese, que orienta o estudo realizado, é a de que, se o indivíduo é um ser que transforma, cultiva ou conserva, suas formas de agir e interagir na/pela linguagem são sustentadas por mudanças que implicam permanências; razão pelas quais, as transmutações, no campo da linguagem, arrastam consigo as matrizes do passado. Esse período representa transição sócio-político-cultural, em que o Brasil passa de Colônia a Estado-Moderno e dele emerge um novo/Homem. O *corpus* analisado é composto por fragmentos da obra *O Mulato* (1881) de Aluísio Azevedo. Por procedimento metodológico, percorreram-se as formações discursivas, em busca do uso lexical da língua portuguesa, para caracterizá-la como traço legitimador da Identidade Lingüística do Brasil. Os resultados obtidos indicam que a hipótese foi adequada e, que os objetivos foram atingidos, sendo estes: geral – contribuir para o reconhecimento da Identidade Lingüística do Brasileiro; específicos: 1. examinar a Identidade Lingüística, pelos usos lexicais presentes no discurso literário, concebido na/pela interdiscursividade com o discurso da História-Oficial; 2. reconstruir pela historiografia, as marcas de brasilidade presentes no discurso da História-Oficial; e, 3. apresentar, pelo discurso literário, os modelos lingüísticos que propiciam a formação da Identidade Lingüística do Brasileiro.

Palavras-Chave: Identidade-Lingüística; Interdiscursividade, História, Ideologia.

This Thesis is in the field of the French Discourse Analysis within History and Description of Portuguese Language Graduate Studies Program at the Pontifical Catholic University of São Paulo. Its theme is the Linguistic Identity of the Brazilian People, registered in the literary discourse of the Nineteenth Century, through lexical uses. It relies on the theoretical presuppositions of the French Discourse Analysis, which main representative is Pêcheux. Accordingly, the notions of language, culture and ideology are circumscribed by the analytical categories of Discourse, Society, History and Ideology, within a multi- and cross-disciplinary focus. Methodological presuppositions are retaken Official-History readings by Freire (2002), and Ribeiro (2005), and Non-Official-History from different period., and criteria are the point of view of the reader-researcher. At this process, literary texts are qualified as historical resources of National Linguistic Identity, and to register it, stereotyped or crystallized models of usual language are re-created. The hypothesis, that guides the study is that, if the man is a human being that transforms, raises and maintains, his own ways of act and interact through language are supported by changes that involves stays; reason, the transmutations, in languages fields, hauls matrixes from the past. This period represents social-political-cultural transition, in which Brazil passes from Colony to Modern-State and rises a new/Man. The *corpus* reviewed is composed of selected texts of *O Mulato* (1881) by Aluísio Azevedo. The methodological procedure adopted has to scan the discourse formation in search of lexical uses of the Portuguese language to legitimate them as responsible of the Brazilian Linguistic Identity. The results obtained point out that the hypothesis is suitable and that the goals were achieved, namely: overall goal: 1. to contribute to the knowing of the real Brazilian Linguistic Identity, by the lexical uses in the literary discourse, accorded in/by interdiscursivity with Official-History Discours; 2. to remodel by historiography, the Brazilian marcs present in the literary discourse; and, to present, by literary discourse, the linguistics models that are favorable to the Brazilian Linguistic Identity formation.

Keywords: Linguistic Identity, Interdiscursivity, History, Ideology

Esta Tesis está centrada en el área del Análisis del Discurso francés (AD) y en la línea de investigación Historia y Descripción de la Lengua Portuguesa del Programa de Estudios de Postgrados en Lengua Portuguesa de la Pontificia Universidade Católica de São Paulo. El tema es la Identidad Lingüística del pueblo brasileño inscrita en el discurso literario del siglo XIX, por medio de usos del léxico. Está basada en las teorías del Análisis del Discurso francés, que tiene Pêcheux como su principal representante. En ese sentido, las nociones de lengua, cultura y nación están circunscritas en las categorías analíticas Discurso, Sociedad, Historia e Ideología, con visión multi y transdisciplinaria. Por presupuestos metodológicos, se tiene el examen comparativo del discurso de la Historia-Oficial, como visto en Freire (2002) y Ribeiro (2005), y de la Historia-no Oficial de épocas diferentes, así como por criterio, el punto de vista del lector investigador. En ese proceso, se califican los textos literarios como fuente historiográfica de la Identidad Lingüística Nacional y, para registrarla se recria los modelos estereotipados o cristalizados de la lengua usual. La hipótesis, que orienta el estudio realizado, es la de que, si el individuo es un ser que transforma, cultiva o conserva, sus formas de actuar e interactuar en/por el lenguaje se sostienen a causa de los cambios que implican permanencias; por ello, las transmutaciones, en el campo del lenguaje, arrastran consigo las huellas del pasado. Ese período representa transición socio-político-cultural, en el que Brasil pasa de Colonia a Estado-Moderno y del cual emerge un nuevo/Hombre. El *corpus* analizado se compone por fragmentos de la obra *O Mulato* (1881) de Aluísio Azevedo. O procedimiento metodológico adoptado fue el de recorrer las formaciones discursivas, buscando el uso del léxico de la lengua portuguesa, para caracterizarla como marco legitimador de la Identidad Lingüística del Brasileño. Los resultados obtenidos indican que la hipótesis fue adecuada y los objetivos, atingidos; estos son: general - contribuir para el reconocimiento de la Identidad Lingüística de Brasil; específicos 1. examinar la Identidad Lingüística, por los usos de léxico presentes en el discurso literario, concebido en/por la interdiscursividad con el discurso de la Historia-Oficial; 2. reconstruir por la historiografía, las marcas de brasilidad presentes en el discurso de la Historia-Oficial; y, 3. presentar, por el discurso literario, los modelos lingüísticos que propician la formación de la Identidad Lingüística del Brasileño.

Palabras-Clave: Identidad-Lingüística; Interdiscursividad, Historia, Ideología.

INTRODUÇÃO	01
------------------	----

CAPÍTULO I

<i>Pelas Veredas da Análise do Discurso</i>	10
1.1 Algumas Considerações	11
1.2 Análise do Discurso: uma Discussão Necessária.....	14
1.3 Materialidade Discursiva: uma Categoria Analítica.....	17
1.4 Fatores da Textualidade: Interdiscursividade e Intradiscurso.....	20
1.5 AD: O Sujeito e o Funcionamento da Linguagem.....	22
1.6 Discurso e Ideologia: uma Categoria Analítica.....	25
1.7 Comunidade e Sociedade: uma Discussão Necessária.....	28
1.7.1 Pactos e Contratos: um Modelo Sociocultural.....	30
1.8 Discurso e História: uma Categoria Analítica.....	33
1.8.1 Categorias Discursivas: Orientação das Formas Discursivas.....	35
1.9 Discursos: História-Oficial e História-não-Oficial.....	39
1.10 Texto Literário: Espaço para a Produção de outras Histórias.....	41
1.11 Negro: um Constructo da História do Homem.....	42
1.12 As Narrativas: uma Diversidade das Relações Sociais.....	45
1.13 As Formas Simbólicas: Multiplicidade de Representações Discursivas.....	47
1.14 Identidade: a Semelhança na Diversidade.....	49
1.15 Português: um Idioma Matizado.....	52
1.16 Cultura e Identidade: um Legado da Humanidade.....	54
1.17 Léxico e Discurso: um Uso Interativo.....	56

CAPÍTULO II

<i>As Marcas de Brasilidade do Novo-Homem Presentes nos Registros da História-Oficial e da História-não-Oficial</i>	58
2.1 Algumas Considerações.....	59
2.2 A História-Oficial do Brasil: um Espaço para Visitação.....	59
2.3 História do Brasil: uma Visita ao Discurso Fundador.....	60
2.4 Brasil: Colonialismo Escravista.....	63
2.5 Brasil: um Espaço para Transformações Econômicas e Culturais.....	64
2.6 Identidade: Reconhecimento de um Direito.....	68

2.6.1	Identidade: o Reconhecimento Lingüístico.....	69
2.7	Neo(Brasil)eiros: Sujeitos de Produção Cultural.....	71
2.8	Estado-Moderno: Independência – Brasil-Nação.....	73
2.9	Colonizador: um Responsável pelos Registros da História Oficial.....	74
2.10	Seleção Lexical: uma Responsabilidade pela Construção do Saber.....	78
2.11	A História-não-Oficial do Brasil: um Espaço para Visitação.....	79
2.11.1	Século XVI: Visita a Alguns Literatos.....	81
2.11.2	Século XVII: Visita a um Poeta.....	84
2.12	Brasil-Nação e Brasil Estado-Moderno: Marcos em Registro.....	86

CAPÍTULO III

A Organização Lexical da Identidade Lingüística do Povo Brasileiro

	<i>no Século XIX.....</i>	92
3.1	Algumas Considerações.....	93
3.2	Exame de <i>Corpus</i> : à Luz das Categorias Analíticas da AD.....	96
3.2.1	Análise do Fragmento Base 1.....	96
A.	Superfície Discursiva.....	97
B.	Formação Discursiva.....	97
C.	Campo Discursivo.....	97
D.	Objeto Discursivo.....	98
E.	Interdiscurso.....	98
F.	Intradiscurso.....	99
G.	Materialidade da Linguagem.....	101
H.	Materialidade Discursiva.....	101
I.	Memória Social.....	102
J.	Espaços Discursivos.....	102
L.	Sujeitos.....	103
M.	Formação Ideológica.....	104
3.3	História-não-Oficial: Espaço para Eventos Extraordinários.....	105
3.3.1	Evento Extraordinário: Festa de Nossa Senhora dos Remédios.....	105
3.3.2	Análise do Fragmento Base 2	106
A.	Superfície Discursiva.....	108
B.	Formação Discursiva.....	108
C.	Campo Discursivo.....	109
D.	Objeto Discursivo.....	109

E. Interdiscurso.....	110
F. Intradiscurso.....	111
G. Materialidade da Linguagem.....	115
H. Materialidade Discursiva.....	116
I. Memória Social.....	117
J. Espaços Discursivos.....	117
L. Sujeitos.....	118
M. Formação Ideológica.....	119
3.4 O Sertanejo: um Homem Brasileiro.....	121
3.4.1 Análise do Fragmento Base 3.....	122
A. Superfície Discursiva.....	123
B. Formação Discursiva.....	123
C. Campo Discursivo.....	124
D. Objeto Discursivo.....	124
E. Interdiscurso.....	124
F. Intradiscurso.....	126
G. Materialidade da Linguagem.....	128
H. Materialidade Discursiva.....	128
I. Memória Social.....	129
J. Espaços Discursivos.....	129
L. Sujeitos.....	130
M. Formação Ideológica.....	130
3.5 Brasileiro: um Novo-Homem.....	131
3.5.1 Análise do Fragmento Base 4.....	131
A. Superfície Discursiva.....	132
B. Formação Discursiva.....	132
C. Campo Discursivo.....	133
D. Objeto Discursivo.....	133
E. Interdiscurso.....	133
F. Intradiscurso.....	133
G. Materialidade da Linguagem.....	135
H. Materialidade Discursiva.....	135
I. Memória Social.....	136
J. Espaços Discursivos.....	136
L. Sujeitos.....	137
M. Formação Ideológica.....	139

CONCLUSÃO.....	142
BIBLIOGRAFIA.....	156
ANEXOS.....	171

*Se nunca abandonas
O que é importante para ti,
Se te importas tanto
A ponto de estares disposto a lutar
Para obtê-lo, assegura-te que tua vida
Estará pela de êxito
Será uma vida dura
Porque a excelência não é fácil;
Mas valerá a pena.
De Um*

Esta Tese está centrada na área da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e tem por tema a formação e consolidação do Português do Brasil, revelador da Identidade Lingüística Nacional, nos/pelos usos lexicais inscritos na obra *O Mulato* (1881) de Aluísio Azevedo, pertencente ao discurso literário do século XIX. Esta investigação está situada na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A complexidade do tema proposto para o tratamento do processo de construção lingüística do português brasileiro decorre do uso da língua, pelo/no encontro de três raças, brancos, índios e negros, entre os séculos XVI e XIX. Devido à natureza multi e transdisciplinar da Identidade Lingüística Nacional, acredita-se que seja possível encontrar matrizes da construção das Identidades Lingüística, Cultural e Nacional do Brasileiro no texto literário, em interdiscursividade com discursos que constituem outro modelo de representação o da chamada História-Oficial.

Os estudos, com base nos usos lexicais daquele tempo, visam atingir o Objetivo Geral, qual seja contribuir para o reconhecimento da Identidade Lingüística do Brasileiro e, por Objetivos Específicos:

- 1) examinar, pela concepção da AD a Identidade Lingüística, tendo em vista a constituição do léxico nacional brasileiro presente nas formações discursivas literárias, concebendo-a na/pela interdiscursividade com o discurso da História-Oficial;
- 2) reconstruir, pelos princípios da AD sob uma perspectiva historiográfica de caráter teórico-analítico, as marcas de brasilidade presentes no discurso da História-Oficial, nos quais a subversão histórica focaliza o nativo que passa a existir e, com isso, torna-se o principal responsável pela invenção de um novo uso lingüístico no território nacional brasileiro; e,

3) apresentar, pelo discurso literário, os modelos lingüísticos que fundamentam e propiciam a formação da Identidade Lingüística do novo-homem representado no século XIX, na medida em que tais modelos facultam considerar que todo processo de socialização abarca processos de aculturação pela reinterpretação da Terra e do Homem.

Aroux (1992) acredita ser possível descrever e instrumentar uma língua, por meio de duas tecnologias: *a gramática e o dicionário*. Sabe-se que, no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, há a gramatização do tupi e o desenvolvimento de uma Língua Geral que possibilita a comunicação entre os indígenas e os colonizadores. É por intermédio dessa tecnologia lingüística que se chega à conquista, expansão e colonização do território nacional. Nesses termos, a Língua Geral passa a ser de grande importância para os habitantes do Brasil, é amplamente usada e difundida não só no território nacional. Sua gramatização leva-a também a Portugal, espaço onde é ensinada pelos jesuítas. No entanto, no final do século XVIII, o marquês de Pombal proíbe o uso dessa Língua Geral e no documento *Diretório dos Índios* oficializa, definitivamente, a língua como uma Instituição Nacional Portuguesa na colônia.

Assim, justifica-se a pesquisa no discurso literário do século XIX que se caracteriza por apresentar registros dos usos lingüísticos de seu povo, cujo marco se inscreve também em um tempo qualificado pelo encontro de homens que vivenciaram experiências diferentes, configuradas por modelos de formação socioculturais diferenciados; e, por isso, usuários de línguas diferentes. Desse encontro, emergem processos de socialização e de aculturação que, no fluxo do longo tempo, respondem pela matriz de um novo homem o *Brasileiro - um misto do branco, do índio e do negro*¹. Esse misto se inscreve na idiomatização do sistema lingüístico do português para registrar o novo modo de ser e de proceder no mundo da vida, moldado pela ideologia ou valores dos Estados – Colonial e Nacional.

¹ Grifo da pesquisadora

Esse processo de idiomatização se faz extensivo ao tempo da colonização, de sorte a se poder afirmar que a construção da Identidade Lingüística do Brasileiro qualifica-se pela relação das identidades: cultural e nacional, associando língua e cultura. Essas são interfaces de uma mesma moeda, realizando-se por relações de complementaridade.

Assim visto, o século XIX exige o registro em língua desse novo modelo de representação capaz de inserir o velho ponto de vista numa nova focalização, pela qual o Homem Brasileiro, a Terra e o sistema sócio-político-econômico devem ser reinterpretados. Esse novo modelo de representação demonstra a re-interpretação da velha história oficial e a construção de um outro discurso do qual vai se ocupar a literatura brasileira. Nesse tempo, os intelectuais da literatura brasileira propõem-se a registrar em Língua Portuguesa do Brasil as matrizes da identidade cultural que, construída no curso do tempo, é reinventada e passa a ter a função de diferenciar dois modelos de representação: o da Terra e o do Homem. Ao fazê-lo, apresentam também, os usos lingüísticos e lexicais comuns à época, revelando a Identidade Lingüística Nacional.

Tem-se por pressuposto que as representações de conhecimentos de mundo criam novas versões desse mesmo e velho mundo e têm a função de tornar conhecido, familiar, aquilo que é desconhecido, não-familiar. Nesse processo, qualificam-se os textos literários como fonte historiográfica da Identidade Lingüística Nacional e, para registrá-la, são recriados os modelos estereotipados ou cristalizados da língua usual.

Na visão de Orlandi (1990), o texto de História tem a validade de um documento, mas para a AD, a observação de um texto-produto desloca-se para o texto-processo, e do relato para a prática discursiva e, por essa razão, o texto passa a ser visto como o lugar, em que se constrói a Memória. O imaginário discursivo é construído, quando esses textos são tomados como documentos. Isto quer dizer que tais documentos são o resultado de um efeito ideológico discursivo elementar. Tomar esses textos/documentos significa situar-se na interpretação da história e conforme Orlandi:

O discurso histórico é o lugar da territorialização da identidade do homem na relação tempo-memória. Na construção da sua identidade é no discurso histórico que o homem se constrói em sua dimensão memorável. (Cf. Orlandi, 1990, p. 124)

No fluxo dessas investigações, defende-se a Tese de que, sendo a literatura um discurso sobre os demais discursos, é, no discurso literário do século XIX, que se pode depreender a Identidade Lingüística do Brasileiro, por meio dos usos lexicais, unidades memorizadas e cristalizadas presentes na Memória Social do povo. Os eixos sintático, semântico e ideológico são responsáveis pela apresentação do traço identitário da Língua Portuguesa do Brasil, enquanto idioma variável, mas que não perde a sua regularidade de uso gramatical. Ao serem examinados pelas categorias da AD, os discursos literários mostram também que, somente naquele século, o novo/outro Brasileiro é ideologicamente focalizado. Este Homem emerge de longo período de silêncio e de desprestígio social, legitima sua Identidade Lingüística, Cultural e Nacional que são intrinsecamente imbricadas e por ele construídas, lentamente, durante quatro séculos, desde a Época Colonial.

Assim visto, refutam-se as afirmações de Orlandi (1990), ao postular que o discurso histórico seja o responsável pela formação da Identidade do Brasileiro. Ao construir sua 'identidade'² naquele discurso, ele só o faz sob o ponto de vista do 'colonizador'³, que se constitui pela focalização do Aparelho Ideológico Colonial e posteriormente, Estatal e, por esse prisma, o Brasileiro sempre foi visto como *aquela que não existia*⁴.

No século XIX, as práticas discursivas entre os indivíduos e com o mundo revelam a existência da Identidade Lingüística Nacional. Este é o objeto interrogado nesta pesquisa, principalmente, porque se sabe que as formações sociais daquela época abrangem dois tipos de grupos: os políticos e os apolíticos, isto é, as sociedades hierárquicas e as comunitárias entendidas como comunidades cooperativas e constitutivas. Nesse sentido, buscar-se-ão subsídios para a interpretação do mundo constituído por pessoas abstratas, pertencentes às

² Grifo da Pesquisadora

³ Idem

⁴ Ribeiro, 1995, p.109.

sociedades, e as concretas, pertencentes às comunidades, isto é, próprias de grupos diferentes, uns regidos por contratos e outros, por pactos. (Cf. Gorz, 2004)

O procedimento metodológico utilizado, nesta investigação, foi o teórico-analítico, com base na AD, e foram dados os seguintes passos:

1. método hipotético-dedutivo;
2. procedimento teórico-analítico;
3. para a pesquisa histórica, foram selecionados alguns fragmentos de textos pertencentes à História do Brasil, elaborados em diferentes épocas, e por diferentes historiadores;
4. para a pesquisa dos usos lexicais brasileiros, foram selecionados alguns fragmentos de textos da literatura tida como de informação, de Pero Vaz de Caminha (1500); em seqüência, foram contemplados versos de Padre José de Anchieta (1565), privilegiando-se o relacionamento do lingüístico ao histórico e ao ideológico. Ainda, foram visitados textos de Pero de Magalhães Gândavo (1576); Gregório de Matos (1680); e, José de Alencar (1843);
5. para o exame dos textos, foram privilegiadas as categorias de análises, seguindo a proposta da AD, a saber: 1. Superfície Discursiva; 2. Formação Discursiva; 3. Campo Discursivo; 4. Objeto Discursivo; 5. Materialidade da Linguagem; 6. Materialidade Discursiva; 6. Memória Social; 7. Interdiscurso; 8. Intertexto; 9. Intradiscurso; 10. Espaços Discursivos; 11. Sujeito; 12. Formação Ideológica. Para o exame do Léxico Nacional, foi utilizada a categoria Uso Lexical, relacionando-se à cultura. Acrescenta-se a essas categorias, a detecção dos Símbolos Nacionais; e,

6. a seleção dos fragmentos do texto-base *O Mulato*, possibilitou realizar o exame à luz da AD, em que se verificou, no sentido mais profundo, a mudança no trajeto da vida do Brasileiro que, ao aparecer, ganhou vida, com a vida a voz, e com a voz demonstrou os usos lexicais no século XIX, e também a Identidade Lingüística Nacional.

No procedimento teórico-metodológico, considera-se a língua como um sistema aberto e, por isso, o termo utilizado será o de sistematicidade lingüística, pelo fato de acreditar-se que a língua não deva ser tomada como um sistema homogêneo, abstrato e autônomo, como foi definido por Saussure (1916), mas com sua forma material, que constitui a base para o funcionamento do discurso. Por tudo isso, os resultados obtidos serão utilizados a título de exemplificação demonstrativa.

Devido à reflexão e ao reconhecimento a respeito das práticas sociais, garantidas pelo discurso literário, visa-se atingir o sucesso desta Tese. Deve-se apreender que é na ruptura com os modelos literários europeus, em um dado período de mudança que tudo aponta para a formação da Identidade, não só Nacional, mas também Cultural e, em especial, a Lingüística como decorrência dos usos lexicais, presentes na obra literária nacional, selecionada como *corpus*. Cumpre salientar que, por questão de delimitação, não se há de chegar à exaustão das análises realizadas.

Tem-se por ponto de partida buscar concepções existentes expressas na teoria da ação sustentada pela AD diferenciadora do que acontece no mundo como ação e como evento. Sabe-se que a ação é um *fazer* realizado por um sujeito consciente e deliberador com propósitos bem definidos, ao passo que o evento é um acontecimento no mundo, que não resulta do controle de um sujeito deliberador. Convém explicitar que os eventos extraordinários serão privilegiados, nos fragmentos selecionados, ao se acreditar que a vida em comunidade e/ou sociedade se faça de maneira interativa, pois alguns fatos são característicos e representativos de um dado grupo, do qual se pode generalizar para a totalidade dos fatos e a partir daí, abrangê-los em toda a sua extensão. Os eventos

extraordinários são aqueles que *pertencem a um universo situado acima do cotidiano, como modos capazes de permitir a reflexão e a alternativa ao mundo real.* (Cf. Damatta, 1997, p.41)

Essas análises foram orientadas pela hipótese de que se o indivíduo é um ser que transforma e que, ao mesmo tempo, cultiva ou conserva; no fluxo dessa transformação, as formas de agir e interagir na/pela linguagem são sustentadas por mudanças que implicam permanências; razão pelas quais, as transmutações, no campo da linguagem, arrastam consigo as matrizes do passado. Dessa forma, as representações de acontecimentos do tempo presente agregam aquelas do “já-acontecido” e do “por acontecer”. Tem-se, assim, a língua e a cultura como matrizes da Identidade, e estas devem ser inscritas também, nos registros da História construída por um povo.

A presente Tese constitui-se de três capítulos, a saber:

Capítulo I - *Pelas Veredas da Análise do Discurso*

Este capítulo explicita os fundamentos básicos que orientam a investigação, situados na Análise do Discurso francesa de forma a propiciar o tratamento da Identidade Lingüística, por meio das especificidades da formação e uso do léxico brasileiro presentes nos discursos da História-não-Oficial e, nos da História-Oficial.

Capítulo II - *As Marcas da Brasilidade do Novo Homem Presentes nos Registros dos Discursos da História-não-Oficial*

Este capítulo reconstrói pelo discurso da História-não-Oficial, a focalização dada ao Brasileiro, por uma perspectiva historiográfica fundamentada na AD, marcando-se assim, a subversão Histórica da qual emerge um novo Homem e, com ele, um novo uso lingüístico.

Capítulo III - *A Organização Lexical da Identidade Lingüística do Povo Brasileiro*

Este capítulo apresenta os modelos lingüísticos que se configuram como representações da Identidade Lingüística do Brasileiro, o Novo-Homem do século XIX, por meio do exame do *Corpus* literário selecionado.

Para sintetizar esta investigação, buscar-se-ão respostas às seguintes questões:

1. Como se detectam, no Português do Brasil, do século XIX, os traços da Identidade Lingüística Nacional?
2. Qual é o discurso produzido pelos novos usos lexicais, brasileiros, no século XIX?
3. Como o discurso literário apresenta os usos lexicais do Português do Brasil naquela época?
4. Como esta pesquisa se liga, objetivamente, aos estudos da Língua Portuguesa?

*Não é o desafio
Que define quem somos
Nem o que somos capazes de ser,
Mas como enfrentamos esse desafio:
Podemos incendiar as ruínas
Ou construir, através delas e passo a passo
Um caminho que nos leve à liberdade.*

*De Nada por Acaso
Fernão Capelo Gaivota*

Pelas Veredas da Análise do Discurso

1.1 Algumas Considerações

A AD de linha francesa surge na França, nos anos 60 do século XX, voltada para o discurso que é visto como uma prática social, convencionada na e pela sociedade. A AD relaciona Discurso, Sociedade e História, para tratar da ideologia como um conjunto de valores impostos pelas classes de poder. Tal tratamento envolve as noções de formação discursiva, ou seja, *o que se pode e se deve dizer*, a partir de uma dada formação discursiva. Cada formação discursiva compreende várias formações ideológicas, presentes em interdiscursos e intertextos que dialogam entre si.

A AD privilegia o discurso para dar conta da língua em seu uso efetivo. Nesta investigação, a AD orienta o exame relativo ao tratamento da Identidade Lingüística, devido às especificidades da formação lingüística e dos usos lexicais do brasileiro, apontados no/pelo discurso da literatura nacional do século XIX, em intertextualidade e interdiscursividade com o discurso da História-Oficial.

Salienta-se que a AD realiza-se como um novo paradigma e decorre de mudanças teóricas e metodológicas, nos estudos da linguagem. Seu principal articulador é Michel Pêcheux, em uma época que coincide com o auge do estruturalismo, um paradigma de formatação do mundo, da idéias e das coisas para a intelectualidade francesa. A base desse novo paradigma é o estruturalismo lingüístico, em que a Lingüística ocupa o papel de ciência-piloto das ciências humanas, fornecendo novas condições e ferramentas essenciais para o exame da língua, entendida como estrutura formal e submetida a um método rigoroso e às ordens das Ciências Sociais. Assim,

a AD está delimitada ao tipo de discurso escrito, em um quadro institucional doutrinário, cujos objetivos são determinados como propósitos textuais: explicação e forma, pela construção do objeto. A sua metodologia corresponde à lingüística e à história e tem por origem a própria lingüística. (Cf. Maingueneau, 1987, p. 16)

Convém esclarecer que, na AD, a linguagem é examinada pela ótica discursiva e com isso ganha um traço fundacional na constituição do sujeito e do sentido, distinguindo-se da condição a ela conferida pela psicanálise. Desde o início, a AD caracteriza-se pelo viés da ruptura, visando tematizar o objeto discursivo que trabalha nos limites com outras áreas das ciências humanas: a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise. O discurso é o seu objeto teórico, razão pela qual é constituído de uma materialidade lingüística e de uma materialidade histórica, simultaneamente.

As Ciências da Cognição orientam a Análise Crítica do Discurso (ACD), que tem por objeto de estudo o oral, nas práticas sociais discursivas como formas de conhecimentos construídos na memória, por meio de armazenamentos que estão em constante conflito e interação. Nesse sentido, para tratar da análise da formação discursiva do texto literário, no desenvolvimento desta investigação, a AD francesa será utilizada, considerando-se o texto, como uma unidade lingüística e histórica, buscando-se reconhecer os processos de formação da Identidade Lingüística, subjacentes aos textos, primeiramente da História-Oficial, devido à sua responsabilidade pelos registros e documentação dos feitos de um povo, em dada época e, posteriormente, da Literatura. Ambos são responsáveis pelo registro lingüístico da Memória Social do povo brasileiro.

Para Pêcheux (1969), a linguagem deve ser entendida como produção de um sujeito livre de condicionamentos histórico-sociais e não pelo caráter universal do sistema ou caráter individual da fala. Para o autor, há uma particularidade do discurso, enunciado em condições de produção correspondentes a formações sociais específicas por um sujeito que se constitui, em uma resposta a determinações ideológicas especiais. Por essa razão, um discurso sempre está relacionado ao lugar que o enunciador ocupa, ou de qualquer outro lugar e sempre mantém relações semânticas com outros discursos já pronunciados.

Pode-se, assim, afirmar que o processo discursivo não tem início, uma vez que um discurso sempre evoca outros.

Esse autor salienta que em um dado estado específico de condições de produção, sempre há uma estrutura definida, pelo processo de produção do discurso a partir da língua. Isto significa que:

se o estado das condições é fixado, o conjunto de discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e características do processo de produção colocado em jogo. (Pêcheux, 1969, p.16)

Um discurso é examinado, a partir de um estado definido das condições de produção, e remetido a um conjunto de discursos possíveis. A proposta central de Pêcheux é que se proceda sistematicamente a apresentação das condições da produção do discurso. Assim, para o autor, o conceito de diálogo conduz às condições de produção, lugar, em que se encontram inscritos os princípios que regem os interlocutores, e sobre os quais se afirma a não-subjetividade, em contradição ao afirmado por Bakhtin (1981), uma vez que o conceito de diálogo deve ser repensado, devido às diferentes naturezas dos diversos interlocutores.

Cumprido acrescentar que Pêcheux entende a relação discursiva como um diálogo, resultado da interação **eu** e **tu** mesmo que se apresentem como anti-sujeitos, ou como imagens de lugares sociais constituídos em formações discursivas prévias. Porém, deve-se afirmar o contrário, se o diálogo for considerado como uma relação lingüística intersubjetiva, na qual o **eu** é assim constituído pela autoconsciência, numa relação de intersubjetividade.

Bakhtin entende que os interlocutores se constituem numa relação de intersubjetividade lingüística, ou seja, o **eu** se constitui sujeito pela tomada de consciência frente ao outro, mas se o discurso é ideológico e social, essa consciência é de natureza discursiva e não se atém a circunstâncias históricas e sociais. Por isso, Pêcheux define a constituição de sujeito como vinculada a uma formação discursiva específica.

Nesta investigação, a relação entre objetividade e subjetividade estará consubstanciada por modelos teóricos do discurso científico, de sorte a garantir a transmutação do sujeito que se coloca estrategicamente entre o sujeito da ideologia, por meio da noção de assujeitamento, e o sujeito da psicanálise, ambos constituídos materialmente pela linguagem. A AD constrói assim, a categoria teórica do sujeito que exerce o papel de interventor da linguagem, sob o ponto de vista da materialidade lingüística e histórica, em um movimento de produção de sentidos, orientados pelo domínio de compreensão e interpretação da materialidade escrita.

1.2 Análise do Discurso: uma Discussão Necessária

Sabe-se que o estudo da AD não é tão simples de ser realizado, considerando-se que ainda existem inúmeras dificuldades e questionamentos no seu contato cotidiano. Maingueneau (1987), além de outros lingüistas, observa o caráter polissêmico do termo 'discurso'⁵ e pontua o seu grau de complexidade, em virtude do seu caráter ambíguo, não só no caso das teorias da enunciação, mas também na própria AD. Para evitar essa ambigüidade, o autor afirma que o *discurso é o objeto de trabalho da AD* e, para melhor defini-lo, é preciso recorrer ao conceito de *formação discursiva*, tomado como empréstimo não só de Foucault, mas também de Pêcheux (1990). Este termo define o *que pode e deve ser dito (articulado como uma forma de alocução, sermão, panfleto, uma exposição, um programa, etc.), a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada*. (Cf. Foucault, 2000, p. 157)

Pêcheux (1990) concorda com a imprecisão no uso do termo 'discurso'⁶ pela AD, principalmente, pela instabilidade gerada pela noção de discurso. Assim sendo, o autor afirma ser *impossível analisar um texto como um discurso [...]*, mas que é necessário referi-lo *ao conjunto de discursos possíveis*. O autor denomina *superfície discursiva*, ao conjunto de enunciados realizados, produzidos a partir de uma posição, em que se pode, também, interpretá-lo como sistema de

⁵ Grifo da Pesquisadora pelo fato de os próprios teóricos da AD sentirem dificuldades na compreensão do uso efetivo do termo discurso.

⁶ Idem

restrições que permite analisar a especificidade da superfície discursiva. Esse sistema de restrições deve ser considerado uma espécie de *competência*, próxima aos preceitos de Chomsky, como um *conjunto de regras capazes de produzir uma infinidade de enunciados*, realizados ou não, a partir de uma posição enunciativa examinada. Essa focalização admite ainda outras definições e, enquanto alguns estudiosos se satisfazem com a idéia de que os enunciados são integrados, outros acreditam que o *complexo institucional* (Igreja, Família, Escola, entre outros) esteja associado à enunciação. A 'competência'⁷ do discurso não deve ser considerada como uma gramática da língua, pois a quantidade de enunciações proferidas por meio de um ponto de vista é limitada.

A AD relaciona-se a arquivos, isto é, *uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados e igual número de acontecimentos regulares e de coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação*, e não se relaciona à gramática (Cf. Pêcheux, 1969, p.171). Um discurso deve ser definido em relação a suas condições de produção e, para isso, Pêcheux toma por base o esquema comunicacional de Jakobson, reinterpretando-o e redefinindo-o. Nessa proposta, o discurso substitui a noção de mensagem e ocorre uma produção de efeitos de sentido entre os interlocutores. O autor defende a AD como uma teoria, cujo objeto de trabalho é o discurso no seu significado, possibilitando verificar, nos seus interstícios o sentido apresentado como discutível e interpretável, na sua igualdade ou diferença, na estabilidade ou variabilidade, num constante reconhecimento da realidade do discurso.

Existem, assim, novas maneiras de se ler um texto por meio da AD, na medida em que ela apresenta uma nova/outra forma de conhecimento, na qual há de se considerar a contradição entre a teoria e a prática. A AD compreende o entremeio no campo das disciplinas, na desconstrução, ou especificamente, no contato do histórico com o lingüístico que constitui a materialidade específica do discurso, ou seja, para a AD, deve-se considerar a compreensão histórica dos processos de produção de sentidos. Essa compreensão de base lingüística, com sua materialidade, produz sentido de acordo com o lugar ocupado pelo sujeito, na

⁷ Idem

formação social ao qual pertence; é justamente isso que o torna diferente, apesar de falar a mesma língua de outrem.

Considera-se relevante a necessidade de acrescentar a importância da história de um *objeto discursivo* para a AD, ao buscar compreendê-lo teórica e criticamente. O exame do objeto discursivo permite o entendimento da existência de uma ciência da história, que lhe atribui uma função heurística: *conjunto de regras e métodos que conduzem à descoberta, à invenção e à resolução de problemas* (Aurélio, séc. XXI). Esse proceder conduz ao questionamento da própria história, pois apresenta-se, nesse exame, um movimento de interpretação do homem diante dos fatos.

Nesse contexto, o trabalho da AD é o de verificar o lugar daquilo que *parece ser* e criar um espaço teórico que pode produzir um deslocamento dessa relação. Ao fazer isso, Pêcheux (1990) apresenta todos os limites de uma relação e postula uma teoria da linguagem que entrecruza três caminhos: o do acontecimento, da estrutura e o da tensão. Para tanto, há de se levar em conta a *materialidade da linguagem e da história*, mesmo no percurso das *múltiplas urgências do cotidiano*, sempre questionando sobre a necessidade de um mundo semanticamente normal, pertinente ao sujeito pragmático, cuidando-se para que não haja equívoco(s) no que se refere à ligação entre, o inconsciente e a ideologia.

Foucault (2000) assegura que é preciso compreender o conceito de história que subjaz às teses dos estruturalistas, já que esse conceito não é pertinente à *história tradicional*, mas a uma *nova-história* que se esforça por atribuir uma rigorosa forma ao estudo das mudanças, bem como dar um novo estatuto e um novo sentido ao *acontecimento*.

A AD deve ser aplicada, sob o ponto de vista da *relação*, entre a análise como descrição e como interpretação, por haver forte ligação entre ambas. No interior da AD, existe uma estrutura que oferece condições para descrever e interpretar um acontecimento, possibilitando verificar se o acontecimento remete a um conteúdo sociopolítico, e, se de fato, tal acontecimento é ou não transparente.

Todo acontecimento apresenta um confronto discursivo pelas formulações ou retomadas que se constituem em deslocamentos. Trata-se de inversões ocorridas por axiologização de um lado a outro, cuja tendência é a de prefigurar discursivamente, o acontecimento, dar-lhe forma figurativa, cuja finalidade é atingir sua compreensão. Tudo isso converge para esclarecer a novidade do fato inscrita na opacidade ou na incerteza. Tal opacidade ou incerteza, por sua vez, inscreve-se no jogo oblíquo das denominações, expressões lingüísticas, que para Pêcheux são os enunciados. Todavia, considera-se que estes enunciados não estejam em relação interparafrástica, isto é, muitas vezes, eles não remetem ao mesmo fato, nem constroem a mesma significação, no confronto discursivo que prossegue, por meio do acontecimento.

Nessa trajetória, as formulações surgem como um *flash* que, ao mesmo tempo, apresentam uma constatação e/ou um apelo, constituindo-se uma nova maneira de ler um fato. Destaca-se a importância da focalização que será sempre diferente e mais ou menos intensa, dependendo de quem e a razão por que esse alguém focaliza, dá o seu ponto de vista, a sua ideologia, intenção, entre outros.

Ao longo desse exame, na AD, o mais importante é o entendimento do texto, enquanto prática constitutiva da cultura de uma época, de um lugar, onde se constitui uma memória e a ligação dos sentidos, compondo a materialidade discursiva.

1.3 Materialidade Discursiva: uma Categoria Analítica

A constituição da memória e da ligação de sentidos se constrói por elementos, marcas, objetos e gestos simbólicos que compõem a Materialidade Discursiva. Esta varia de acordo com o fato presente no enunciado, pode ser coletiva e, ao mesmo tempo, particular. Cumpre dizer que a Materialidade Discursiva não tem conteúdo, nem forma, nem a estrutura de uma palavra; porém, a sua repetição, ritmo e melodia constituem a retomada direta no espaço do acontecimento e, assim, adquire sentido que pode ser de cunho político-social, entre outros. Isso ocorre, por meio de uma atitude marcada, em um momento no

qual a participação passiva de um pode se transformar em atitude coletiva, gestual e vocal, materializando, por exemplo, o evento com mais intensidade do que seria previsto ou provável de acontecer.

A transparência ou não da maneira como certos fatos ocorrem, às vezes apresentados metaforicamente, conduz ao aprofundamento de uma crítica das relações do funcionamento de certas instituições sociais, principalmente, de certas classes sociais, em dado momento. No discurso, podem existir marcas e objetos simbólicos que são suscetíveis de se associarem ao fato e, de serem apropriados por aquele que se identificar com eles. Tais objetos simbólicos são conotações secundárias de um resultado: porque não se pode realmente mostrar ou descrever o acontecido.

Os resultados de uma análise discursiva podem ser quantificados por se revelarem como um espaço de predicados, de argumentos e relações logicamente estabilizados e daí reverterem a uma proposição verdadeira. Na ausência de complementos, o enunciado submerge a uma rede de relações associativas implícitas que se constituem de paráfrases, implicaturas, comentários, alusões, entre outros, isto é, uma multiplicidade de enunciados que funcionam sob diferentes registros discursivos e com estabilidade lógica variável.

Conseqüentemente, a AD desafia a Lingüística no que esta não realizou, ou desconsiderou, em função dos compromissos teóricos e, apontou para a impossibilidade pragmática de se pensar a experiência da linguagem longe dos sujeitos históricos. A proximidade das designações estrutura/enunciado deveria ser rompida para abrigar uma nova ordem de fatores: o processo de enunciação.

O processo de enunciação propicia o confronto, quando intervém sobre a imanência da estrutura e também, sobre a lógica do enunciado, isto é, o acontecimento enunciativo. Esta transformação não afeta as categorias originais da relação, que dependendo da natureza conceitual atribuída à estrutura resulta em possibilidades ou não de alterações do enunciado. As mudanças tornam-se irremediáveis, principalmente pelas inferências que se extraem dele. A AD, com base nessa modificação, aponta para a necessidade de modelos de análise da

linguagem, mais poderosos e mais integradores aos fatos que compõem as práticas sociais de linguagem.

Consoante Charaudeau (1999), a AD se constitui um modelo útil de análise Lingüística, de fatos específicos ou globais, relacionados aos usos da linguagem, principalmente, em situações históricas determinadas por sujeitos concretos. Os sujeitos, em interação social, produzem seus discursos, cujos sentidos, em sendo vagos e fluidos, tanto se perdem como são resgatados por múltiplas lembranças, memórias, que apontam para o que se foi, ou seja, para experiências socialmente já vividas, mas sempre diluídas no presente de uma dada contemporaneidade. Apesar de vagos e fluidos, os sentidos também projetam o amanhã. Assim, para a AD, a produção desses sentidos tem por matriz marcos de lembranças que, inscritos nos registros das histórias habitam a Memória Social, construída continuamente, garantindo o acesso a uma multiplicidade de significados, historicamente construídos a várias mãos e, assim, favorecendo projeções para o futuro.

A Memória Social, na perspectiva de Pêcheux (1990), inscreve-se como *um conjunto de traços discursivos*, ou seja, um arquivo textual da coletividade. Esses traços discursivos apresentam sentidos que constituem o movimento de materialização do histórico, por meio das formas lingüísticas que, por sua vez, passam a ser modelos de produção e interpretação dos textos, bem como o de reconhecimento de interdiscursos, presentes nos gêneros, história e literatura, ocultando e/ou revelando significados.

O ato de visitação dos conhecimentos genéricos na/da Memória Social compreende experiências coletivas referentes a modos pelos quais os grupos sociais procedem no mundo, uns em relação a outros e, por haverem sido sedimentados, funcionam como Marco das Cognições Sociais. Deve-se esclarecer, no entanto, que a AD não aborda a memória tal qual acontece no discurso da Psicologia Social. Há nestes estudos uma ruptura, e no lugar dos conceitos sobre o Marco das Cognições Sociais, doravante há de se pensar em memória como Interdiscurso.

1.4 Fatores da Textualidade: Interdiscurso e Intradiscurso

Nos estudos sobre o texto e o discurso, deve-se considerar a produção e a compreensão discursivas, isto é, texto-produto e texto-processo. Beaugrande & Dressler (1981) apresentam a textualidade como uma capacidade da linguagem humana de construir uma tessitura de sentidos, a partir de alguns fatores, dentre os quais, destaca-se a intertextualidade resultado do conhecimento de que nenhum texto é autofundado e que dialoga com outro texto que lhe dá origem.

Sabe-se que o texto apresenta uma tessitura polifônica, e nela a intertextualidade e a dialogia interagem num intercâmbio discursivo. Para Bakhtin (1986), a intertextualidade é um fenômeno do dialogismo, no qual o texto interage com outros textos.

No concernente ao interdiscurso, Maingueneau (1993) caracteriza-o como um espaço de troca entre vários discursos, rigorosamente, selecionados. Na relação com outros, constitui-se o espaço de regularidade pertinente ao qual, os diversos discursos são apenas componentes.

A AD compreende o Interdiscurso como a Memória do dizer, isto é, o lugar de tudo o que já foi dito antes, independentemente do enunciado. Isso porque nenhum discurso é uma causa absoluta, sempre existe um *já-dito* que o precede. Nesse particular, deve-se relacionar memória, dizer e interdiscurso com o intradiscurso e há de se compreender que a AD estuda as diversas formas de determinação da memória sobre a enunciação. O interdiscurso incide sobre o intradiscurso e deixa nele algumas marcas, mais ou menos visíveis, podendo-se destacar: citações, evocações, paráfrases, entre outras.

Como já se afirmou, o interdiscurso não se confunde com a memória psicológica, pois não se trata de um conjunto de conteúdos que são visitados e selecionados pelo sujeito. Não se trata também de uma memória fixada, já que a memória é um dos pontos de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos ou de regularização na/para formalização do discurso.

As questões do interdiscurso são de suma importância para a literatura que é entendida como um discurso que versa sobre outros discursos e a AD nega a questão do contexto, havendo unicamente o inter- e intratexto. De acordo com Pêcheux (1988), o trabalho com o interdiscurso deve prever primeiramente sua estratificação, isto é, sua compartimentação em diferentes espaços, organizado em formações discursivas. Para o autor, o interdiscurso é um complexo de formações discursivas, entre as quais, estabelecem-se relações de união, contradição e delimitação.

Para Maingueneau (1989), o Interdiscurso deve ser considerado em diferentes dimensões e nele existe um universo discursivo que é o horizonte de tudo o que já foi dito e que compõe o campo discursivo, um conjunto de formações discursivas em concorrência. Salienta-se que um campo não é uma estrutura estratégica, mas um jogo de equilíbrios instáveis entre as diversas forças que, em alguns momentos, move-se para estabelecer uma nova configuração. Nesse campo, não há homogeneidade, sempre há dominantes e dominados e nele, há posicionamentos centrais e periféricos. Um posicionamento dominado não é necessariamente periférico, mas todo posicionamento periférico é dominado.

No discurso literário, os Espaços Discursivos devem ser trabalhados, tendo-se em vista as formações discursivas em contato e as passagens de uma à outra, as regiões de fronteira e delimitação. Essa constituição determina a manifestação do discurso. Nesse caso,

... só se pode dizer (formular) quando se coloca na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade, o da formulação. E é desse jogo que tiram seus sentidos. (Cf. Orlandi, 1999, p. 33)

Por isso, o pesquisador, nesta investigação, propõe que a leitura do discurso literário seja ensinada na Instituição Escola sob orientação da AD. Sabe-se que durante muitos anos a escola limitou-se ao ensino da leitura das obras literárias fundamentado nas condições contextuais, isto é, nas análises periféricas de construção de personagens, ambientes, tempo, sem aprofundar-se nas

categorias de análise que levariam o leitor ao pleno conhecimento de uma Sociedade, História e Ideologia. Nesse particular, cumpre afirmar: o ensino de literatura no curso de Letras que tem por objetivo formar professores de literatura deveria mudar, tendo-se por meta conduzir o olhar do graduando para aquilo que o texto discursiviza e que se encontra presente nos interstícios desse discurso em diálogo com outros discursos, interdiscursos, ou mesmo fora deles.

1.5 AD: o Sujeito e o Funcionamento da Linguagem

Ao se pronunciar, o sujeito passa a produzir imagens e a significar o mundo a partir de projeções imaginárias do lugar social que ocupa e fala e das relações históricas em que vive. Esse sujeito também revela as projeções imaginárias que faz do lugar que o seu interlocutor ocupa em relação ao que está sendo dito. Por isso, quando se procede a uma análise, devem-se trabalhar as posições dos sujeitos no discurso como forma de rede de formações imaginárias.

Ao focalizar o que é comum aos campos do saber, na constituição do novo objeto o discurso, este pressupõe um funcionamento da linguagem e põe em relação sujeitos imantados pela língua e pela história, em um complexo processo de constituição dos sujeitos e da produção de sentidos. A AD focaliza o texto e trata do seu significado, pressupondo todo o legado do Materialismo Histórico:

... há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história, na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que se vai chamar a forma material (não abstrata como a da Lingüística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto lingüístico-histórica. (Cf. Orlandi, 1999, p.19)

Isso quer dizer que: *Estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido.* (Pêcheux e Fuchs, 1997, p.172) Por essa perspectiva, a AD passa pela questão do papel da Semântica na análise lingüística.

Para Orlandi (1986, p. 114), a AD *trata dos processos de constituição do fenômeno lingüístico, enquanto a Lingüística visa o produto dessa constituição*. No discurso, além de se representarem os interlocutores, representam-se também a relação que eles mantêm com a formação ideológica, e isto é marcado no/pelo funcionamento discursivo. Assim, destaca-se o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é totalmente lingüístico, já que existem condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso.

Essa razão leva a afirmar que o discurso é o resultado de um efeito de sentido entre os interlocutores, que representam lugares determinados na estrutura da formação social. Esses interlocutores constituem-se sujeitos que sob a orientação da AD passam a ser considerados como um sujeito diferente, não-empírico que não-coincide consigo mesmo, um sujeito materialmente dividido desde a sua constituição. Este é um sujeito que está condicionado à língua e à história, pois é afetado por elas, e só produz sentidos nessas condições. Todavia, não se pode deixar de refletir também, que não há sujeitos da história, mas há sujeitos na história. Nesse caso, trata-se de sujeitos que atuam na história como sujeitos ativos. (Cf. Althusser, 1992, p. 93)

Afirma-se, desta feita, que o sujeito é uma posição, um lugar, não lhe sendo acessível o modo como ocupa o lugar, da mesma maneira que a língua não lhe é transparente, nem o mundo lhe é diretamente apreensível. Sabe-se que tudo é constituído pela ideologia, ou seja, condição essencial para a constituição do sujeito e dos sentidos. Logo, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer *só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito; o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto, [livremente], sua submissão*. (Idem, p. 93)

Há de se esclarecer que o sujeito se constitui na idéia de evidência produzida pela ideologia, ou seja, a própria ideologia dissimula a existência do sujeito no interior de seu funcionamento. A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia leva Pêcheux à noção de ilusão do sujeito. Este tem a ilusão de estar na fonte do sentido e também, de ser dono de sua enunciação, capaz de

dominar as estratégias discursivas para dizer o que quer. O estudioso afirma que isto não passa de uma estratégia discursiva, uma vez que os sentidos produzidos não nascem nas pessoas, mas são retomadas dos interdiscursos. A evidência do sentido é um efeito ideológico que não permite que se perceba a historicidade de sua construção. Isto é, quando as formações discursivas são postas em relações, as palavras recebem seus sentidos e, é isto que constitui o efeito do interdiscurso da memória e a evidência do sujeito apaga o fato de que ela resulta de uma identificação, em que o indivíduo é interpelado pelo sujeito da ideologia.

Como se disse, a ideologia passa a ser função necessária entre linguagem e mundo. Ao ser constituído sujeito, *ele é interpelado, mas acredita-se livre; é dotado de inconsciente, mas percebe-se plenamente consciente.* (Indursky, 2005, p. 140)

A questão do sujeito reflete as relações que ele mantém com a forma-sujeito, que caracterizam o modo de subjetivação ou de inscrição de ordem simbólica histórico-social. Trata-se de uma relação entre identificação, identidade e enunciação, havendo de se considerar que a individualização dessas categorias é quase impossível, uma vez que, se a interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela identificação com um sujeito universal, esse processo contempla, de forma quase indivisível, o próprio desdobramento do indivíduo em:

1. sujeito inscrito por determinações históricas e pela ordem do simbólico em uma forma-sujeito;
2. um sujeito-enunciador que toma posições a partir do lugar que ocupa e se reconhece como sujeito, e, portanto, se coloca em seu discurso como portador de uma identidade que acredita ser objeto de sua livre opção. (Cf. Pêcheux, 1990)

1.6 Discurso e Ideologia: uma Categoria Analítica

A AD explicita o funcionamento do discurso, em suas determinações históricas, por meio da ideologia e esta só é considerada na perspectiva discursiva em relação ao poder. Isso se justifica, pois não se concebe discurso sem sujeito e, não há sujeito sem ideologia. Esta ideologia é vista a partir da compreensão dos efeitos de sentido de que é no discurso que se dá a relação da língua com a ideologia.

Althusser (1977a) entende a ideologia como *uma relação imaginária que os homens mantêm com suas condições reais de existência*. Considerando-se como ponto de partida experiências do já vivido, a ideologia mantém sólidas as relações sociais, tornando-as mais suportáveis para os envolvidos. As sociedades vivem necessariamente mergulhadas nas práticas ideológicas, que mantêm os indivíduos prisioneiros a uma ilusão de vida, e contribuem valorosamente para a reprodução de força de trabalho e das relações de produção que lhes são devidas.

No plano Institucional, a propagação ideológica da classe dominante é assegurada por *Aparelhos Ideológicos de Estado*, isto é, os religiosos, escolares, familiares, jurídicos, políticos, sindicais, de informação, de entretenimento, entre outros tantos, que são entidades disseminadas por toda a sociedade, responsáveis por veicularem a mensagem da ordem estabelecida, funcionando predominantemente pela persuasão e, também, pela coerção. Existe na sociedade como um todo, um campo ideológico, que reúne tipos distintos de ideologia, desde as práticas: religiosas, morais, estéticas, regras de prudência, cortesia, entre outras, que funcionam como orientação da conduta dos sujeitos rumo às teorias como a filosofia especulativa e as ciências humanas, como: direito, economia, sociologia, com pretensão cognitiva e que, de fato, servem como material para o processo de conhecimento ou para dar origem a novas ciências.

A unicidade da ideologia consiste no produto da relação mútua entre sujeito e linguagem. Nessa relação, existe uma organização para atingir um

determinado fim que, por sua vez, só é produzida na articulação linguagem-sujeito e esse é um dos efeitos ideológicos elementares da/na constituição do discurso. Em outras palavras, se uma formação ideológica é entendida como uma visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo, essas idéias são reveladas pela linguagem. Assim, cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva que, por sua vez, se configura por um conjunto de temas e de figuras que materializam uma dada visão de mundo. (Fiorin, 1988b)

É importante salientar a possibilidade de compreender a ideologia como uma direção nos processos de significação, podendo ser interpretada como um espaço em que o imaginário institui as relações discursivas, significando que o discursivo é político. Tem-se como resultado de transformações, as cristalizações que se evidenciam pela decorrência significativa na relação entre história e poder.

Diferentemente do discurso da História-Oficial, a literatura faculta a leitura de implícitos culturais apagados no discurso da História. Nesse sentido, a história dos ideais de brasilidade, assegurados por implícitos culturais, ao ser focalizada na literatura, pela seletividade do vocabulário, garante os usos lingüísticos textuais dessa modalidade de discurso, atribuindo relevo a “palavras-chave”. Estas fazem remissão a conceitos e concepções de mundo, cuja tradução é difícil, se não impossível. Acredita-se que por essas palavras seja possível descobrir o(s) modelo(s) que guia(m) a(s) interpretação(ões) de que o Brasileiro faz de si e do mundo por ele habitado, asseverando a construção de sua identidade. Entende-se, ainda, ser o texto literário um lugar privilegiado para se descobrir a invenção de que resultou a criação do “Brasil-eiro” (Cf. Corrêa, 2004). Encontra-se, também, dicionarizado:

brasileiro [Do top. Brasil + -eiro.] Adj. 1. De, ou pertencente ou relativo ao Brasil. S. m.2. O natural ou habitante do Brasil. [Sin. (nessas acepç.): brasiliano, brasiliense, brasilense, brasílico, brasílio.] 3. Alcinha com que os portugueses designam os seus compatriotas que voltam ricos do Brasil. (Aurélio, séc. XXI)

No discurso da História-Oficial, Capistrano de Abreu (1907), em sua análise do homem que habitava o Brasil-Colonial, tece-o pela bravura: *Homens capazes para penetrar todos os sertões*. Entretanto, em suas considerações, percebe-se, claramente, que ele valoriza a cultura e as ações do próprio colonizador e sequer menciona o natural da terra. Todavia, naquela época, se o português é tido como um bravo, simbolicamente; razão por que ele é alvo de fenômenos da colonização, pois só pensava *na pátria d'além mar e o Brasil era um degredo ou um purgatório*. (Cf. Freitas, 2005, p.18)

De forma geral, esse é o motivo para se pensar a origem do brasileiro, primeiramente, como a origem do brasilíndio, isto é, um mestiço como um ser no corpo e na mente. O primeiro brasileiro foi o mameluco, filho de português e de índia, consciente de sua origem, desprezava os ancestrais americanos e não podia identificar-se com os europeus; era objeto de zombaria dos portugueses e dos luso-nativos, vendo-se condenado a ser Brasileiro: *o que não era, nem existia*. Isso pelo fato de as mães índias serem tidas como *depósito de sementes*. Ao se misturarem aos portugueses, essas índias eram desprezadas pela tribo, e os portugueses, por sua vez, também desprezavam seus filhos, abandonando-os no Brasil, não lhes dando sequer o nome. (Cf. Ribeiro, 1995, p.109)

Já o texto literário pelo fato de ser um espaço que comporta uma multiplicidade discursiva, as formações discursivas ali existentes propiciam melhor detectar a presença das correntes ideológicas, de implícitos culturais, apontados pela Psicologia Social, bem como os usos lexicais apontados pela própria AD. Tudo isso devido ao caráter memorial dos conhecimentos humanos, como representações nas esferas das comunidades e da sociedade, entre o público e o privado, que deve ser entendido como um espaço de construção de uma contra-ideologia. Na Modernidade, esse espaço tem sido ideologicamente controlado, principalmente, pelas Instituições Escola e Crítica Literária, por meio da leitura que se ensina e se permite ler ou não-ler certos autores, pois ainda se constata a inexistência de obras e autores não privilegiados.

As formações discursivas presentes nos discursos literários focalizam as práticas sociais ou de uma dada comunidade ou mais amplamente de uma dada

sociedade. Nesse particular, os aspectos cognitivos permitem verticalizar os usos lingüísticos e estabelecer os níveis de similitudes – identidade – e/ou de dissimilitudes – diferenças – nos estudos sociológicos.

1.7 Comunidade e Sociedade: uma Discussão Necessária

No que diz respeito à Sociologia, entende-se por comunidade, *um agrupamento ou coletivo cujos membros são unidos pela solidariedade vivida, concreta entre pessoas concretas*. (Gorz, 2004, p. 131) O autor postula que uma comunidade consiste no engajamento afetivo, por meio de uma união existencial, distante de qualquer institucionalização ou obrigação predeterminada. A vida e as práticas comuns regulamentam-se, pela união de pessoas concretas de forma comunicacional, espontânea e intuitiva, que agem cooperativamente umas com as outras, partilhando uma vida comum e isentas de quaisquer regências ou práticas jurídicas. Por sociedade, revela o conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns, e que são unidas pelo sentimento de consciência do grupo, corpo social.

O autor distingue dois modelos de comunidade, quais sejam: a *cooperativa* e a *constitutiva*. A primeira assegura aos seus membros condição de pertença e de afetividade; estrutura-se de forma mais flexível, sempre propensa a mudanças. A segunda caracteriza-se por revelar uma identidade forte e imutável, cujos membros a ela pertencem, por nascimento, independentemente de qualquer decisão deliberada. Os elementos que a compõem revelam, também, formação educativa, como a educação familiar e escolar. Desse modo, obtém-se dessa comunidade não só referências culturais, mas também históricas, espaciais, entre outras. Nessa comunidade, os costumes são comuns a todos os habitantes, partilhando entre si, o nascimento, *a língua, a cultura do Estado*⁸. (Cf. Gorz, 2004, p.131)

Em uma comunidade, os membros fundamentam-se nas experiências e referências existenciais comuns a todos, para interpretar o mundo que também

⁸ Justifica-se o uso de Estado, pois a pesquisadora refere-se ao Brasil, enquanto Estado-Nação, no século XIX.

lhes é comum. Por isso trata-se de uma comunidade homogênea, em que todos pertencem a ela da mesma maneira, independentemente da condição social ou lugar que ocupam na escala de valores sociais, ou de sua escolha moral, ou política. Simplesmente, *pertence-se a ela pelo fato de ter-se uma experiência de vida ou história em comum com aqueles que são de seu país*. O autor afirma que mesmo por todas essas experiências, *em uma sociedade mais moderna, muito diferenciada os pertencimentos comunitários de cada indivíduo não esgotam a sua realidade e não definem tudo o que ele é*. (Idem, p. 131)

Diferentemente da comunidade, a sociedade é regida por *um conjunto de medidas impostas aos seus membros*, inclusive, na maneira como todos devem agir, em relação à pertença social

como cidadão: pessoa abstrata definida em sua universalidade, por direitos (e deveres) instituídos, juridicamente formalizados, politicamente garantidos por um Estado. [...] uma comunidade política que separa dos contextos empíricos a universalidade da pessoa. A essa pessoa é conferida uma identidade política que não se funda sobre uma identidade cultural. (Idem, p.131)

Entende-se, então, a sociedade como uma comunidade, que mantém graus de intersecção com a comunidade propriamente dita. Logo, sociedade e comunidade não podem ser confundidas. Pode-se desta feita afirmar que uma comunidade, enquanto cooperativa, abriga todos os seus membros, por meio de ajustes, em que todos comungam o mesmo espírito de solidariedade e afetividade, e, enquanto constitutiva, é regida por um conjunto de leis institucionalizadas, que a fazem funcionar, por meio de obrigações que garantem direitos a todos os seus membros, os cidadãos, obrigações e direitos, em relação à Nação-Estado.

Não obstante, muitas vezes os laços sociais são frágeis e pouco variados, e por conseqüência depara-se com um problema, pois todo indivíduo necessita de identidade e de dignidade fundamentados no pertencimento social. Ao ser excluído *do campo social*, nega-se a ele o modelo identitário, que ele buscará edificar no espaço *não-social*, fundado no campo da biologia, religiosidade, territorialidade e no da etnia. Esta identidade, assim, adquirida, encarrega-se de

defini-lo como um ser integrado, possibilitando-lhe reivindicar, contra a sociedade ambiente, uma identidade integral que não obedece a determinações, ou seja, como tudo aquilo que o indivíduo é, como tudo o que poderá vir a ser, constituindo-se assim, os *integrismos*⁹, substitutos de sua identidade social. Nesse sentido, o autor postula que:

(...) a identidade social protege o indivíduo contra as relações sociais competitivas e situa sua identidade em um terreno abrigado dos valores, das pressões e exigências mutáveis da sociedade ambiente. (Gorz, 2004, p. 134)

Para o autor, um indivíduo, definido biologicamente pela raça, pelo sexo e etnicamente, pelo pertencimento ancestral originário, ou religioso, passa a se esforçar para garantir que sua identidade seja assegurada e fundamenta-se nos seus 'direitos de ser como é'¹⁰. Por tudo isso, pode-se afirmar que os participantes de uma comunidade cooperativa fundamentam-se no pacto e os da constitutiva, no contrato.

1.7.1 Pactos e Contratos Sociais: um Modelo Sociocultural

A distinção entre comunidade cooperativa e constitutiva, postulada por Gorz (2004), faz-se necessária para se compreender a distinção entre o pacto e o contrato, mas sem que haja entre eles qualquer oposição, na medida em que os contratos não podem dissolver os pactos. Tal dissolução, quando ocorre, transforma o modelo de formação sociocultural humana e, assim sendo, passa-se à desvalorização dos valores culturais humanos.

Para Habermas (2001), esse é o grande problema enfrentado pelo homem contemporâneo, pois ao compartimentar a cultura, saberes herdados pela humanidade, fundamenta primeiro os pactos sociais; e, ao valorizar os contratos do mundo do mercado, personaliza a sociedade e dissocia os valores subjetivos dos objetivos, pois a realidade social é imobilizada na realidade organizacional.

⁹ [De íntegro + -ismo.]S. m. Teol. 1. Atitude mental de pessoas conservadoras com respeito a sua religião, que se traduz no apego mais a fórmulas que à investigação e solução dos novos problemas que se apresentam à fé. Aurélio, séc.XXI

¹⁰ Grifo da Pesquisadora

Essa mobilização é fonte de reificação¹¹ que se torna diferente aos valores culturais, nos quais a socialização fica isenta das normas de sociabilização regradas pelo pacto.

Em uma comunidade, as leis emergem dos pactos, havendo aí duas modalidades de leis; uma lei para as comunidades cooperativas e outra, para as constitutivas. As primeiras são leis do 'senso comum'¹² e não estão escritas. As leis da sociedade (pólis) estão em contraposição às leis da comunidade.

O agir humano não deve ser compreendido pela lógica da razão Estatal, nem pela lógica da razão da comunidade. Para Gorz, o laço que garante a união entre os membros de uma comunidade cooperativa não é o laço jurídico formalmente, instituído pelo Estado e garantido pelo corpo legislativo, mas o laço da existência partilhada de caráter não-contratual, pacto, ou seja, a comunidade cooperativa se organiza por pactos.

Os laços de partilhas fundados num pacto perdem suas qualidades comuns, no momento em que são institucionalizados, isto é, codificados; pois todo processo de codificação implica objetivização que, para se perpetuarem deixam de exigir o engajamento afetivo necessário à adesão vivida por todos os seus membros. Transforma-se, assim, a adesão vivida em obrigações predeterminadas e a Identidade cede espaço para uma prática social regida por normas ou contratos vividos. A sociedade e não a comunidade é regida por normas contratuais; logo, as relações afetivas fundam a comunidade, os interesses fundam a sociedade.

Por conseguinte, o homem não pertence à sociedade da mesma maneira que pertence à comunidade, ainda que pertença a ambas concomitantemente. Em sociedade, o homem só se faz pessoa concreta, que partilha uma vida

¹¹ [De reificar + -ção.]S. f. Filos. 1. No processo de alienação, o momento em que a característica de ser uma "coisa" se torna típica da realidade objetiva. [Cf. alienação (5) e objetificação.] Aurélio, séc. XXI.

¹² Este termo, no texto, diz respeito às leis que não pertencem ao código elaborado pela jurisprudência, mas criado por/para os membros desta comunidade.

comum como cidadão, ou seja, como pessoa que se define por direitos e deveres, judicialmente formalizados e politicamente instituídos e garantidos pelo Estado.

A compreensão de pactos, segundo Buzzi (2002), se dá por uma aprendizagem que faculta não só o saber ouvir vozes do passado, mas também o saber escutar o que essas vozes dizem, por meio dos sons das palavras da língua que se usa de modo proficiente, de sorte a garantir a construção de novas/outras visões de mundo, sem perder a identidade com velhas representações desse mesmo mundo. Para tanto, é preciso que as palavras sejam continuamente revisitadas pela linguagem, situando-se entre os membros de uma sociedade que dela fazem uso para funcionarem na interação de um diálogo que, se por um lado recontextualiza seus significados, a eles indexando novos sentidos, por outro, assegura a manutenção da base produtora desses mesmos significados, sempre reinterpretados.

Compreende-se a identidade como um produto de ações de linguagem, convencionado pactual e contratualmente na/por uma dada coletividade responsável pela ressignificação de vivências sociais humanas, por meio de experiências individuais e/ou grupais que, em sendo aceitas por todos os membros da comunidade, voltam a se fazer coletivas. Essas ações inscrevem-se no exercício de práticas coletivas que asseguram, pela *interdiscursividade*, o fato de que:

... o discurso não nasce (...) de algum retorno às coisas mesmas [...] mas de um trabalho sobre outros discursos (...) ele não é concebido como um sistema fechado sobre si mesmo, mas é visto como um lugar de trocas enunciativas, onde a história pode inscrever-se, pois ele a transforma, ao mesmo tempo, em espaço conflitual e heterogêneo e em espaço contextual. (Cf. Fiorin, 1999)¹³

A fim de se detectar a presença da Identidade Lingüística nesta investigação, visitar-se-ão as formações discursivas nos textos literários de Aluísio Azevedo já mencionados. Acredita-se que o discurso literário se qualifica por reconstruir os sentidos institucionalizados pelo discurso da História-Oficial. Ao

¹³ in: Barros e Fiorin, 1999, p. 30.

fazê-lo, o campo desses sentidos institucionalizados é reaberto, por meio de um processo dialógico que resgata os parâmetros que regem a vida em sociedade, e possibilita reinterpretá-los por aqueles que organizam e estruturam a vida em comunidade.

Assim procedendo, os sentidos da História-Oficial são reinscritos naqueles da história-comum e, partilhados por vivências comunitárias, que asseguram a projeção do imaginário coletivo. Essa é uma nova forma de interpretar um texto e, ela garante ao leitor a construção de sua identidade, além dos limites traçados pela História-Oficial.

Desse modo, mesmo quando excluído da esfera do poder estatal público, e das hierarquias sociais nas quais ele ocupa o lugar de não-cidadão, esse leitor poderá encontrar no texto literário, outras possibilidades de construir ou formar sua identidade. Mesmo nessa acepção, o texto literário assegura ao seu leitor, deslocado para fora das esferas do poder social e de seus interesses contratuais, reafirmar sua identidade por outros parâmetros tais como o biológico, o religioso, o étnico, entre outros, conforme o postulado por Gorz. (2004)

1.8 Discurso e História: uma Categoria Analítica

Na perspectiva de Orlandi (1990), a História deve ser abordada de forma crítica e, além do que se deve tomar uma posição perante a história das ciências. A autora afirma que *a fala de nossas origens é a fala do conhecimento: é o discurso que dá conta, que classifica, taxinomia¹⁴, e explica, etnologia, o Novo Mundo.* (p.35)

Sabe-se, entretanto, que para se tomar uma posição, há de se deslocar do texto, buscando-se vários sentidos em outro lugar. Para fazer falar o Brasileiro, deve haver um deslocamento de falas, de focalização e também, de ponto de vista. Salienta-se que não é tão fácil explicar, interpretar e apreender esse

¹⁴ (tàcs). [De tax(i)-1 + -nom(o)- + -ia1; fr. taxinomie.]S. f. 1. Ciência da classificação. 2. Biol. Sistemática (1). 3. E. Ling. Classificação das palavras. [F. paral.: taxeonomia, taxionomia, taxonomia.]. (Aurélio, séc. XXI)

deslocamento, uma vez que ele requer uma retomada, isto é, uma re-significação do discurso da História que sempre obedeceu a um determinado modo de focalização.

Nesse sentido, há de se observar que durante muito tempo, pensou-se o Brasil como uma Colônia sem povo, isto é, embora os jesuítas reconhecessem negros e índios como parte da humanidade, não os reconheciam como povo. Assim, o discurso da História-Oficial apresenta as questões da descoberta do Brasil ou como um *mito fundador*, que enaltecendo a beleza da paisagem, esconde e silencia o natural da terra. Os jesuítas desprezam-no por sua origem, ou sob uma perspectiva de vida religiosa, na qual a elaboração do pensamento seria missão jesuítica.

Esse discurso dá voz e privilegia as atitudes grandiosas dos colonizadores, aponta as virtudes de poucos governantes, dirige o olhar do leitor. Trata-se, pois, de uma História-Oficial encomendada, conforme se lê nos registros de Varnhagem¹⁵ requisitados pelo, então, Imperador do Brasil¹⁶.

Acredita-se que em decorrência do silêncio do povo, promovido de forma altamente política e ideológica, introduziu-se no discurso da história a realização de vários outros sujeitos que não a do natural da Terra, o Brasileiro. Por essa razão, não há de se encontrar, em tais registros, a identidade lingüística de um homem que nunca existiu, tampouco manifestou ao mundo a sua existência lingüisticamente.

Há para a AD, um mister no que se refere à História, já que esta se liga mais às práticas discursivas do que ao tempo propriamente dito. Não é o tempo cronológico que organiza a História, mas a relação de poder e de sentidos, uma vez que a relação da AD com o texto é a de apreender a sua historicidade, o que significa colocar, no interior de uma relação, o confronto de sentidos (Orlandi, 1990). Assim sendo, um discurso é histórico, não só pelo fato de ser produzido em condições determinadas e projetar o *futuro*, mas também, pelo fato de criar

¹⁵ Francisco Adolfo Varnhagem (1816), o primeiro historiador do Brasil.

¹⁶ D. Pedro I, (1838-1839).

uma tradição com o *passado*, influenciando *novos acontecimentos*. Destaca-se nessa relação, que o discurso, produzido por Aparelhos Ideológicos, recende a ideologia da instituição dominante.

Por outro lado, o discurso literário mostra-se como um espaço de memória discursiva que apresenta não só o *já-dito*, mas também faz um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura, entre outros e com outros discursos. Portanto, a memória nele existente resgata a memória produzida por Aparelhos Ideológicos, bem como pode reproduzir e, porque não, produzir memória também.

1.8.1 Categorias Discursivas: orientação das Formas Discursivas

Os princípios fundadores da AD propiciam os meios teóricos que servem de norte para se desvendar a dialética existente entre as várias formas discursivas e o exame dos discursos da História-Oficial, bem como os da História-não-Oficial proposto nesta investigação, pois compreende-se que *a AD trabalha com a linguagem enquanto fato e procura compreender as formas textuais de representação do discurso...* (Cf. Courtine, 1986)¹⁷

A relevância do texto para a AD é proveniente do fato de cada texto possuir uma cadeia, isto é, uma *superfície discursiva*, manifestada pelo *aqui e agora*, um processo *discursivo-específico* no qual a *coesão* é lida como *intradiscurso* e nesse processo de produção surgem os campos lexicais, que se constituem por unidades memorizadas de significado.

As teorias de texto levam em conta os conhecimentos prévios dos locutores e partilhados entre interlocutores, o leitor-ouvinte é visto como suporte de um conhecimento, como um agente que produz a coerência o texto. Para a AD, ao contrário, um texto faz sentido não por sua relação com um contexto ou em decorrência de conhecimentos que o leitor tenha arquivado, mas por sua inserção em uma *Formação Discursiva*, em função da Memória Discursiva, ou

¹⁷ Orlandi, 1990, p.25

seja, do Interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte. A Formação Discursiva compreende um:

conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (Foucault, 2000, p. 153)

Foucault ainda afirma que a Memória Discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado, no interior das práticas discursivas, reguladas por aparelhos ideológicos; são, pois, discursos que estão na origem de atos novos de falas que os representam, transformam ou falam deles. Pode-se ainda afirmar que, indefinidamente, são discursos e neles subjazem, além de sua formulação, os já ditos, os que permanecem ditos e os que estão por dizer. A AD também se fundamenta no fato de que o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico, constituindo-se na relação da linguagem - objeto lingüístico - com a sua exterioridade - objeto histórico -. No que tange ao campo da formação cultural e da identidade nacional, trata-se da identificação sistemática pela alteridade, com regras até certo ponto, historicamente, ditadas pelos conquistadores europeus.

O funcionamento básico da ideologia, apreendido pelo discurso, está na interpretação, considerando-se que na relação com a realidade natural e social, o homem apresenta dificuldades em significar. Assim, a AD procura, por meio de uma abordagem crítica da ideologia, entender o sentido como possível.

Cumprido salientar que a AD também se preocupa com o processo de produção que corresponde aos mecanismos formais realizados em um dado discurso, em circunstâncias específicas chamadas de condições de produção. Para Pêcheux (1990), é importante a particularidade do discurso, enunciado em condições de produção correspondentes a formações sociais específicas por um sujeito que é, ele próprio, uma resposta a determinações ideológicas peculiares. Esse discurso produzido manterá relações semânticas com discursos que já foram ou que serão pronunciados, o que quer dizer que o processo discursivo não tem início, cada discurso evoca outros. Ao se referir a um determinado fato, o locutor sabe que evoca outros locutores, outros discursos, em que esse fato já

apareceu, e que pode se privilegiar por isso, razão por que, o orador se coloca no lugar do ouvinte a partir do seu lugar de orador.

Isto posto, para analisar um discurso é necessário, a partir de um estado definido das condições de produção, remetê-lo ao conjunto dos discursos possíveis que são os campos discursivos. A AD segmenta esses campos discursivos, em espaços, em que se localiza um conjunto de formações discursivas em relação de concorrência com outros com os quais se opõe, explicitamente ou não, constituindo-se, nesse sentido, em forma de jogos de equilíbrio instáveis entre as diversas forças ali subjacentes, cuja finalidade é a de estabelecer-se mais tarde em nova configuração. Esse campo não é homogêneo, ocorrendo sempre os dominantes e os dominados, com posicionamentos centrais ou periféricos.

As condições de produção do discurso são centrais à proposta teórica de Pêcheux (1990). Para esta investigação, essa sistematização é importante, uma vez que, nela aparecem regras que regulam os interlocutores e por essa razão, a noção de diálogo proposta por Bakhtin deve ser revista. O Autor preconiza haver uma anterioridade do sujeito, em relação ao discurso, na medida em que, enquanto lugar social, ele é uma constituição ideológica prévia, que se atualiza em condições de produção específica.

Nesse sentido, buscam-se os preceitos de Ducrot (1977) que privilegia o diálogo no universo do enunciado, perpassando do enfoque da ação ou da interação para a polifonia, extrapolando a divisão semântica do enunciado, e este, por sua vez, se torna uma multiplicidade de vozes. O autor ultrapassa a perspectiva dos atos de fala de Austin (1962) para a de interação, fixa as divisões semânticas do enunciado, descobrindo a multiplicidade de vozes que se encontram marcadas e constituem o sentido nos enunciados. Essa razão permite que se perpasse do estudo do diálogo, pelo confronto do diálogo, para o confronto entre enunciados, centrados em um *eu* e um *tu*, sujeitos da enunciação, para o estudo da polifonia, divisão do *eu* e do *tu* – no interior do mesmo enunciado.

Por meio de uma perspectiva semântica, Benveniste (1967) desenvolve a teoria do discurso e da enunciação. Ao sistematizar a significação pela língua e pela linguagem, opõe os níveis semiótico e semântico da língua. No nível semiótico, a questão da língua aponta para a significação de cada signo e, nisso, a língua é vista como um sistema de oposições. No nível da semântica, domínio da língua em ação, instrumentalizado pelas formas da língua, o sujeito pela enunciação expressa idéias particulares que se relacionam com objetos e fatos de seu universo contextual. Ao construir seu discurso, o sujeito estabelece o outro, em uma relação contextual, em que as palavras de um refere às palavras de outro, havendo nisso uma referência e co-referência.

Pêcheux (1990) revela que a relação discursiva pode ser um diálogo, se for o resultado da interação de um **eu** e um **tu**, mesmo que seja um lugar social, anti-sujeito, mesmo que tenha a natureza de anti-sujeitos, mesmo que sejam imagens de lugares sociais constituídos em formações discursivas prévias. Em relação ao diálogo, um ponto de difícil resolução para o autor, é a questão da intersubjetividade lingüística.

Nesse sentido, Osakabe (1979, p. 32) aborda a questão da interlocução pelo uso da linguagem que o sujeito faz, definindo-a como um lugar no qual o homem realiza sua interação, pois além de se constituir, ele constitui o outro com quem interage. Isso acontece, pois o discurso aproxima, no espaço verbal, os interlocutores, por meio da realização de ações como informar, pedir e outras. Salienta-se que ao mesmo tempo, em que aproxima os interlocutores, também os define como tais.

Sob a perspectiva de Pêcheux (1990), a constituição de um locutor e de um ouvinte, por meio de uma atribuição recíproca de imagens, introduz uma discussão sobre a subjetividade. Para Osakabe, o princípio de assujeitamento ideológico não está na base de um *eu*, pois leva a pensar num sujeito menos determinado ideologicamente. *Por ser sujeito é que este faz da linguagem o uso pessoal, na forma de uma seqüência que é a primeira e por isso pessoal.* (Osakabe, 1979, p. 33)

Não resta dúvidas de que tratar de conhecimentos histórico/ideológicos, nesta investigação, é rever os discursos polifônicos, porém tais discursos apresentam-se sob diversos nomes, como: polifonia, dialogismo, heterogeneidade, intertextualidade são alguns deles, havendo de se salientar que cada qual implica um viés específico. A idéia de interdiscurso para a AD é certamente, uma de suas principais características de Pêcheux ainda assim entende que *toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui sua dependência com relação ao todo complexo com dominante.* (Pêcheux, 1990)

Por essa razão, se o discurso literário se constitui num espaço de trabalho sobre outros discursos, nele as formações discursivas intrincam-se também no complexo das formações ideológicas. O encontro dos modelos lingüísticos que identificam o Brasileiro ocorre, na proporção em que esses mesmos modelos, que subjazem ao discurso literário em exame, passam a ser conhecidos e permitem reconstruir toda a trajetória de um povo. No decorrer do processo de socialização, este povo se decultura, perde sua cultura, e acultura-se, assimila a cultura do outro. O discurso literário é o responsável pela apresentação dos modelos de práticas discursivas, que se constituem em usos lingüísticos e contemplam o tema desta investigação. Portanto, considera-se que o discurso do século XIX, ao tratar da identidade desse Homem, denota que o narrado é o outro e não o europeu.

1.9 Discursos: História-Oficial e História-não-Oficial

É inegável a existência de uma dialética que permeia os discursos da história e da literatura. Para Ricoeur (1986), essa dialética concentra-se entre a explicação e compreensão da teoria da história. Sabe-se que o discurso da história é um tipo de relato que reflete as ações dos homens no passado, ou seja, correspondem a um relato verdadeiro, dentre eles as epopéias, dramas, tragédias, novelas devem ser entendidas como relatos ficcionais. Pesavento apoiada nos estudos de Ricoeur, entende que:

a história e a literatura apresentam caminhos diversos, mas convergentes, na construção de uma identidade, uma vez que se apresentam como representação do mundo social ou como práticas discursivas significativas que atuam com métodos e fins diferentes. (Pesavento, 1998, p. 20)

Observa-se que a história perde o seu caráter de formulação da verdade, deixando de ser um espaço de *construção de um saber com estatuto de ciência que objetiva a verdade* e passa a ser substituída por outra, em que *as fontes são consideradas 'indiciárias' daquilo que poderia ter sido e com as quais o historiador constrói sua versão.* (Idem p.20)

Nesse sentido, discurso da história passa a ser representado de duas maneiras: a primeira remete ao passado, na forma daquele que participou de eventos e deixou os registros; e, a segunda, ao presente, na forma daquele que busca recuperar as fontes e delas fazer uma releitura. Assim, pode-se afirmar que a história traz uma fala autorizada do passado que propicia a recriação da Memória Social através de procedimentos de seleção e de exclusão, cujo discurso pode valorar ou rechaçar, justamente, porque é próprio do seu discurso histórico um *componente de ficcionalidade.*

Para Ricoeur (1986), o discurso ficcional é quase história, na medida em que se narram os acontecimentos como se realmente tivessem ocorrido. Na verdade, a narrativa literária dispensa qualquer necessidade de comprovação, todavia, apresenta uma preocupação temporal, partilhada com a história. Ao darem voz ao passado, história e literatura tornam-no presente. A especificidade do discurso literário centra-se no fato de que nele se encontra a verossimilhança, e por este termo, entende-se *1.Qualidade ou caráter de verossímil ou verossimilhante; verossimilitude, verossimilidade: 2.Liter.Coerência interna da obra literária no tocante ao mundo imaginário das personagens e situações recriadas.* (Aurélio, séc. XXI)

Destaca-se que para se encontrar matrizes da construção cultural e nacional do povo brasileiro no século XIX, bem como de sua Identidade Lingüística, objetivo desta investigação, faz-se necessário ler o discurso literário,

por dois eixos: em primeiro plano, no que ele apresenta de verossímil em relação aos eventos extraordinários vividos naquela época e, em segundo, no que ele realiza como espaço de reinvenção da História-Oficial.

1.10 Texto-Literário: Espaço de Produção de outras Histórias

Assumir o texto literário como produto de processos de interdiscursividade com o texto da História-oficial implica deslocar-se do espaço das práticas discursivas institucionalizadas e, sem abandoná-las, compreender os modelos que facultam a sua reinterpretação. Contudo, a História-Oficial também é uma interpretação que arrasta consigo segredos de sua produção. Esses segredos são divulgados reiteradamente, de modo a se propagarem como verdadeiros.

Faz-se mister salientar que o segredo da História-Oficial circunscreve-se à cristalização da história de um Estado, construído por grandes “homens”, que souberam se portar como heróis e, assim, contribuir para a edificação e sedimentação de um modelo de Estado Nacional. Por essa razão, a origem e formação do Estado Brasileiro, por um lado, está fundado na formação e sedimentação do Estado português, cujo marco é a Revolução Mercantil Salvacionista: um empreendimento grandioso, cuja extensão são aquelas das grandes navegações. Por outro lado, essa origem tem um marco inicial no *nacionalismo literário romântico do século XIX, adequado ao espírito do tempo (...) baseado em formas e sentimentos renovados adequados a um país jovem que se afirmara na libertação política.* (Cf. Candido, 2000, p.281)

Segundo Bosi (1987), a tradição literária nacionalista amadurece a partir dos anos quarenta do século XIX, dando significado à dissolução das hierarquias, *Pátria, Igreja, Tradição*, da mesma maneira que busca arrebatadamente a verdade que se revela pela seleção e criação do léxico, na linguagem praticada, inclusive, pelos/nos meios acadêmicos. Assim:

À boêmia espiritual respondem certas fumaças liberais e anarcóides, provavelmente de fundo maçom, de um maçom romantizado, que é a cor política (...)
 Confrontada, porém, com a ideologia bolorenta do grupo (...) essas veleidades de radicalismo do jovem (...) significam um passo avante na formação de uma corrente democrática que, no âmbito das Academias de Direito e das sociedades secretas, fazia oposição (ainda que só retórica) ao imobilismo monárquico e aos abusos do clero. (p.122)

Nessa época, cresce um público prenhe de reconhecimento ou da auto-realização, o que faz surgir os romances: de Macedo e de Alencar, com a própria e convencional realidade do leitor, projetando-o como herói ou heroína em peripécias com que não se depara a média dos mortais. Nesse contexto, encontra-se a *fusão de um pedestre e miúdo cotidiano (cimentado pela filosofia do bom senso) com o exótico, o misterioso, o heróico, define bem o arco das tensões de uma sociedade estável...* (Cf. Bosi, 1987, p. 142)

Os intelectuais escritores revelam em sua literatura o herói nacional, que emerge de um longo período de obscuridade, oculto em seu próprio silêncio, sujeito de um grande fazer e saber, mas que ainda não foi revelado ao mundo.

1.11 Negro: um Constructo da História do Homem

Os heróis são esses grandes homens que contribuem para a sedimentação e construção de um modelo de Estado-Moderno. Para Campbell (1997), o herói é o homem de mil faces, como qualquer outro que, diante de um conflito vivenciado pelo povo com o qual ele se identifica e ao qual se integra, é capaz de se retirar da cena mundana e iniciar uma jornada por outras regiões em que residem as causas dos problemas coletivamente vivenciados. Ciente dessas causas, ele elabora estrategicamente, um conjunto de ações para torná-las claras e as erradicar em favor de si mesmo, na medida em que o *ser herói é um ato de construção de si mesmo, por meio da reconstrução da sua pessoa pelo seu outro. Logo, o herói é o homem que conseguiu vencer suas limitações históricas, pessoais e locais e alcançou normalidades válidas, humanas* (Cf. p.28), ou seja,

as limitações vencidas pelo herói são aquelas da própria comunidade em que ela, a comunidade, se insere e se qualificam com limitações próprias da humanidade.

Por conseguinte, se o herói é o homem que morre na sua individualidade, ao se fazer representante de uma coletividade, por meio do seu feito, ele renasce como modelo de conduta a ser ensinada como lição capaz de garantir a renovação da vida. Nessa acepção, ele se faz modelo de aprendizagem para a grande massa de aprendentes; razão pela qual, a história da formação do Estado-Nacional-Moderno é oficializada e aprendida nos bancos escolares, para ser apreendida como modelo único de interpretação, e/ou por parâmetros de modelos de situação de um dado contexto de uma dada contemporaneidade.

Há, em *Os Lusíadas* de Camões, por exemplo, um modelo de herói, que envolve toda a coletividade. Trata-se de uma epopéia que retrata uma coletividade, que apresenta um enorme significado 'nacional', desde o título. Ali os portugueses são laureados por uma designação que os liga ao passado de forma heróica, conseguem desbravar mares, eles participam de uma história repleta de glórias, feita por meio de combates e de paixões. Essa epopéia traz um resultado positivo ao povo e, se sobrepõe a qualquer relato do discurso da história propriamente dito. (Cf. Mattoso, 2000)

Essa razão leva o pesquisador nesta investigação a acreditar no discurso literário como um espaço responsável pelos registros da formação da Identidade Nacional, Cultural e Lingüística, pois como no exemplo supracitado, esse discurso aponta seus heróis de forma altamente persuasiva. Aqueles portugueses que se consideram membros daquela coletividade, identificam-se com os heróis e convencem-se de que aquela história narrada é a sua própria história, adquirem personalidade, internalizam conceitos que elevam a sua auto-estima e contaminam a historiografia portuguesa mesmo séculos depois.

As histórias de heróis nacionais, construídas por modalidades de textos historiográficos, segundo Burke (1997), pecam na medida em que seus heróis são representados como homens que correram riscos sozinhos, isto é, sem recorrer ao fio da trilha dos heróis que os antecederam. Esses heróis antecedentes

habitam a memória do povo e, por meio deles, esse mesmo povo interpreta sua existência, por narrativas que fazem remissão a seus dramas ou às suas tragédias, na medida em que há entre eles identidade historiográfica. Nesse espaço de produção historiográfica, fundada no diálogo com a História-Oficial, cabe à literatura ressuscitar as trilhas da história dos heróis nacionais, para melhor fazer compreender a transfiguração do mundo. Para o autor, o problema maior da História-Oficial é acreditar na possibilidade de sacrificar os heróis que orientam a vida de uma comunidade por contratos sociais.

A literatura, nessa sua tarefa, visita os sonhos, os ideais perdidos e aqueles conquistados num espaço de vivências comuns, cujas interpretações exigem que esses sonhos, esses ideais de conquista, de ultrapassagem de obstáculos, sejam representados na obra de arte, para garantir a suspensão de resistências, a revitalização de forças esquecidas, de sorte a transfigurar as interpretações cotidianas do mundo.

Assim, no texto literário, o sofrimento da vida é povoado de esperanças, apesar da força das mutilações causadas pelo tempo, ao longo do espaço do poder material que se abate sobre os homens. Contudo, essa força mutiladora, visível nos gritos dos aflitos, nos tumultos sociais é penetrada pelos sentimentos da vida que tudo abarca e sustenta pela esperança de outras/novas conquistas. Nesse tempo, tais mutilações são focalizadas como *sombras de uma eternidade imperecível* que acompanha o homem em sua trajetória pelo mundo, de sorte a levá-lo a edificar Estados de poder e a contar a história dessas edificações para nela descobrir os limites da história da vida. (Cf. Campbell, 1997)

Uma outra visão que orienta esta investigação é a de que cabe examinar o Brasileiro não só como sujeito cultural, mas como um sujeito capaz de construir sua história, portanto, um 'sujeito-histórico'¹⁸. Para Orlandi (1997), a AD, por meio da linguagem, ocupa-se do sujeito e da história, que tem como ponto de vista a ideologia. Nesse sentido, o sujeito-histórico nacional muitas vezes é construído sob a perspectiva da ideologia dominante.

¹⁸ Grifo da Pesquisadora.

1.12 As Narrativas: uma diversidade nas relações sociais

Muitas são as preocupações dos lingüistas para explicar, por meio da multidisciplinaridade, os usos da linguagem, na produção da cultura e das questões da identidade, tendo-se em vista que as palavras significam e refletem os grupos sociais em interação.

Barthes (1993) observa que as narrativas estão presentes nos mitos, lendas, fábulas, contos, romances, tragédias, drama, comédia, mímica, pintura, vitrais, cinema, notícias e conversas. Sob essa infinita diversidade de formas, elas estão presentes em todos os lugares, em todas as sociedades, visto que é por meio das narrativas que se inicia a própria história da humanidade; razão esta que possibilita afirmar que não existe povo sem narrativa e assim sendo, ela é internacional, trans-histórica, transcultural como a própria vida.

Afirma o autor haver, em todas as formas de vida humana, uma necessidade de contar histórias, para lembrar o que passou, dar sentido às experiências e manipular a cadeia de eventos que forma não só a vida social, como também a vida individual.

As narrativas, por um lado, configuram-se como um processo que garantem ao homem colocar a si mesmo e a sua vida social em uma história para ali apresentar imagens adquiridas em vida; além de engajar-se em diálogos múltiplos e redefinir o mundo social. Por outro lado, as histórias narradas criam atores que definem o tecido social e provocam as transformações.

Para Bakhtin (1981), as narrativas têm pouco a ver com a capacidade privada para contar história, visto que elas vivem além dos contatos de histórias. Estas nascem e crescem como discursos nos espaços abertos das praças públicas, das ruas, das cidades, vilas, grupos sociais de gerações e épocas.

Segundo Bartle (1993), as narrativas se tornam um dos fatores mais relevantes para se definir as relações sociais em uma comunidade. Para o autor, a transmissão cultural, a sedimentação, o contato entre povos diferentes, os

empréstimos culturais, bem como a difusão de cultura subjazem às narrativas que tanto produzem, como também, difundem formas ou modelos de representação social expressos na sua estrutura e nas formas sociais que lhe dão vida. A narrativa funciona como uma metáfora de contaminação cultural, infectando e transformando as representações das comunidades nas quais elas circulam.

As narrativas também têm sido estudadas como gênero literário, isto é, como modelos de práticas discursivas que representam eventos históricos e têm sido tratadas como formas discursivas, quer falada ou escrita, pressupondo um começo, um meio e um fim. Todavia, a experiência humana condensada para textos narrativos flui para além de um começo, um meio e um fim, em que o tempo passa a ser considerado uma categoria central no texto narrativo. Outros afirmam que a narrativa se estrutura pela própria estrutura do cotidiano que já contém em si elementos que favorecem a narratividade.

Deve-se considerar a narração como um dos instrumentos que o homem dispõe para organizar suas experiências sociais. Ricoeur (1968) revela que as narrativas vão além do estabelecimento de eventos no tempo, pois são os meios que favorecem a transição entre o *ser no tempo* e o *ser na história*. Razão pela qual o tempo da narrativa é um tempo público. Aquele que traz à luz o problema dos seres que partilham experiências não apenas como seres vivos, mas também como aqueles que viveram antes e os que viverão depois de uma história narrada. Logo, as narrativas não podem ser simplesmente localizadas no tempo, pois é preciso construir com o tempo uma história. Assim, o tempo da narrativa é o tempo de ser com os outros, tempo público, e a arte de contar histórias é a arte de reter o caráter público do tempo, impedindo que ele deslize para o anonimato; por esta razão, a narrativa constrói um tempo comum para vários atores: um tempo tecido no espaço da interação entre eles.

Narrar é desenvolver a capacidade de combinar significados do passado com aqueles do presente para projetar sentidos do mundo ordinário para aqueles do mundo extraordinário, isto é, do futuro. Para narrar, é preciso recuperar modelos culturais, padrões de ações e planos de interações. Assim, entende-se por tempo histórico aquele que contém em si não apenas ações abstratas

realizadas por um único homem, mas elementos da vida cotidiana quando os homens e mulheres comuns constroem pela ação e pela palavra representações que dão sentido ao mundo no qual eles vivem.

Sabe-se que o homem ao narrar posiciona-se frente ao outro com quem interage, identifica-se, forma conceitos e identidade. Nesse sentido, devem-se buscar aqui as diferentes maneiras de interação e desvendar nelas a presença de formas simbólicas que funcionam como coadjuvantes na comunicação de grupos da sociedade.

Ao constituir-se o Brasileiro, enquanto indivíduo, sua relação com a língua, o desenvolvimento de sua linguagem e sua participação ativa em sociedade deve ultrapassar a aquisição da cultura de seus antepassados, por intermédio das narrativas. Ele deve produzir a cultura, ajudando a construí-la e da mesma forma deve proceder, em relação à História que vive e faz parte. Estas são mais do que razões apontadas para que a sociedade brasileira do século XIX tenha para transformar-se, bem como transformar o Brasil, de uma colônia de Portugal, em uma nação independente, não só como Estado-Nação, mas também como República.

Assim, compreende-se que as narrativas encontram-se presentes não só na vida do indivíduo daquela época, mas também em todas as outras épocas, passadas ou futuras. Elas propiciam condições para a interação sociocultural. Acredita-se que elas sejam as principais formas discursivas, revelam o desenvolvimento das representações sociais, envolvem as formas simbólicas como elementos geradores de sentido do que está sendo narrado e, por que não dizer: não existe nenhuma experiência humana incapaz de ser expressa sob a forma de narrativa.

1.13 Formas Simbólicas: Multiplicidade de Representações Discursivas

Ricoeur (1968) adverte que o símbolo possua três dimensões concretas entendidas como: cósmico, figura no mundo visível circundante; onírico, enraíza-

se nas lembranças e gestos, nos sonhos; e, poético, o símbolo apela para a linguagem mais concreta.

Ressalta-se que existe uma outra face do símbolo que é indizível e invisível que constrói um mundo de representações indiretas. Ao unir imagem e percepção, afasta-se da visão tradicional; imagem e imaginação funcionam simbolicamente, como definidoras do Imaginário, e nessa relação, tudo se volta para as categorias símbolo e signo.

Thompson (2002) postula que as Formas Simbólicas (FS) são expressões lingüísticas crescentes que compreendem os gestos, ações, obras de arte, entre outros e desempenham papel fundamental na vida social, devido à sua natureza e abrangência de circulação nova e qualitativamente diferente.

As formas ou sistemas simbólicos não são ideológicos em si mesmos, e são usados e entendidos em contextos sociais específicos de diferentes maneiras. Afirma-se que existem usos sociais das formas simbólicas, todavia, a maioria das pessoas é atingida pelas relações de poder e de dominação caracterizados pelos contextos sociais dentro dos quais, essas pessoas vivem suas vidas cotidianas entre casa, local de trabalho, entre outros. É nesse contexto que os indivíduos passam a maior parte de seu tempo, agindo e interagindo, falando e escutando, buscando e seguindo objetivos. Esses contextos são complexos, implicam desigualdades e assimetrias de recursos e de poder.

Nessas relações interativas, os indivíduos mudam de um lugar para o outro: homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres, e as FS são empregadas, articuladas e entrecruzam com as relações de poder nos contextos sociais estruturados.

A ideologia emerge do conjunto das relações sociais e deve ser entendida como um conjunto de imagens ou de idéias, que são verbalizadas, recriadas e transformadas por meio de ações, símbolos e palavras. Nelas as FS constituem o mundo real e são usadas pelos indivíduos para expressar e compreender a si mesmos e os outros. A Ideologia assim entendida é *uma*

característica criativa e constitutiva da vida social, por meio de ações e interações, as quais incluem a troca contínua de formas simbólicas. (Thompson, 2002, p.19)

As FS são desenvolvidas e transmitidas ideologicamente. A ideologia é vista de forma ampla como um sentido a serviço do poder e opera em uma variedade de contextos da vida cotidiana, desde uma simples conversa entre amigos a outros extremos. Acredita-se que as FS presentes na narrativa literária propiciam a formação da Identidade do Brasileiro impregnada da ideologia.

Para a AD, a categoria Materialidade Discursiva envolve as Formas Simbólicas. Compreende-se por essa categoria o mesmo que Pêcheux (1990), isto é, ela é responsável pela constituição da memória e da ligação dos sentidos por elementos, marcas e objetos, além de gestos também simbólicos. Por essa razão, usar-se-á doravante, em toda a análise do *corpus*, a categoria Materialidade Discursiva.

1.14 Identidade: a Semelhança na Diversidade

O termo identidade implica etimologicamente *o mesmo, a mesma coisa* (Cunha, 1986) isto é, *a qualidade de idêntico, semelhante...* (Aurélio, séc. XXI). Como se observa, o povo brasileiro se distingue de outros povos, pela diversidade de sua formação étnica, social, cultural e lingüística. Nesse sentido, quando se trata de reconhecer a identidade lingüística dos brasileiros, por meio do discurso literário do século XIX, buscam-se nessas diferenças traços que os tornam semelhantes lingüisticamente.

Para Mattoso (2000), a identidade de um povo ou nação deve ser compreendida como produto da consciência que os habitantes de um dado território ou nação têm de formar uma coletividade ou comunidade humana singular, ainda, variável e resultante de um processo historiográfico singular. Desse modo, não se pode tomar a identidade de um povo ou nação como molde para tratar a identidade de um outro, visto que tais identidades não se explicam por uma mesma matriz ou fôrma. Assim, se para alguns povos suas identidades

são fundadas sob o peso da cultura, para outros esta fundação pode ter como relevo acontecimentos de caráter político-sociais, enquanto para alguns outros o relevo é atribuído a acontecimentos de caráter econômico. Adverte o autor sobre a necessidade de se conjugar essas três vertentes, sempre inscritas na constituição de um processo identitário, cujas raízes explicitam-se pela história constitutiva do próprio povo que se busca estudar.

Devem-se considerar, ainda, os riscos de abordagens que facultam tratar a identidade como um fenômeno exclusivamente de ordem mental subjetivo, na medida em que esses fenômenos sempre têm um suporte objetivo, no caso desta Investigação, tal suporte é a língua escrita.

Para abordar questões identitárias, faz-se necessário ocupar-se de: a) formas referentes à expressão oriundas de processos de negociações, ou seja, apropriação de um poder fazer uso das palavras dotadas de certo grau de autonomia; b) um pólo especial e um território determinado, embora esse pólo possa ser transferido para um outro ponto, de sorte que as fronteiras territoriais sofram variações; e, c) uma autonomia política que, exercida no espaço de um dado território, seja capaz de permanecer, sob a forma de um modelo de continuidade, por um espaço de tempo considerável.

Nessa acepção, a autonomia político-social, bem como a continuidade de um dado espaço territorial são fatores fundadores de uma identidade nacional, em confluência e intersecção com uma identidade cultural. É, ainda, nesse sentido que o Estado-Moderno tem por matriz a continuidade, no fluxo do tempo, de três fatores essenciais à sua constituição, quais sejam: *a cultura, a nação e a língua*, esta um padrão unívoco que, circunscrito ao território ocupado por uma nação, tem a sua univocidade garantida pelo uso de um só sistema lingüístico, apesar da variedade de falas, segundo Biderman (1973).

Contudo, Mattoso (2000) considera a necessidade de prudência quanto às hipóteses que muitos buscam defender, ao afirmarem ser o uso de uma única língua, em toda a extensão de um dado território, fator constitutivo de uma identidade nacional. Afirma este autor haver nações em que seus respectivos

povos falam várias línguas como é o caso, por exemplo, da Suíça, Bélgica e Canadá. Há, também, países em que seus povos falam uma única língua, como Alemanha e Áustria, bem como o Brasil, Portugal e vários outros países africanos. Por conseguinte, deve-se considerar que, embora a língua portuguesa tenha sido imposta a esses povos, como língua oficial, neles se falavam e ainda se falam línguas diferentes; entretanto, o português falado no Brasil sofreu um processo de idiomatização. É esta idiomatização que assegura, até certo grau, a identidade lingüística brasileira distinta de outros povos que falam essa mesma língua.

Essa identidade lingüística acontecida no território nacional pode ser decorrente do fato de que no período colonial, as comunicações eram precárias e tanto os índios como os negros contribuíam para a formação de uma linguagem diferente daquela da metrópole. Havendo mesmo em algumas regiões brasileiras o “mameluco bilíngüe”. Cumpre dizer que a Língua Geral foi muito necessária e útil para as entradas, aos mercadores, aos habitantes das vilas nas relações com os gentios. Assim, ao se misturar com línguas de outras nações, houve um processo de diferenciação do português, pois cada um pronunciava-o ou ‘mastigava-o’¹⁹ ao seu modo. (Cf. Lima Sobrinho, 2000)

De fato, estudos sobre os usos lingüísticos convêm a filólogos ou a gramáticos que são capazes de reconhecer o modo como as pessoas falam, visto que há modos particulares de falar e de se comunicar. Muitas vezes, esses modos diferentes provocam conflitos de comunicação entre membros de diferentes grupos, devido a valores e culturas diferentes, atitudes e normas, relações de poder, variações de papéis sociais e principalmente sobre o que têm presentes nos arquivos de Memória Social.

Essa razão produz a necessidade de compreensão de que num primeiro momento do tempo da constituição do Brasil enquanto Estado-Moderno instalou-se uma supremacia de fatores político-sociais, sobre aqueles de caráter lingüísticos. Esses fatores reunidos – político, sociais – e funcionaram como suporte para a expansão da língua do colonizador português que, no fluxo da

¹⁹ Grifo da Pesquisadora

história, fez desaparecer as chamadas *línguas de cultura* em terras por ele colonizada. Tais fatores se fizeram extensivos em toda a América Latina e América Central e tiveram por modelo as próprias estratégias de construção das nações européias, edificadas sob duas coordenadas: a constituição e manutenção de um padrão lingüístico de prestígio, fundado na força de uma política centralizadora e sustentado pelo prestígio de uma literatura importada, de onde emergiu o padrão lingüístico nacional, deixando-se de lado o povo, sua cultura e sua competência criativa.

1.15 O Português: um Idioma Matizado

O encontro de povos distintos, cuja existência no mundo da vida se explica por modelos diferenciados de formação sociocultural-históricos e, portanto, por projeções de mundos diversos, inscritos nos registros de suas memórias, dá origem ao chamado *Povo Brasileiro* e, com ele, um novo modelo de idiomatização do sistema lingüístico, ao qual se designa *língua portuguesa*, falada no Brasil. O português do Brasil inscreve sua diversidade na conjunção de três povos: o branco, o índio e o negro falantes de línguas diferenciadas que, embora reduzidas a uma, esta arrasta consigo matizes das outras; razão pela qual, o *português-brasileiro* é um idioma matizado.

No fluxo da construção dessa história de idiomatização do sistema lingüístico-português, observa-se que se por um lado, as três raças dos continentes da terra se misturam de modo a altear a pigmentação da pele do branco, do negro e do índio; por outro lado, resulta a mistura das culturas desses povos num caldeamento distinto. (Cf. Ribeiro, 2002)

Nesse sentido, a língua nacional é exemplo de multiculturalidade e, é nessa diversidade formadora da unidade de um novo povo, no século XIX, que emergem esforços para garantir e fundamentar o *português-brasileiro*. Trata-se de um tempo em que a intelectualidade vigente se faz consciente desse fato, segundo o qual a ortografia, a lexicografia e a gramaticografia não esgotam o sistema de uma língua na sua realidade histórico social. (Cf. Elias, 1998)

Mesmo assim, a questão é marcar posição quanto ao uso e funções da língua portuguesa, nas terras do Brasil-Colônia, em relação a um novo modelo político-social, que surge no século XIX, sem descaracterizar ou desqualificar a unidade cultural dos seus habitantes, edificada pelo encontro entre o português, o índio e o negro. Converter a variedade do português padrão escrito, aqui falado, em idioma nacional e, para tanto, valorizar as diferenças léxico-fonético-gramaticais, propondo a criação de dicionários e gramática próprios, era uma necessidade imprescindível naquele século.

O fato de a língua portuguesa ter matrizes históricas e registros escritos não leva às propostas de quaisquer rupturas com o seu sistema gramatical, reconhecem-se as similaridades entre o português da Coroa e o do Brasil; entretanto, o que se valoriza são as diferenças de caráter lexical entre povos de culturas distintas que se encontram na especificidade de um novo território em que nele se conjugam três raças, três línguas e três povos, apontando dessa maneira ao traço de Identidade “Lingüística”. É nessa diversidade nacional que se forma a unidade de um novo povo que, no século XIX, provém de esforços que garantem e fundamentam o português-brasileiro; razão pela qual, uma nova/outra história se faz matriz de outras identidades culturais de outros povos inscritos em textos que se remetem à recontextualização de outros sistemas de referências. Passa-se, portanto, a valorizar a literatura como força produtiva da nova nacionalidade inscrita em textos, cujos sentidos arrastam consigo o sentimento, a inteligência e a vontade desse novo povo que, embora usuário do sistema lingüístico português o idiomatizou.

A idiomatização, assim concebida e compreendida, é o marco da história e de uma outra/nova cultura que leva um sistema lingüístico a se ramificar, a se alargar, a se reunir, a se cruzar e entrecruzar com outros idiomas, de sorte a diferenciar um povo de outro, ainda que esses façam uso do mesmo sistema.

Nessa acepção, se a identidade nacional diferencia os homens, a cultural os humaniza e identifica e a lingüística os inclui interativamente, diferenciando-os como pertencentes a um povo singular e nessa diferença é que se fundamenta a identidade. Nesse jogo de identidades e de diferenças, situam-se os modelos de

representações humanas, formalizados por diferentes tipos de textos ou de diferentes gêneros que arrastam consigo a singularidade de pontos de vista próprios, marcados na pluralidade de pontos de vista diferenciados, de literaturas variadas.

Tais pontos de vista estão representados no discurso literário, concebidos como objetos de conhecimento e de autoconhecimento, capazes de revelar, nas duplicidades de olhares e de focalizações que a literatura e a história são construções indissociáveis. Essas construções são oriundas de articulações entre idéias formalizadas em língua, por meio de recursos léxico-gramaticais que expressam pela fala escrita, as concepções que o povo faz de si mesmo. No caso desta investigação, busca-se a compreensão dessa concepção.

Nesses termos, o ato de dizer em língua o que já foi signifeito em linguagem implica a descoberta de novos usos das velhas palavras, de seus significados, de suas reinvenções, sem o que não se apreende e não se aprende a saber, como ela já foi significada, ou o que pretende, ou poderia significar. (Cf. Turazza, 1996)

1.16 Cultura e Identidade: um Legado da Humanidade

A identidade cultural é uma construção coletiva, continuamente reinterpretada, que se situa e se explica também, na dimensão da linguagem humana, cuja função é significar-ressignificar os acontecimentos vivenciados, sempre materializados em língua, sob a forma de representações, às quais se atribuem novos/outros sentidos.

Assim, todos os homens, situados em quaisquer temporalidades e/ou espacialidades, apreendem pela força das ações desencadeadas pela linguagem, modelos de representação de conhecimentos de mundo que lhes facultam compreender a realidade, recolhendo-a para dentro de si mesmos. Esses modelos são sócio-culturais e ideologicamente construídos. Por conseguinte, esse ato de recolhimento dos homens exige o domínio para identificar, nas palavras que ouvem, os significados sócio-culturais construídos e organizados por

todos os membros da comunidade em que se inserem, por um dado ponto de vista. Esse ponto de vista sempre tece o social com o individual; razão pela qual os significados são continuamente ressemantizados por aqueles com quem se interage.

Por esse ato de recolhimento, em que a palavra de um está em consonância com as palavras de todos, os homens se igualam nas suas diferenças e se encontram no espaço da linguagem; apesar da presença diferenciada com que cada um apreende e aprende a significar a realidade, consoante valor(es) do(s) grupo(s) em que se inserem, ou pontos de vista que não recobrem aquele da totalidade de uma comunidade.

Nesse particular, a identidade humana está entregue à tarefa de ressignificar as vivências sociais pelas individuais que, em sendo entendidas e aceitas por todos, voltam a se fazerem sociais. Essa dinâmica dos processos intermitentes das significações responde pela dinâmica das práticas sociais, da própria sociedade e da identidade ao longo do tempo. (Cf. Turazza, 1996)

Assim, as vozes que vêm do passado distante e habitam os significados das palavras inscritas nos registros de textos literários, fazem remissão às revoluções humanas, configuradas por invenções sociais e das descobertas de que resultaram diferentes modelos de formações sócio-culturais. Essas formações apontam para processos civilizatórios e se explicam pelo princípio da simultaneidade, de sorte a se poder considerar, no espaço de dado período de tempo, de uma dada sociedade e da sua territorialidade, a existência de formações sócio-culturais diferenciadas. Esses modelos de formações têm seus registros em textos literários e são identificados por representações distintas.

Por essa razão, por exemplo, no Brasil, os grupos humanos que habitam o seu território diversificam-se não só por classes sociais, graus de instrução ou sexo, mas também se caracterizam por apresentarem vestígios de modelos de estágios civilizatórios, inerentes às várias descobertas, invenções e conseqüentes Revoluções da Humanidade. (Cf. Ribeiro, 1995)

No discurso da História-oficial, essas revoluções revelam o estágio sócio-econômico-cultural da humanidade ao longo de sua história, pelo registro em língua. No que diz respeito à sociedade brasileira, pode-se afirmar que ela é heterogênea e excêntrica e, por isso, focalizá-la, por um ponto de vista que privilegia não só a cultura, mas também o lingüístico, é trabalho bastante complexo.

1.17 Léxico e o Discurso: um Uso Interativo

Os estudos lexicais apresentam uma multiplicidade de pontos de vista. Pottier (1976) situa a lexia como uma unidade memorizada. Masseron (1984)²⁰ trabalha a competência lexical como a capacidade de compreender, definir e parafrasear unidades do léxico ao se produzir textos. Sprenger-Charrolles (1984)²¹ salientam que deve haver uma harmonia entre o conhecimento lexical e o conhecimento do mundo, e aponta para dois planos: no plano social, o léxico, apesar de certos limites, constitui-se como um conjunto de estruturas potenciais estáveis, caracterizando-se pela duração e evolução; e, no plano individual, as estruturas lexicais são concebidas como esquemas cognitivos que possibilitam o conhecimento do mundo exterior e interior ao sujeito. Um sujeito adquire um vocabulário no seu confronto com o mundo e na sua interação verbal com outrem.

Nesse sentido, em uma dada língua, a lexia é oferecida aos interlocutores em interação, e por meio dela, eles são capazes de construir e apreender não só as visões de mundo, mas também ideologias, e sistemas de valores *o lugar privilegiado das mutabilidades que permite a interação contínua entre língua, cultura, ideologia e sociedade*. (Cf. Turazza, 1996, p.74)

As lexias se constituem por formas e conteúdos, e pertencem a classes diferentes. As lexias da classe de designação representam os referentes antroposócio-culturais, geradores e refletores da visão do grupo e proporcionam a construção de um inventário de lexias em uso, em diferentes universos discursivos. Nesses lugares, o seu significado será mais preciso, haverá a

²⁰ Masseron, C. *Le sens de mots. Pratiques.n.43, ut.1984* apud Turazza, 1996, p.74.

²¹ Sprenger-Charolles. *Lê resume de texte.1984*. Idem.

observação de certos traços no comportamento lingüístico, e a intenção do locutor pelos explícitos e implícitos nos enunciados será revelada. (Cf. Barbosa, 1981a)

Para Pottier (1976)²², as lexias textuais compreendem a lexicalização de enunciados memorizados como unidades textuais. O texto é entendido como uma estrutura elaborada, por meio de processos de mediatização com o universo natural e com diferentes universos discursivos.

Ao relacionar sistema, norma e fala, o autor concebe a língua como um conjunto de hábitos lingüísticos memorizados que permite interação entre os participantes em uma comunicação. Embora se saiba que os usos lexicais variam individualmente, de forma geral, eles devem abranger todos os membros de uma dada comunidade lingüística, permitindo, assim, processos de produção textuais interativos.

O desenvolvimento do exercício da escrita pela AD e dos estudos sobre as lexias textuais conduzem às ciências que permitem focalizar a contribuição das gerações presentes nos mais variados discursos de que se têm registrado e que constituem a transmutação da passagem do homem na Terra. A fundamentação teórica na AD privilegia os exames nesta investigação, uma vez que ela abarca a Sociedade, a História e a Ideologia. Por essa razão, entende-se que justamente, por ser um ser social, o homem possui uma história que é marcada por uma ideologia e pontuada por meio dos usos lingüísticos.

²² Pottier, B. *Lingüística Geral: Teoria e Descrição*. Trad. e adaptação portuguesa de Walmírio Macedo; Rio de Janeiro, Presença, Universidade Santa Úrsula, 1978, apud Turazza, 1996.

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei,
Sem distinção de qualquer natureza,
garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País
a inviolabilidade do direito
à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade.*

***As Marcas de Brasilidade do Novo-Homem Presentes nos
Registros da História-Oficial e da
História-não-Oficial***

2.1 Algumas Considerações

A discussão que se pretende, neste Capítulo, parte de uma nova/outra focalização dada ao Homem-Brasileiro, no século XIX. Isso se faz, sob uma perspectiva historiográfica como resultado do exame de textos pertencentes à História-Oficial e à História-não-Oficial, à luz da AD e, dos estudos sobre a formação do léxico nacional. Assim, desvenda-se, por um novo/outro olhar, a real História do Brasil, presente nas narrativas da obra literária, selecionada, como *corpus* desta investigação.

As marcas de brasilidade pontuadas, nos registros dos acontecimentos presentes no discurso da História-Oficial, abrangem um período que compreende os séculos XVI ao XIX, e neste, mais precisamente o ano de 1881, pertencente à obra *O Mulato*. Pode-se afirmar que esse é um tempo em que se circunscrevem, além da Descoberta do Brasil, outros movimentos históricos igualmente importantes, todos construídos ao longo de várias existências. Sob essa perspectiva, abre-se, nesta investigação, um espaço para apreensão da Identidade Lingüística do Brasileiro no século XIX, no discurso da História-não-Oficial visitado.

2.2 A História-Oficial do Brasil: um Espaço para Visitação

A História-Oficial do Brasil que se veiculou e ensinou nas escolas, durante muitos séculos, em todo o território nacional, foi a imposta pelos historiadores que a escreveram, sob o ponto de vista da cultura e da ideologia européias. Visitá-la, neste momento, é o mesmo que percorrer um caminho que possibilita ouvir as vozes do passado, além de permitir que se façam várias viagens, longas e difíceis, a esse passado, na medida em que os fatos registrados requeiram

interpretações de conhecimentos, separados entre si, em sua espacialidade e temporalidade.

Nessa trajetória, o viajante deve penetrar a história das vidas passadas e viver a realidade de um registro de longo prazo, na concreção dos seres humanos e não-humanos do tempo presente. Agindo dessa maneira, pode adentrar o fluxo historiográfico, inserindo ou atribuindo vida ao tumulto de idéias que povoam a infância e a juventude do povo brasileiro, sem deixar de perceber um novo movimento de interpretação do homem do século XIX, proveniente dos fatos por ele vividos. Esse é o ponto de partida para a Invenção de um outro/novo povo, no mundo da vida inscrita em uma grande Revolução, cujo processo revela a miscigenação, em que o branco, o amarelo e o negro, bem como suas respectivas culturas passam a povoar o significado da base vocabular da designação Brasileiro como já se mostrou anteriormente nesta investigação.

Essa nova história passa a dar outro sentido aos acontecimentos daquela época. Isso ocorre devido à existência de uma multiplicidade de discursos que compreendem registros diferentes e que propiciam nova/outra visão do passado vivido. Sob o ponto de vista da História, salienta-se que foi escrita por viajantes, geógrafos e etnógrafos, mesmo antes de 1850. Estes foram, também, os responsáveis por vários outros registros da descoberta e redescoberta do mundo, e deles emergem as civilizações de época, algumas tidas até como *diabólicas*. (Cf. Braudel 1990)

2.3 História do Brasil: uma Visita ao Discurso Fundador

O Discurso fundador da História do Brasil remonta ao século XIV, exatamente, no período em que a Europa alarga suas fronteiras e civilizações e estende-se para o Atlântico. Nessa passagem do Mar Mediterrâneo para o Atlântico, a Península Ibérica toma seu lugar na expansão do processo civilizatório, utilizando-se de um importante impulso comercial e náutico.

Dessa forma, as grandes navegações passam a ser focalizadas, a partir da História econômico-político-social, justamente, porque realizam suas

conquistas e colonizações, movidas pela necessidade decorrente do Capitalismo Mercantil. Assim, a Colonização Européia Moderna aparece como um desdobramento da expansão comercial e, no curso da abertura de novos mercados para o capitalismo mercantil europeu, e dessa forma, os colonizadores “descobrem”²³ as terras americanas.

Entretanto, não é bem assim que os europeus focalizam as grandes viagens. Estas são vistas simbolicamente, como *objeto* e o *fazer* histórico, em que são envolvidos, além do mundo natural, o sobrenatural. Dessa maneira, os viajantes-colonizadores são caracterizados no tempo das Navegações como homens de virtudes heróicas, justificadas, pela chegada a lugares onde as tecnologias da época não lhes possibilitam tais feitos. Assim, esses homens atribuem a Deus e aos pré-dizeres da Bíblia sua heroicidade.

O Velho Continente focaliza essas viagens como pertencentes a um mito que revela a existência de uma ilha chamada *Brazil*, o mesmo nome de um pau de tinta, e os filhos dessa terra são denominados brasileiros. Assim, por essa mesma focalização, narra-se a existência da *Natureza-paraíso*, como uma produção mítica do Brasil, *país-jardim*, e por meio dela, mesmo antes de aqui chegarem, o brasileiro é lançado fora do mundo da História.

Por isso, nota-se que a invenção do nascimento do Brasil foi realizada à maneira de um privilégio recebido dos céus, a concretização do ‘mito’²⁴ pela voz da Igreja e do colonizador, criando-se um símbolo: o de chegar ao lugar mais alto no céu e dele receber a maior benesse divina: o *paraíso terreal*. Esta também é a maneira de se iniciar a colonização, isto é, desde o achamento do Brasil, os ibéricos se aproximaram de Deus que significa a salvação. Por esses ideais revelados ao mundo, todos os pagãos aqui encontrados deveriam ser convertidos, e para isso, não se tolheria nenhum esforço no sentido de salvá-los do fogo do inferno. Eles passariam por um processo de burilção de suas almas.

²³ Grifo da Pesquisadora.

²⁴ Grifo da Pesquisadora.

É claro que os reais interesses e necessidades mercantilistas-capitalistas não são revelados, uma vez que a ascensão burguesa na Europa movem os portugueses na procura e domínio da natureza e do semelhante, da mesma maneira que ocorre, desde o início da Civilização, e de que se tem registros nos sucessivos processos civilizatórios da Humanidade.

Os ibéricos precisam colonizar as terras descobertas e, para isso orientam-se, pelo mesmo princípio que as civilizações mais antigas: a crença de que havia uma intimidade de Deus com a matéria e com o mundo. Toma-se como parâmetro as palavras de S. Tomás de Aquino (1225-1274) *Deus não é o Ato puro de pensamento, mas o Ato puro de existir que criou do nada o mundo cristão dos indivíduos realmente existentes*. Nota-se, assim, que essa mistura de visões religiosas e profanas é responsável pela vinda do povo ibérico, ao Novo Mundo. Esse povo ibérico é dividido entre o deslumbramento com as novas gentes e a novas terras e a preparação da conquista, assim como, é dividido entre a conquista do mundo para Deus e a das novas terras e das gentes para o poder e para o enriquecimento rápido dos aventureiros e conquistadores.

Dessa maneira, o período de colonização no Brasil é marcado pelo sangue de muitos. Os brancos não reconhecem como povo aqueles que encontram pelo caminho e progressivamente, destroem populações, aniquilam os índios na tentativa de forçá-los ao trabalho e de submetê-los aos novos costumes, isto é, novas culturas baseadas nas idéias religiosas. No século XVI, o Brasil conta com um milhão de índios e, no século XX, esse número mal chega a 150 mil. (Cf. Ribeiro, 1995)

Ressalta-se que, do encontro dos colonizadores portugueses com os povos existentes nestas terras, resulta uma miscigenação incontrolada. Dessa mesclagem, com negras e índias, os portugueses multiplicam-se em filhos mestiços, procriam uma população mestiça forte e flexível, ainda mais adaptável do que eles mesmos ao clima tropical. Assim, conseguem firmar-se na posse das vastíssimas terras brasileiras e podem competir com os numerosos povos europeus, tanto na extensão e domínio colonial como na capacidade de ação colonial. Essa capacidade de movimentação e miscigenação, os portugueses com

uma população tão diminuta espalham-se vigorosamente tanto no relativo ao sangue como na sua cultura a grandes distâncias, dominando grandes espaços do território nacional, além de outros, como Ásia, África, América e um grande número de ilhas e arquipélagos. Entende-se que se faz necessário esclarecer que de todo esse encontro com o novo produz, também, um novo/homem português, mais forte, e mais conhecedor de uma nova/outra cultura. Trata-se, portanto, do resultado de aculturação sofrida pelo colonizador.

A colonização do Brasil pela dominação não é fácil, os portugueses encontram dificuldades inclusive com o clima irregular, palustre, perturbador do sistema digestivo. Esse clima é desfavorável à prática tradicional da lavoura regulada pelas quatro estações do ano, como se faz na Metrópole, assim como à cultura das plantas alimentares a que estão acostumados, desde a Idade Média. Isso provoca grandes mudanças culturais, inclusive, nos hábitos alimentares.

Para Freire (1987), a colonização portuguesa no Brasil é antagônica e dual, oriunda da cultura e da raça. Mesmo assim, o português predispõe-se à vida nos trópicos, pela própria descendência semita, móvel e adaptável de que é dotado. Suas condições físicas e psíquicas são voltadas para a resistência e para o êxito. Seu realismo econômico corrige-lhe os excessos tanto no espírito militar como no religioso e, assim deculturado, modifica-se, e uma vez aculturado adere à formação brasileira.

2.4 Brasil: Colonialismo Escravista

Para Ribeiro (2000), no Brasil, os impérios coloniais ibero-americanos inserem-se em um sistema econômico unificado e interativo, estruturando-se em oposição à formação mercantil salvacionista. As populações das colônias não se configuram como partes complementares das potências ibéricas, mas como áreas periféricas e como proletariados externos, o que significa, para a Colônia, um retrocesso marcado pela História Milenar da Humanidade.

Os métodos fundamentais de dominação das colônias escravistas da Américas baseiam-se na erradicação da antiga classe dominante local,

concessão de terras como propriedade latifundiária aos conquistadores, adoção de formas escravistas, de alistamento de mão-de-obra, e implantação de patriciados burocráticos, representantes do poder real, como coletores de impostos. Em certo ponto, diferente dos impérios teocráticos de regadio da Mesopotâmia e do Altiplano Andino, onde a escravização fora institucionalizada na forma de *mita* e de *encomienda*²⁵, isto é, uma forma desumana de entregar o índio em usufruto para a exploração. (Bagu, 1949 e 1952)²⁶

Na América, a escravização de índios acontece da forma mais desumana, marcada pela quase dizimação de tribos indígenas, prática realizada, sob o disfarce de zelo pela salvação eterna do gentio, conforme orientação dos catequistas. Mais tarde, cria-se uma forma de pagamento, de um tributo em espécie, só obtido, por meio do trabalho nas minas e nas terras, sob as mais sofridas condições, comprovando o retrocesso sócio-político-cultural aos tempos da Antigüidade. (Idem)

Para que haja melhor funcionamento das tarefas, os próprios caciques transformam-se em aliciadores da força de trabalho, válida nas comunidades indígenas, para entregá-las à exploração dos *encomenderos*, a fim de que velhos e crianças pudessem continuar nas aldeias (Bagu, 1949 e 1952)²⁷. Esse fato acontecido nas civilizações antigas é repetida séculos depois, no Brasil. Isso significa a perda de uma legião muito barata de escravos, os índios que se mantidos custaria somente o preço da conquista.

2.5 Brasil: um Espaço para Transformações Econômicas e Culturais

O declínio da riqueza mineral provoca a criação local de riqueza e inicia-se um processo de exploração comercial à custa de trabalho escravo. Esse trabalho escravo facilita a atitude do colonizador que passa de explorador a produtor de valores. Assim, surge uma nova fase de colonização: *colônia de plantação*, caracterizada pela base agrícola e permanência do colono na terra, com nova

²⁵ *Forma de conscrição, os indos eram entregues em usufruto à exploração mais desumana.* Ribeiro, 2000, p.114.

²⁶ apud. Ribeiro, 2000, p. 114

²⁷ Idem

técnica econômica e política social, o desenvolvimento da agricultura, a sesmaria e a cultura escravocrata, pelo aproveitamento dos nativos, das mulheres como elementos de trabalho e como elementos formadores de famílias.

Em Pernambuco e no Rocôncavo da Bahia, a sociedade patriarcal e aristocrática colonial desenvolve grandes plantações de açúcar, com casas de engenho, nas quais se prima pela decência e conforto. As grandes plantações foram de iniciativa privada, com colonos sólidos, mães de família, sementes, gado, plantas alimentares, instrumentos agrícolas, mecânicos judeus para as fábricas de açúcar, escravos africanos para o trabalho da roça e da bagaceira, uma vez que, os índios, desde cedo, conforme certa focalização dos colonizadores, mostraram-se *molengos e inconstantes*. (Chauí, 1996, p.18)

A iniciativa particular povoa e defende militarmente muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecunda. Em algumas áreas da América, a História se repete e reproduz o mesmo sistema do escravismo greco-romano, em sua maneira mais cruel. Primeiramente, como já se disse, escravizam-se enormes massas de negros, criando uma frente de trabalho escravo, com as quais devido à sua capacidade de produção, passam a sustentar portugueses e espanhóis.

Esse deve ser considerado o maior movimento de atualização histórica, mediante a destribalização e deculturação de milhões de índios e negros, que são engajados como camada subalterna. A escravidão negra constitui-se como um dos negócios mais lucrativos do capitalismo. Todavia, as dificuldades para se utilizar o índio, como força de trabalho poderia ter sido contornada tanto no Brasil como na América. (Campos, 1983)

Desde o início da colonização brasileira, a escravidão é imposta como uma exigência econômica. O comércio colonial com o mercado do Velho Continente precisa da acumulação primitiva de capital e, para o colonizador produzir, necessita de formas forçadas de trabalho, sem a qual não há produção.

A exploração do negro demonstra suas qualidades na agricultura, mineração e manufatura, ele derruba florestas, cultiva, planta e colhe, transporta

produtos, favorece custos baixos e, provoca com tudo isso, grande consumo. Assim, a população brasileira cresce. As atividades: agrícola, manufatureira e comercial expandem-se como nunca visto. Este passa a ser um período de desenvolvimento da Ciência, das Artes e da Filosofia. (Campos, 1983)

A escravidão no *Paraíso terreal* acontece devido à concessão do Estado-Natureza e pelas teorias desenvolvidas pelos teólogos da Contra-Reforma na Universidade de Coimbra, e também, a partir das idéias de direito natural objetivo e subjetivo. O direito natural objetivo parte da idéia de Deus como legislador supremo e afirma haver uma ordem jurídica natural criada por Ele. Há ordenação hierárquica dos seres, segundo sua perfeição, seu grau de poder, e determinação das obrigações de mando e obediência, entre os graus, em que o superior comanda o inferior que, por sua vez, lhe deve obediência. Para isso, encontram-se, pela remissão à Memória Social, os registros de épocas que marcam a maneira pela qual os responsáveis pela manutenção da população escrava realizam sua tarefa e, assim, chega-se à Igreja que, em várias fases ou processos civilizatórios sempre está ao lado do Poder; por essa razão, essa situação se repete ao longo da História da Humanidade.

O direito natural subjetivo afirma que o homem, por ser dotado de razão e vontade, possui naturalmente o sentimento do bem e do mal, do certo e do errado, do justo e do injusto, que este sentimento por ser natural constitui-se no fundamento da sociabilidade natural, já que o homem é, por Natureza, um ser social.

O Estado-Natureza, como é narrado na Bíblia, é ameaçado pelo risco de degenerar, em injustiça e guerra, mas isto é evitado porque Deus governante e legislador, envia a lei e um representante de Sua vontade, o qual, conforme o direito natural objetivo manterá a harmonia natural originária, estabelecendo o estado de sociedade. Pelo direito natural objetivo, justifica-se a idéia de subordinação dos seres. Isso é explicado desde a mensagem de Pero Vaz de Caminha que, depois de descrever a inocência dos habitantes da terra achada, lembra-se de dizer que não possuem crença alguma, situando-os como seres inferiores aos cristãos e sugere ao El-Rei que *o melhor fruto, que dela se pode*

tirar, me parece salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza deve nela lançar. (Cf. Caminha, 1500)

De acordo com as teorias do direito natural objetivo e subjetivo, a subordinação e o cativeiro dos índios serão considerados obra espontânea da Natureza. Pela teoria do direito, os nativos são juridicamente inferiores e devem ser comandados pelos superiores naturais, o conquistador-colonizador. Modernizado, o direito subjetivo natural consagra a idéia de propriedade privada incondicional ou absoluta, tal como definida pelo antigo direito romano. Assim, a vida, o corpo, a liberdade são concebidos como propriedade naturais que pertencem ao sujeito de direito racional e voluntário. Devendo-se considerar que o estado selvagem, sem exercício da razão, os índios não podem ser sujeitos de direito e assim são tidos como escravos naturais.

Passados dois séculos da conquista portuguesa, a colônia apresenta-se bem diferente da Metrópole, inclusive com uma estrutura familiar com características bem peculiares: o Nordeste patriarcal, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro com organização familiar mais flexível, influenciada pela vida urbana. Pode-se afirmar que a mudança contínua marca o tempo histórico, e, após estabilizar-se como nação, emerge um Brasil com suas características próprias: o brasileiro não é mais o índio, o negro, o português, ou o mulato, antes disso, nesse período é notória a sua estrutura física e psicológica, seu modo de pensar, de viver, de ver e falar sobre o mundo com sua identidade, embora, fortemente influenciado por muitas outras culturas e identidades. (Cf. Teixeira, 2001)

O filósofo inglês Hobbes ao abordar o sentimento predominante no século XVII, anuncia ao mundo que havia uma guerra de todos contra todos e, nela, o medo da morte conduz ao aparecimento da vida social, e o pacto existencial, em que se encontra o povo. Entretanto, em meio aos temores de tantos, só há o *brasileiro – pacífico e ordeiro – e Deus, que olha para sua obra e seu povo, dá-lhes o melhor de Sua obra e de Sua vontade* (Cf. Ribeiro, 1995, p. 225). Nota-se a

retomada e consolidação da invenção do 'paraíso'²⁸ pela existência, na memória social, de um Brasil e de um brasileiro, em consonância à obra e semelhança divinas. Ao ser apontado pela primeira vez, o Brasileiro emerge de um cenário inventado, representado como ser que recebe o melhor tratamento, merecedor da atenção e cuidados até de Deus.

2.6 Identidade: Reconhecimento de um Direito

Os jesuítas, em seu contato direto com a população mestiça que cresce vilipendiosamente no Brasil, são os primeiros a designar os nativos. Além de neobrasileiros, os gentílicos são chamados de brasilíndios e afro-brasileiros. A partir de uma configuração histórico-cultural nova, os gentílicos, nascidos nesta Nação, são envolvidos em um mundo oposto ao do índio, ao do português e ao do negro. Essa diferença torna-se evidente quando o missionário, em vez de deparar-se com famílias compostas pelo padrão português, encontra no Brasil *verdadeiros criatórios de mestiços gerados por pais brancos e mulheres índias*. (Cf. Ribeiro, 1995, p. 90)

Ribeiro considera mais provável que o brasileiro tenha iniciado a reconhecer-se a si mesmo, a partir do estranhamento que causa no português, do que por sua identificação como membro das novas comunidades socioculturais, pois ele quer demonstrar sua diferença e superioridade frente aos indígenas.

Na busca de sua identidade, o mazombo ou mameluco, assim denominado pelos jesuítas, filho de branco e índio, percebe-se inferior, por não ser europeu e também por ser subalterno, devido à origem nativa ou negra; sendo filho de pais brancos nascidos no Brasil, *e*le ocupa na sua própria sociedade um lugar inferior com respeito aos que vêm da Metrópole. Atormenta-se devido à condição de ser filho da Terra, recusa o tratamento de nativo, mas discrimina o brasilíndio-mameluco por considerá-lo índio.

²⁸ Grifo da pesquisadora.

Os mamelucos sofrem dupla rejeição; primeiramente, dos pais com quem desejam identificar-se, mas que os têm como filhos impuros, usando-os para o trabalho. Em segundo lugar, das mães que por serem índias são tidas como sacos em que os *machos depositavam suas sementes*. Sabe-se que na tribo, quem nasce é o filho do pai e não o da mãe. Por essa razão, como os mamelucos não podem identificar-se com seus ancestrais devido à rejeição, passam à construção de sua identidade de brasileiro, ocupando o papel de sujeito da História Brasileira.

2.6.1 Identidade: o Reconhecimento Lingüístico

O tema Identidade remete à noção de unidade, uma vez que não há como conceber a identidade sem a diferença e vice-versa. Nesse particular, desde os primeiros anos de colonização, nota-se um processo lento de aculturação dos índios. Durante esse percurso, o padre José de Anchieta gramaticaliza o tupi, em conformidade com a gramática latina, e escreve, também, versos nessa língua. Todavia, relata aos seus superiores que os 'meninos aprendiam bem a língua portuguesa'.²⁹(Cf. Silva Neto, 1976, p.32)

Sabe-se que havia, nesse tempo, amplo uso da língua tupi, língua mais fácil e franca, empregada em quase toda costa brasileira. Trata-se de uma *Língua Geral* indispensável para a comunicação com os nativos, de largo uso dos jesuítas para evangelização dos índios. Nos primeiros séculos de colonização, o tupi é usado também pela implantação das bandeiras, numa extensão territorial que ia do litoral ao interior, rumo à conquista do sertão. Devido a esse uso, os bandeirantes são os responsáveis pelo alargamento não só dos domínios de Portugal, mas também pela designação com vocábulos tupi a flora, a fauna, os acidentes geográficos e os rios que descobrem e dos povoados que fundam. *A incorporação de vocábulos indígenas ao léxico do português do Brasil foi motivada pela necessidade imperiosa de nomear uma realidade até então desconhecida.* (Cf. Oliveira, 1999, p. 61)

²⁹ Grifo da Pesquisadora.

O uso da Língua Geral perdurou até o século XVIII, aproximadamente, quando Pombal tornou obrigatório o uso da língua portuguesa, em todo o território da colônia. Foi nessa mesma época que emigram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 8 a 10 mil pessoas. Aportuguesando com a sua presença a língua nacional. Além do processo civilizatório iniciado pela Coroa e por Pombal, a presença da burocracia oficial, dos militares, bem como a expansão do clero foi ampliada. Portugal revitaliza o programa de imigração já ocorrido anteriormente com açorianos no Maranhão e no sul do Brasil. Todavia, constata-se por um recenseamento em 1776, que do registro de milhares de habitantes em Minas Gerais, a maioria ainda se constituía de negros escravos.

Há nesse momento, o desenvolvimento de um programa de colonização mais ostensivo, com a criação de governos municipais em Minas e outras capitanias. Em 1828, o viajante Hercule Florence informa que o tupi já não era falado pela maioria da população de São Paulo, como se falava em (1768), por exemplo, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, essa extinção acontecera antes, todavia, a língua portuguesa falada no Brasil apresenta certas diferenças sonoras como se as palavras fossem 'mastigadas' (Cf. Nunes, 2002). Inicia-se, assim, um modo brasileiro no falar que se constitui sua marca de diferença e peculiaridade.

Por outro lado, em sua diversidade lingüística e cultural, os negros introduzidos no Brasil trazem da África uma hostilidade que os faz evitar as concentrações de escravos, vindos de uma mesma etnia, impedindo-os de formar núcleos solidários que mantenham pelo menos o patrimônio cultural. É devido a essa dispersão que eles se incorporam passivamente ao universo cultural da nova sociedade e tornam-se os responsáveis pela divulgação da língua portuguesa. Ao aprenderem o português, aportuguesaram o Brasil, principalmente, no nordeste açucareiro e nas zonas de minério no centro do país e deixam ali a marca de sua presença física que perdura até os dias atuais.

A princípio, os negros foram totalmente deculturados pela erradicação de sua cultura africana; posteriormente, foram aculturados na maneira brasileira de ser e de fazer, por meio de um grande e continuado esforço, eles se reconstituíram como seres culturais. Não obstante isso, como seres humanos,

comunicaram-se precariamente e transitaram no território nacional como *boçais*. Essa maneira de ver o negro é difundida, também, no mundo europeu.

Na metrópole, a Imprensa da Universidade de Coimbra, durante a elaboração da *Memória de João Severiano Maciel da Costa*, Marquês de Queluz, discorre sobre *a necessidade de abolir a introdução dos escravos no Brasil*, e afirma que *por efeito do maldito sistema de trabalho por escravos, a população é composta de maneira que não há uma classe que constitua verdadeiramente o que se chama povo*. (Cf. Weffort, 2006, p. 29)

Cumprido salientar que se deve muito aos negros em questões de formação da sociedade local. Ao serem concentrados em grandes massas de atividades, nas quais falta o índio, eles são os agentes da europeização que difunde a língua do colonizador e que ensina aos outros escravos, as técnicas de trabalho, as normas e valores próprios da subcultura a que são incorporados. Devido às reais dificuldades de manifestação de sua cultura, crença religiosa e práticas de mágicas, o negro apega-se a elas com esforço para se consolar do seu destino e, retém reminiscências rítmicas e musicais, bem como os gostos culinários. Nesse meio cultural e racial, associados às crenças indígenas, proporciona-se a formação de uma cultura brasileira com uma singular fisionomia.

Assim posto, já aculturado pela escravidão, apesar de sua grande contrariedade, surge no Brasil, um novo indivíduo, resultado do encontro de povos de raças e cultura diferentes, mas que na sua vontade de ser e de fazer parte do grupo, nada perde, pelo contrário, ele se mostra capaz de somar toda essa diversidade e, na sua singularidade, ele emerge único aos olhos do mundo.

2.7 Neo(Brasil)eiros: Sujeitos da Produção Cultural

O surgimento das comunidades neobrasileiras explica-se a partir das suas múltiplas inovações socioculturais e tecnológicas e também, pela auto-identificação própria e nova. Tais fatores propiciam uma abrangência maior de membros, além do que muitos foram liberados de certas tarefas de subsistência e passam para o exercício de atividades especializadas; e, assim sendo, é possível

incorporar todos os membros em uma única identidade étnica, estruturada como um sistema socioeconômico integrado na economia mundial.

Capistrano de Abreu (1907)³⁰, em seus registros sobre a História, trata da formação brasileira sob o impacto da cultura material moldada pelo meio geográfico e responsável por um elemento diferenciador que confere uma identidade à sociedade. Como se afirma anteriormente, nesta investigação,, durante os anos de colonização, há 'homens capazes de penetrar os sertões'³¹, cuja fonte de sustento baseia-se em caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus. Muitos saciam a fome com 'um punhado de farinha e um pedaço de cobra' quando havia. Nesse sentido, surge uma nova/outra cultura-material dos novos hábitos alimentares, conseqüência de pluralidade étnica dos habitantes da terra: mestiçagem composta das *três raças irredutíveis* compelidas à convivência pela colonização: no Amazonas, prevaleceram os índios, com a presença de mamelucos e poucos mulatos; à beira-mar e na zona aurífera, predomínio dos negros e descendentes; ao Sul dos trópicos grande porcentagem de brancos. (Cf. Souza, 2005)

Pelo exposto, a América portuguesa caracteriza-se pela cultura material, cuja importância ultrapassa os dias atuais. Assim, a época do couro usado para se fazerem portas das cabanas ou camas, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas³² e surrões³³, a roupa de entrar no mato, são características da cultura brasileira.

A História do Brasil focalizada, sob o viés cultural, qualifica-se com base nos sentimentos como: a luxúria que marca os primeiros tempos de fixação do homem ao meio; a cobiça que o impele a estabelecer-se economicamente, por meio de atividades e de expansão territorial; a tristeza e o romantismo revelam

³⁰ apud Reis, 1999.

³¹ Grifo da Pesquisadora.

³² bruacas [De burjaca, com metátese (*brujaca) e síncope.]S. f. Bras. 1. Saco ou mala de couro cru, para transporte de objetos e mercadorias sobre bestas. [Var., MG: buraca2.] 2. Bolsa de couro. [Cf. (nessas acepç.) priaca

³³ Surrões [Do ár., urra (t), 'bolsa'.]S. m. 1. Bolsa ou saco de couro usado sobretudo para farnel de pastores; sarrão.

hábitos decadentes dos luso-brasileiros e dos brasileiros propriamente ditos e que fazem compreender o caráter nacional.

Desse tipo de sentimentos, surgem símbolos que remetem a certos fenômenos da colonização. Para exemplificar, cumpre lembrar as considerações iniciais do português, que aqui viveu sob o peso do degredo e para quem a imagem do Brasil seria *uma grande terra de delinqüentes*. Esses conceitos permanecem culturalmente até hoje: *o Brasil era um degredo ou um purgatório*. (Cf. Souza 2005)

2.8 Estado-Moderno: Independência - Brasil-Nação

A independência ou soberania política, bem como a unidade territorial e legal confere ao Brasil a qualidade de Estado-Nação, a partir de 1830, aproximadamente. Chauí (2000) aponta para o fato de que a história da Nação brasileira é muito recente.

Essa é a invenção histórica da Nação, explicada, como algo político ou Estado-Nação, cujos termos empregados são povo e pátria. A palavra pátria deriva do latim, *pater*, que significa pai. [...] Pai refere-se ao poder patriarcal e *pátria* é o que pertence ao pai e está sob seu poder. A partir do século XVIII, por intermédio das revoluções: norte-americana, holandesa e francesa, *pátria* passa a significar o território, cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado independente.

Para Santos (2002), a Nação passa a ser um processo de expansão, de conquista de novos territórios, espaços, que aponta para a “unificação nacional”. Assim, os princípios definidores da Nação como Estado fundam-se na dimensão do território, na densidade populacional e na expansão de fronteiras. Um território em expansão só se unifica se houver o Estado-Nação produtor, um elemento de identificação que justifique a conquista expansionista. Esse elemento passa a ser a língua, e por isso o Estado-Nação precisou no passado, contar com uma elite cultural que lhe fornecesse, além da unidade lingüística, elementos para afirmar o desenvolvimento da Nação como ponto final de um processo de evolução,

iniciado na família e terminado no Estado. Esse processo foi designado Progresso.

Segundo Biderman (1973), os critérios que converteriam a Nação em Estado já estavam definidos quando surgiu a Nação Brasileira. Antes do descobrimento do Brasil, Portugal já se institucionalizara Estado Moderno, e no processo de ocupação, os portugueses impuseram seu idioma aos habitantes naturais da terra: inúmeras tribos indígenas que falavam as mais variadas línguas. No Brasil, ao se instituir a língua portuguesa, esta já possuía todos os critérios de uma língua nacional, inclusive a composição de uma rica literatura, a portuguesa.

Para a Autora, *cultura – nação – língua* fundamentam o Estado Moderno, isto é, dão à *comunidade social a consciência de sua identidade nacional*. Salienta-se que uma política centralizadora que apóia um padrão lingüístico e o prestígio de uma literatura rica sempre é mais enaltecida e imitada. Nesse sentido, unidos pela mesma língua, os intelectuais do século XIX, reunidos em um grupo de pequeno-burgueses, impregnados dos receios de riscos de proletarização, transformam o cenário nacional de consumistas daquilo que vem da Metrópole e tornam o Brasil em novo Brasil. Por meio de uma criação literária autóctone passam a registrar os símbolos nacionais, a cultura e a língua falada e usada no Brasil.

2.9 Colonizador: um Responsável pelos Registros da História-Oficial

O imperador do Brasil, D. Pedro I, naquela época, sente a necessidade de uma história nacional e de historiadores que garantam a construção de um passado colonial que pudesse orientar a Nação para um futuro; cria, então, o Instituto Histórico e Geográfico em 1838/39, todavia, o imperador garante, apenas a elaboração de uma história centralizada em sua própria figura. Já naquela época, havia a consciência de que, devido à grande extensão territorial, havia diversidade, na questão de costumes e de usos, climas e atividades econômicas, mas a história a ser escrita deveria enfatizar a unidade.

O botânico alemão, Karl Philipp von Martius, em seus escritos deixa claro que para se obter uma noção única sobre o Brasil, o historiador deveria viajar pelo país. Essa idéia orienta o trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagem (1816-78)³⁴, que segue pelas províncias e regiões brasileiras e torna-se o inventor do Brasil, sendo o precursor e fundador da História e do discurso da História do Brasil. Ao produzi-la, sua pretensão foi a de identificar o brasileiro, orientando-se para dar respostas às questões que lhe são suscitadas naquele momento. Dessa maneira, ao escrever a História do Brasil, ele o faz, sob o domínio do ponto de vista do colonizador português. Ele reproduz o pensamento dominante no século XIX e afirma que, devido à sua superioridade, o português se impôs étnica, cultural e religiosamente, vencendo militarmente os adversários que, por meio de lutas, conquista e escraviza. Para o historiador,

os negros fizeram mal ao Brasil, com seus costumes pervertidos, seus hábitos menos decorosos, despudorados. Escravos viviam alheios à ternura da família, tinham o coração endurecido. A escravidão trouxe à jovem nação brasileira grandes inconvenientes: abusos, crueldades também em relação ao vestuário, comida e bebida. (HGB:223, apud Reis 1999:43)

Baseado em princípios dialógicos, o panorama histórico sustenta o cenário paradisíaco brasileiro em detrimento do povo não só do século XIX, como também o do século XX. Na formação cultural e identitária do brasileiro tanto o índio como o negro são tidos como aqueles que nada fazem e, também, não contribuem culturalmente com o país que os abriga, constituindo-se em um mal, principalmente, porque não se relacionam afetivamente com os princípios familiares e por serem pessoas embrutecidas, rijas e sem coração. Devido a esse pensar, o natural da Terra deixa de ter voz, sendo assim silenciado, durante séculos.

O cenário histórico-cultural conjugou diferenças como: submissão e poder. Este poder permaneceu centrado, nas mãos de uma minoria, mas foi altamente capaz de fazer emudecer, durante mais de quatro séculos natural da terra. Desse modo, Damatta (1987) afirma que há em toda a diferença, um traço que marca a

³⁴ in: Reis, 1999.

igualdade do povo e que isso torna o Brasil dos excluídos em Brasil. No entanto, o que ao lado de tantas discrepâncias, é possível conferir uma unidade ao Brasil.

Ressalta-se, nesta investigação, que o procurado pode ser encontrado nos registros da literatura, pois a intelectualidade brasileira, no momento, em que teve a preocupação de desvincular o Brasil da Metrópole, fê-lo por apontamentos que revelaram tanto a Identidade Cultural como a formação da Identidade Nacional do brasileiro, e, ao dar-lhe voz, registrou a fala nacional, numa demonstração da Identidade Lingüística do Brasileiro.

Nessa acepção, é preciso observar que esses fatos marcaram a existência de uma consciência da qual emergiu o sentimento de pertença dos habitantes das terras do novo mundo como habitantes de um território, que se individualizara, em relação àqueles das terras d'além mar. Assim, expressões como *língua brasileira* ou *português do Brasil* indicam o grau de sistematização do processo de idiomatização do sistema lingüístico do português, no novo território, em função de um processo histórico de deculturação e aculturação inevitável de que já resultara:

... um país unilíngüe, pois uma só língua... em todo o ... território. As línguas africanas foram sendo esquecidas pelas gerações sucessivas de afro-descendentes... se incorporaram à nacionalidade brasileira a que de fato pertence. Quanto às línguas indígenas, há várias delas remanescentes em nosso país, mas sem capacidade de competirem culturalmente com a língua portuguesa (...) necessária à aquisição da cidadania brasileira. (Cf. Elias 1994:115)

O modelo europeu de políticas lingüísticas é, num dado momento, privilegiado pela intelectualidade brasileira para sustentar, no período de luta pela independência, o desvencilhamento do novo país de suas amarras com o sistema colonial português, no início do século XIX. Na primeira metade daquele século, José de Alencar lidera o movimento em favor da institucionalização de um padrão lingüístico nacional capaz de configurar e qualificar uma *língua brasileira*, todavia, ele reivindica muito mais, *ele pretende a liberdade do artista em matéria de língua, do que a independência da variante brasileira* (Nunes, 2002). Machado de Assis, na sua segunda fase de escritor, cria a Academia Brasileira de Letras.

Inicia-se, assim, debates acirrados sobre a identidade do português brasileiro e os escritores reivindicam uma autonomia não só lingüística, mas também cultural e literária, movidos por um profundo sentimento nacionalista.

A consciência da identidade brasileira cresce rapidamente e é revelada na produção literária autóctone, e também, cresce o debate sobre a identidade do português brasileiro. Segundo Nunes, 2002, os neologismos constituem o ponto central das controvérsias da segunda metade do século. Esses neologismos brasileiros são lexias que se situam no nível do signo, quer dizer, palavras designativas de referentes e conceitos brasileiros. Os intelectuais da época afirmam que o português do Brasil é isento de estrangeirismos, é puro e não aceitam *a pecha de incorreção lançada pelos portugueses aos escritores brasileiros*. (Nunes, 2002, p. 208)

Pode-se afirmar que, entre os escritores intelectuais, há uma variação quanto à designação da língua do Brasil, oscilando entre *dialeto brasileiro, luso-brasileiro, neoportuguês, brasileiro, nosso idioma...* e não raro, esses escritores designam o português do Brasil como *dialeto* outras vezes dizem *língua brasileira*, ou seja, embora debatam sobre a importância de se ter uma língua inteiramente nacional não raro, fazem confusões ao denominá-la. É, na segunda metade do século XIX, que há uma consciência da particularidade no léxico brasileiro que leva alguns estudiosos a organizarem e a publicarem coletâneas vocabulares de caráter regional, além de alguns pequenos dicionários, alguns até com definições claras e precisas inclusive com informações sobre fonética e etimologia que é o caso do dicionário de Antonio Joaquim Macedo Soares, publicado, em 1888, que se constitui apenas até a letra C. Sob profunda preocupação, o autor revela que já é tempo de os brasileiros escreverem da mesma maneira que falam. Assim, dá-se ao dicionário o papel de registrar a linguagem aceita e valorizada na comunidade, justamente por ser o responsável por guardar um acervo lexical da cultura, constituindo-se, assim, referência básica da comunidade. (Cf. Nunes, 2002, p. 75)

Cumprir afirmar que para o pesquisador nesta investigação, o texto literário exerce um papel de relevo nesse mister, pois deve ser lido como fonte de um léxico nacional, em uso no século XIX. Ele ainda afirma que se deve focalizar o

texto literário, fundamentando-o na compreensão da sua própria especificidade, deixando-se de lhe atribuir importância unicamente como obra de arte a ser contemplada; de sorte que, a leitura do romance e do conto perde o valor de mera distração e assume a concepção de documento historiográfico, neles se encontrando as representações de acontecimentos inerentes às práticas sociais ordinárias e extraordinárias, vividas pelo povo, registradas em língua nacional. Essa outra maneira de se entender o texto literário demonstra o início de um novo tempo, marcado pela ruptura com os estilos de épocas literárias anteriores. Manifestam-se, dessa forma, nos registros literários, sentidos que favorecem o conhecimento e reconhecimento mais profundo da cultura do povo brasileiro, como uma comunidade que tem sua própria identidade, inscrita em um modelo de idiomática do sistema lingüístico da língua portuguesa, apontando-se assim as marcas brasilidade do novo homem de quem se tem registro no discurso da História-Oficial. Nele se encontra um recurso de grande importância na comunicação humana é a seleção lexical, que permite, a partir de dadas escolhas lexicais, representar algo.

2.10 Seleção Lexical: uma Responsabilidade pela Construção do Saber

Sabe-se que as línguas humanas são sistemas de representação. Essa razão leva a compreender a seleção lexical como fios com os quais as pessoas tecem suas idéias e/ou representam o mundo, em forma de texto. Para Turazza (1996), é, por meio da lexia que um autor proporciona aos leitores de uma língua natural condições para que este adquira e construa conhecimentos de mundo. Dessa maneira, ele garante a interação contínua entre língua, cultura, ideologia e sociedade, e a seleção de uma dada lexia pode servir como índice de distinção, de familiaridade, de simplicidade ou mesmo como coadjuvante na argumentação, melhor determinando o objeto discursivo em uma certa categoria de análise.

Muitas vezes, a seleção lexical constitui-se de campos lexicais, isto é, conjunto de lexias que são usadas para dar nomes, qualidades, características, significados de um conhecimento, atividades, técnicas, pessoa. Deve-se apontar que nos textos sempre existe um ou vários campos lexicais dominantes. Essa utilização é de grande eficácia na argumentação e constitui-se em um recurso

retórico muito valoroso. Ao interrelacionar os diversos campos lexicais, e associá-los uns aos outros, cria-se um novo sentido. Esse novo sentido é criado e usado para reproduzir os fatos ou acontecimentos, inclusive, por meio de pesquisa sócio-histórica, entendidos também, como um campo-subjetivo, campo-sujeito. Nota-se a construção de narrativas pelos sujeitos no curso rotineiro de suas vidas cotidianas; todavia, fazem-no para melhor compreenderem a si mesmos e aos outros, reproduzindo ações e expressões significativas e na interpretação das ações e expressões significativas produzidas pelos outros.

Como se trata de conhecer a identidade lingüística do indivíduo de uma dada época, por meio de seus usos lingüísticos e, estes estão delineados no texto literário, é de suma importância a análise da seleção lexical do que é nacional. Para que isso ocorra, o discurso da História-não-Oficial deve ser visitado, para também, serem explicitados os implícitos culturais, pois se acredita que nesses implícitos subjaz o uso lingüístico. Nota-se que na/pela seletividade desse uso, é que se garante todo o investimento lingüístico de uma época, já que ele é o depositário de toda herança cultural e lingüística que uma sociedade possa receber dos seus antepassados.

2.11 A História-não-Oficial do Brasil: um Espaço para Visitação

Em um período que vai do século XV ao XIX, a constante preocupação da literatura foi a de marcar não só o presente histórico-literário, mas também a ruptura necessária com modelos literários de outros países, nessas diferentes épocas. Isso ocorreu, por meio de trocas de experiências e de comunicação intertextuais e/ou interdiscursivas referentes à Memória da própria História da Literatura Nacional pertencentes ao século XIX.

Candido (1975) postula que a literatura deva ser estudada, sob o ponto de vista histórico, já que as obras são articuladas no tempo e deixam transparecer sua determinação, pela maneira como elas são produzidas e também a maneira como elas são incorporadas ao patrimônio de uma civilização. Não obstante, o estudioso previne que não se deve reduzir a literatura a um exagero metodológico dos estudos da História. Essa é a razão que leva o pesquisador nesta

investigação a estender suas análises pelo viés do discurso da História-Oficial, para que a obra, em exame, não seja lida como mero documento, ou como objeto de estudo mais profundo dos sintomas da realidade social. Elas tampouco podem ser reduzidas ao exagero e confusão entre formalismo e estética. Aquele está preso à visão de universo autônomo e suficiente, e esta prescinde de conhecimento da realidade humana, psíquica-social, que dá vida às obras e recebe do escritor a forma adequada. (p.33)

Deve-se compreender, no entanto, que o conjunto das experiências culturais presentes no discurso literário contribui para a socialização do indivíduo em uma dada sociedade. Habermas (2002) considera que, mesmo quando as vivências sociais e comunicativas sejam diferentes para cada um, a sua socialização consolida-se pelo intercâmbio e influência cultural a que fica exposto e a literatura é uma delas. A literatura pode funcionar como transmissora de conhecimentos historiográficos, estes são responsáveis pela formação cognitiva dos leitores.

Nesse sentido, uma obra literária passa a ter seu valor documental, como fonte do registro do cotidiano, da vida psíquica e social de um grupo, em uma dada época. A literatura não tem preocupação com as classes representativas do poder, com ideologia ou com qualquer um que possa manipular a mente da humanidade, pois a preocupação maior deve ser com o registro do discurso literário, no sentido de abranger mais amplamente a cultura e a identidade do povo. Contudo, sabe-se que o texto literário é responsável pela formação de opinião do público leitor, uma vez que atende à(s) ideologia(s) de grupo(s). (Corrêa, N., 2001)

No que tange à especificidade da literatura brasileira, Damatta, (1987) ainda afirma que a mesma deva ser interpretada como pertencente a um modelo de ação, isto é, um universo hierarquizante, cujo paradigma serve para pautar o comportamento e marcar a identidade do Brasileiro.

2.11.1 Século XVI: Uma Visita a Alguns Literatos

Do período descoberta à colonização brasileira, reserva-se um conjunto de registros desde Caminha (1500), a textos datados de 1530 e 1532, de Pero Lopes de Souza, que retratam a expedição de Martim Afonso de Sousa. Todavia, é Gândavo (1576), que escreve ao Rei e enaltece a Terra brasileira como a terra da fertilidade; no que se refere às frutas, aqui existentes, aponta para uma nova manifestação cultural. Assim, a título de exemplificação, cumpre trazê-los ao presente:

... Outras frutas há pelo mato dentro de diversas qualidades, e são tantas que já acharão pela terra dentro algumas pessoas e sustentarão-se com ellas muitos dias sem outro mantimento algum. Estas que aqui escrevo são as que os portuguezes têm entre si em mais estima e as melhores da terra. Algumas frutas deste Reino se dão nestas partes, scilicet, muitos melões, pepinos e figos de muitas castas, ramas, muías parreiras que dão uvas duas, três vezes no anno, e tanto que humas se acabão, começam logo outras novamente. E desta maneira nunca está o Brasil sem frutas...(Gândavo, 1576)³⁵

Nota-se a exaltação pela descoberta que vai além de ser uma terra bem diferente de Portugal. Devido às condições climáticas, o Brasil apresenta abundância das frutas que dão o ano todo, não sendo sazonais.

Encontra-se, nos textos de Anchieta, uma constante preocupação didática e/ou documental, em mostrar tudo o que há no Brasil inclusive, os usos lexicais de produtos tipicamente nacionais. Há, também, nessa literatura um aspecto moralizante, além dos valores católicos-medievais que norteavam a vida na época e, por meio deles, a intenção de manipular a população, moldando-a conforme os preceitos do poder dominante.

José de Anchieta (1565), no III ato da peça, *Recebimento do padre Marçal Beliarde* escrito em língua tupi:

³⁵ apud Infante, 2001, p. 149

Ato III: Diabo e índio guerreiro que o golpeia (...) o diabo daí a um pedaço torna e diz:

*Aqui estou, vim de novo
declarar minha alegria:
enquanto andando já ia,
muita gente deste povo
a pecados induzia.
Mas em vão
esse padre me censura:
desta querida mansão
expulsar-me em vão procura.
oh! prenderei com bravura
os que moram neste chão
esquecendo o Deus da altura.
respeitam ainda o pajé
Caruara.
Não tem fim a grande vara
dos dissolutos sem fé.
Ladra e mexeriqueira é
Guaraparim tapejara
que em minha amizade crê
Vem um índio com uma espada
embagada contra ele:*

*Oh! Que absurdo estás falando!
Sendo tu um mentiroso,
aqui te estou expulsando
A esta aldeia voltando
zangaste a Deus poderoso.
Não te estimo nada bem:
meus parentes tapejaras,
os que moram serra-além,
deles nenhuns em ti crêem,
nenhuns amigos deparas.
Como outrora Tupanzy
te destroçou e esmagou
assim me mandou aqui
rachar-te a cabeça a ti:
arrogante, aqui estou!
Defende-te, bruta fera!
vou ferir-te, ó falsa cara...
Quebra-lhe a cabeça
Pronto! Matei Macaxera!
Já não existe o mal que era...
Eu sou Anhangupiara!*

Estes versos foram, em um primeiro momento, escritos em tupi, posteriormente, convertidos em língua portuguesa. Conforme se observa, há na poesia usos lexicais próprios do território nacional e estes, por sua vez, formam campos lexicais, responsáveis pelo sentido da poesia.

Usos Lexicais

Pajé: [Do tupi.] S. m. 1. Antrop. Etnol. Bras. Designação dada ao especialista ritual que, nas comunidades indígenas brasileiras, tem a atribuição ou o suposto poder de comunicar-se com as diversas potências e seres não humanos (espírito de animais, de pessoas mortas, etc.); xamã:[...]

Tapejara: [Do tupi = 'aquele que toma o caminho'.]S. m. Bras.
Caruara: [Do tupi = 'corrimento'.]S. f. 1. Bras. Amaz.Mal ou enfermidade causada por feitiço; quebranto, mau-olhado.

Mexeriqueira: S. f. Bras. MG RJ SP.1. Bot. V. tangerineira[...]

Guaraparim: [Var. nasalada de guarapari.]S. m. Bras. Bot. 1
V. copiúva. [Do tupi.]S. m. Bras. Bot. 1. V. copiúva.

Macaxera: (ê). [Do tupi.]S. f. Bras. N. N.E. 1. Macaxeira: [Var. de macaxera.]S. f. Bras. N. N.E. Bot. 1. V. mandioca (1 e 2) (Aurélio, século XXI).

Ao fazer uso destas lexias, o autor, naquela época, já estava diferenciando a língua portuguesa do Brasil, daquela de Portugal. Além de lhe atribuir vida nova, ele também revela, nos implícitos, e no sentido, a cultura do índio, com seus curandeiros, suas doenças, sua maneira de se alimentar, bem como sua maneira de estar no mundo.

Cumprе salientar que os jesuítas estudaram a língua tupi e instituíram por longo período o tupi-jesuítico com a finalidade de instaurar o seu poder e controle sobre os índios, ampliando o poder de negociações com o governo português. Além de disciplinarem os índios, aqueles missionários interpretaram o tupi, seguindo alguns ideais de língua e de catequese, conseguiram não só a deculturação, mas também, aculturação religiosa e lingüística.(Cf. Orlandi, 1990)

Os versos revelam, na voz do diabo, a insatisfação da Igreja naquilo que diz respeito não só à conversão dos pagãos ao cristianismo, mas também ao fato da não subserviência, isto é, eles precisam adorar o mesmo Deus e ouvir/obedecer à voz dos padres. Eles, os índios, *os que moram neste chão* não respeitam o único *Deus da altura*, o Deus dos brancos, mas somente *respeitam ainda o pajé/Caruara*. Esse índio precisa esquecer sua própria cultura, isto é, não pode ter o seu próprio deus e deculturado, deve ser aculturado e crer no único Deus. Esta foi a forma pela qual, durante os séculos, que se mantiveram ao lado do Poder dominante, os padres jesuítas encontraram para manipular, não somente os índios, mas também o Poder.

Nessa acepção, o registro de lexias, unidades memorizadas, que se cristalizam pelo uso no discurso literário, moldam os usos lingüísticos daquele tempo, presentes na língua portuguesa até os dias atuais. A História-Oficial se faz presente nos versos, pois, caso os padres não convertam os índios ao cristianismo, aqueles podem se rebelar e como: *Vem um índio com uma espada embagada contra ele:/Oh! Que absurdo estás falando!Sendo tu um mentiroso/...* Pode haver lutas sangrentas e os padres, enquanto representantes do Poder dominante, podem sucumbir diante da bravura, no sentido de não dominação. Aquele povo é unido e valente e a qualquer momento pode mostrar sua bravura.

Considerando-se essas duas épocas, nota-se a grande diferença entre os registros de Caminha (1500) e os do Padre Anchieta (1565). Em Caminha, aquela gente, os índios, era boa, mas não era cristã:

segundo a tenção de Vossa Alteza, fazerem-se cristãos e crerem na nossa santa fé, a qual, praza Nosso Senhor que os traga porque, na verdade, esta gente é boa e de boa simplicidade e gravar-se-á neles, ligeiramente, qualquer cunho que lhes queiram dar; (...)

Nos versos de Anchieta, aquele Padre dá voz ao índio que manifesta a sua natureza, ao se pronunciar, isto é, os índios negam-se a ceder ao processo de deculturação e posterior aculturação, pois possuem uma cultura autóctone e, por isso, acabam por constituir forte ameaça aos catequizadores. Assim, de manso e cordial, o índio passa a representar forte represália ao colonizador e aos jesuítas, enfrentam o Diabo, com a espada nas mãos, indicando a possibilidade de luta, caso esses padres não saiam daquele lugar.

O índio é forte, não está só e conta com a sua *Nação Tapejara* que se encontra além daquela serra. Há nesse *discurso sobre* uma ideologia que justifica simbolicamente a possibilidade de lutas sangrentas que justificam a dizimação dos índios constatada algum tempo depois.

2.11.2 Século XVII: Visita a um Poeta

Cumprе salientar que houve, durante séculos, a intenção de dominação e de deculturação dos índios, inclusive apontada nos escritos literários da época. No entanto, um autor como Gregório de Matos, no século XVII, já não os menciona na maioria dos seus versos. Os índios constituem um passado sangrento, sem nenhuma expressão. Este Autor, ao optar por uma vida de poeta popular, já demonstra em vida as características de um brasileiro que emerge e que circula por engenhos e vilas, carregando uma viola e, faz exatamente, aquilo que o brasileiro faz de melhor: o repente. Este é um traço de Identidade Nacional, que singulariza a cultura brasileira, até os dias atuais, preservada e transmitida para outras gerações.

A sagacidade do Autor, ao construir as imagens negativas dos centros urbanos pelos quais passa: Lisboa, Sergipe, Recife, faz-se presente, assim como o lado menos atrativo e visível desses lugares. Há, subjacente aos seus versos, um *discurso sobre* os maus governos do Brasil, a promiscuidade, a incompetência e a desonestidade.

Esse Autor, nascido no Brasil, um brasileiro, situa a ascensão social do mulato, investindo contra ele, como se fosse o próprio colonizador, isto é, com um discurso impregnado de preconceito, ideologicamente fundado, pontuado de juízos de valor, numa atitude reacionária contra, o mulato. Há nesse falar do poeta, a perpetuação na formação preconceituosa do povo brasileiro, que aqui vai sendo socializado e que assimila essa visão ideológica do poder contra o mestiço. Essa idéia perdura até os dias atuais.

Segundo esse tema, o presente vivido é insatisfatório ao poeta que o apresenta corroído por profunda inversão de valores. Nesse mundo o poeta lê a realidade que o cerca com os olhos do colonizador, e neste particular compartilha da discriminação preconceituosa contra as gentes da terra: os mulatos. Cumpre dizer que sua insatisfação não pára por aí. Ele também, afirma que no Brasil o honesto é pobre; o ocioso triunfa; o incompetente manda etc. Essa atitude idealiza o passado, tido como um tempo perfeito e harmônico, e recusa as contradições do presente. Em última análise, Gregório de Matos revela-se portador de um ponto de vista altamente conservador e vê o negro ou mulato com os mesmos olhos do colonizador.

Soneto

A cada canto um grande conselheiro
Que nos quer governar cabana, e vinha,
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um freqüentado olheiro,
Que a vida do vizinho, e da vizinha
Pesquisa, escuta, espreita, e esquadrinha,
Para a levar à Praça, e ao Terreiro

*Muitos Mulatos desavergonhados,
Trazidos pelos pés os homens nobres,
Posta nas palmas toda a picardia.*³⁶

Estupendas usuras nos mercados
Todos, os que não furtam muito pobres,
E eis aqui a cidade da Bahia³⁷.

³⁶ Grifo da Pesquisadora

³⁷ 1953, p.13

Mulato S. m. 1. Filho de pai branco e mãe preta, ou vice-versa; cabrocha, pardo. 2. Homem escuro, trigueiro. [Aum. irreg., nessas acepç.: mulataço; dim. irreg.: mulatete.] 3. Ant. V. mulo. 4. Min. Minério pardacento de prata ou de cobre. Adj. 5. Diz-se de indivíduo mulato (1 e 2); pardo. 6. Bras. PA Diz-se da rês cujo pêlo é alaranjado no dorso e preto no restante. (Aurélio, séc. XXI)

A categoria de designação permite que o poeta aponte para a cristalização da lexia Mulato, como animal que é trazido pelos pés. Os versos do poeta denunciam as formas incorretas de governar o Brasil e registram a fome da qual padece toda a cidade. Nota-se que o brasileiro, ainda, não possui voz e ainda é focalizado sob o ponto de vista do colonizador, revelando-se assim, a extensão do controle da mente da população, que acaba vendo o mestiço, como aquele que nada faz.

Não poderia ser diferente a alcunha desse poeta, o Boca do Inferno, já que é um brasileiro, analisando outros brasileiros e o Poder sob a mesma ideologia dominante.

Constata-se, por isso, que sendo o mulato produto de um cruzamento entre as raças desiguais, para os autores da época, os defeitos e taras do mestiço são transmitidos, pela herança biológica, desde a apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência. Essas seriam qualidades naturais do elemento brasileiro.

2.12 Brasil-Nação e Brasil Estado-Moderno: Marcos em Registros

Com a expansão do nacionalismo europeu, surge o Estado Brasileiro, constituindo-se um estado político, em 1822. Nesse momento, a língua portuguesa é instituída como língua nacional e o patrimônio cultural e literário português armazenado, desde o século XII, é incorporado ao patrimônio brasileiro, principalmente, nos séculos XVI, XVII de Vieira e XVIII com a escola mineira, em que se observou a nata da literatura brasileira.

Na segunda metade do século XIX, os escritores preocupados com o padrão lingüístico nacional, provocaram uma crise na consciência brasileira. José

de Alencar centralizou a necessidade de uma *língua brasileira* e propôs-se usá-la, durante a execução de um programa literário, em que as etapas da História do Brasil fossem romanceadas. Nessa ocasião, a língua portuguesa-brasileira apresenta variantes lingüísticas próprias do uso, embora seja portadora de uma identidade gramatical com a língua portuguesa da Metrópole. Aquela é matriz desta. Como se depreende, só se configura uma língua, quando sua estrutura fonológica e morfossintática divergir de maneira que as outras não possam ser reduzidas à unidade.

Não se pode perder de vista, que no princípio do século XIX, os intelectuais despertaram para a consciência de sua independência cultural e artística, pela libertação da tutela portuguesa dos tempos coloniais e dos modelos franceses que substituíram o padrão português. Todavia, essa posição sobre a *língua brasileira* só se consolidaria, mais tarde, durante a Semana de Arte Moderna em 1922.

Os textos literários produzidos no Brasil passam a apresentar características típicas brasileiras. Essa consideração fornece, até os dias atuais, condições para que se procedam leituras diversas daquele período, por meio de um processo de visitação, busca e reconhecimento não só da cultura, como também do *modus vivendi* daquele um povo emergente. Há nisso tudo, o advento de uma literatura descolonizada, que possui sua Identidade Nacional e revela com isso a Identidade Cultural e Lingüística de seu povo, o Brasileiro.

José de Alencar, em seus textos, apresenta a superioridade da América sobre a Europa. Aponta para a América como um caminho para a civilização. Seu orgulho nacionalista proclama como verdadeiro o *mito fundador do paraíso terreal*. Ele enaltece de tal forma sua Pátria que chega a confirmar as palavras de Caminha *dar-se-á nela tudo*. A natureza do Brasil é pródiga e *a terra é mãe carinhosa*. O autor discursiviza sobre as terras e mares brasileiros, sem deixar alheio o índio, descrevendo-o com todos os pormenores de beleza e bravura, apontando-o com todos os efeitos de extrema sensibilidade.

A título de exemplificação do que foi defendido, aponta-se para o fragmento inicial da obra do autor, *Iracema* (1843). Ele centraliza a terra e o homem em uma conformidade brasileira, representando em língua, na tessitura do discurso literário, a maneira de pensar do povo do século XIX diante do “imenso e colosso gigante”³⁸, o Brasil. Assim,

Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a Jandaia nas frondes da carnaúba; [...]

Além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema.

Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longo que seu talhe de palmeira.

O favo da jati não era doce como o seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado.

[...]

Um dia, ao pino do sol, ela repousava em um claro da floresta. Banhava-lhe o corpo a sombra da oiticica, mais fresca do que o orvalho da noite. Os ramos da acácia silvestre espargiam flores sobre os úmidos cabelos. Escondidos na folhagem os pássaros ameigavam o canto. (Cf. Alencar, 1865, p.15-16)

Usos Lexicais

carnaúba [Do tupi = 'árvore do caraná'.] S. f. Bras. Bot. V. carnaubeira. A cera extraída das folhas da carnaúba.

Iracema –em guarani = lábios de mel, ira=mel, tembe=lábios > cembe

Graúna - [Do tupi.] S. f. Bras. Zool. 1. Ave passeriforme, icterídea (*Psomocolax oryzivorus*), de coloração geral preta com brilho violáceo e bico preto. 2. Ave passeriforme, icterídea (*Gnorimopsar chopi sulcirostris*), de coloração geral preta com brilho azulado. Ambas as espécies, largamente distribuídas no Brasil e países limítrofes, são granívoras, e causam grandes estragos nos arrozais, por ocasião das colheitas.

Jati- [F. sincopada de jataí.] S. f. Bras. CE Zool. 1. V. abelha-mosquito. (Cf. Aurélio, Séc. XXI)

Como se pode notar, o índio e seu descendente mestiço confundem-se com a terra e constituem a própria América. Nas obras literárias nacionais, eles aparecem altivos, corajosos, ricos de imaginação, não temem a morte. O povo idealizou o índio como símbolo de sentimento nobre, Gonçalves Dias, José Alencar entre outros intelectuais o poetizaram: *sua magnanimidade que ressumbra no drama selvagem*. (Proença, 1966, p. 46)

³⁸ Grifo da Pesquisadora.

Esse momento da literatura brasileira revela que o romance é um instrumento de crítica às instituições sociais e lugar de construção de conhecimento. Ocorre no Brasil, a partir do século XIX, uma ruptura com a ideologia do mito fundador responsável pela crença da existência apenas de um “paraíso”³⁹ totalmente, concebido ao colonizador e também construído por ele, para dar voz e forma ao Homem, o Brasileiro. A partir desse momento, detecta-se a formação de uma Identidade Lingüística, pois presentes na Literatura Nacional, além do sentimento imanente naqueles dias e da realidade dos fatos ocorridos, o sentimento nacionalista passa a agrupar as pessoas e, anunciar a Identidade e, conseqüentemente também, a Identidade Nacional.

Aluísio Azevedo, intelectual, escritor da obra *O Mulato* (1881), objeto de análise nesta Tese, tem a preocupação de apresentar, também, a linguagem do Brasileiro, dando-lhe além de voz, forma lingüística. O autor acredita que *a palavra serve para demonstrar um fato, desenvolver uma tese, discutir um fenômeno*. Em suas obras, ela utiliza a palavra como instrumento de combate às dificuldades sociais e de questionamento aos pilares da sociedade. Sua literatura registra a condição de preconceito, em que vive o povo da época. Em suas revelações, há marcas da existência da identidade nacional e cultural, e, também, ao registrar os usos lingüísticos, ele avalia a escravidão, bem como se insurge contra o exagerado conservadorismo social, na província do Maranhão, panorama do romance *O Mulato*.

Ao se extrair do romance, material que constitui o *corpus* desta Tese, busca-se demonstrar modelos do homem daquele tempo tanto do branco como do negro, do mulato e de outros, o tipo de trabalho que eles realizam, as condições para o relacionamento social, a contribuição popular para o mundo da cultura e para a formação de uma Identidade Nacional, resultado de uma colonização que apresenta portugueses enriquecidos e mal-preparados que ocupam posições sociais de comando e constituem a casta superior da sociedade, enquanto os negros constituem a maioria inferiorizada. O abolicionismo em pleno andamento ainda é ilusório, a situação do negro não está

³⁹ Grifo da Pesquisadora.

nem um pouco definida e a mudança prevista pouco representa para definir a emancipação das classes sociais daquele momento. Assim, esta obra literária oferece toda a informação necessária para se conhecer melhor o Brasil de antigamente.

O pesquisador, nesta investigação, acredita que o discurso literário garante a formação da opinião e do conhecimento do leitor e, também, acredita que ensino da leitura do texto literário, nos bancos escolares, deva ser reorganizado e reorientado. Com efeito, no discurso literário, subjaz a força da palavra e, uma vez bem mediatizada pela literatura, a palavra passa a oferecer condições para o leitor conhecer e interagir na sociedade em que está inserido. A análise, que ora se propõe nesta Tese, considera o que vai identificar o brasileiro da época, como ele participa de eventos coletivos, sua relação cultural e o uso que faz da língua-materna como patrimônio nacional brasileiro.

Urgia que se fizesse uma literatura brasileira, que apresentasse ao mundo um quadro da vida nacional, cuja imagem propiciasse visibilidade ao povo e a sua luta. Cumpre dizer, que esse processo é demorado e vem crescendo desde o século XVIII, quando surgem os primeiros ensejos de Independência e de Brasil-República associados às idéias de revolução e de algum tipo de reforma da sociedade. Esses ideais vão influenciar mais tarde, alguns membros do movimento republicano que teve início em 1870. Cumpre salientar que a Abolição dos Escravos representa o marco divisório entre duas épocas, a do Brasil-Colonial e a do Brasil-Nação-Estado, essa evolução nacional brasileira é apontada pela data de 1888, o momento mais decisivo de todo o desenvolvimento nacional. (Cf. Holanda, 1995)

Na segunda metade do século XIX, novos objetivos marcam a atitude humana, configurando-se por uma nova maneira de viver e de se fazer literatura. Sabe-se, entretanto, que esse período marca a “Revolução Brasileira”, isto é, uma nação que viveria só por si, com sua própria voz, sem precisar usar a voz do colonizador que, durante séculos, falou e pensou pelos brasileiros.

Por essa razão, deve-se entender a produção literária da época como um local, em que se marca a ruptura com o passado e com o colonizador para apontar, no presente, as mazelas daquela sociedade. A voz do brasileiro emerge da obscuridade e, por meio dela, as críticas tecidas são severas e armazenadas na Memória Social, constituindo-se grande fonte documental. Essa fonte revela não só a evolução de um processo, mas também a realidade de um dado tempo e espaço. Essa literatura deve ser entendida como um veículo de ação moral, divulgador de princípios éticos a serem seguidos, e também de significados intrínsecos de uma contra-ideologia.

*Fica decretado que,
A partir deste instante,
Haverá girassóis em todas as janelas,
Que os girassóis terão direito
A abrir-se dentro da sombra,
E que as janelas devem permanecer,
O dia inteiro, abertas para o verde
Onde cresce a esperança.*

*Os Estatutos do Homem
Tiago de Mello
Tradução de Paulo Neruda
(RRD. América Latina, 2002)*

A Organização Lexical da Identidade Lingüística do Povo Brasileiro no Século XIX

3.1 Algumas Considerações

Neste Capítulo, são apresentados os resultados obtidos das análises de quatro fragmentos do texto, *O Mulato*, de Aluísio Azevedo (1881). A título de exemplificação, são apresentadas partes significativas dos eventos cotidianos e extraordinários experienciadas pela comunidade/sociedade de São Luís do Maranhão e, por isso, propiciam respostas ao tema da Tese. Procede-se, também, à verificação da organização lexical que identifica lingüisticamente o povo brasileiro no século XIX.

Participar como membro de uma comunidade significa ser aceito pelo grupo desde o nascimento, pelo compadrio ou mesmo pela amizade (Cf. Gorz, 2004). Muitas vezes, há razões que não permitem que se desenvolvam quaisquer relações comunicativas que aproximem as pessoas. Assim, a exclusão é real e carrega consigo a indignação, indiferença, distância, o estigma que acabam por eliminar, de um dado convívio, aquele que pode ser sujeito de boas ações.

A existência de um segredo velado, por uma dada comunidade, pode ser objeto de aniquilamento de valores morais e espirituais que regem todos pactos de uma vida em comum. Uma sociedade, regida por contratos, pode tê-los destruídos, a partir de uma desobediência às normas socialmente partilhadas. (Idem)

No texto, *O Mulato*, verifica-se que naquela comunidade, havia pactos entre as pessoas mais próximas, brancos e negros, patrões e empregados, bem como àquele que era o guia espiritual responsável por aquele grupo.

Em uma época de tráfico de negros, em São Luís do Maranhão, nasceu Raimundo, filho da negra, Domingas, e de José da Silva, um português. Esse

menino foi alforriado, no dia de seu batizado, e sua origem foi velada como mais um segredo de pai e mãe, gerando-se dessa maneira, um pacto entre os dois. José mantinha uma vida dupla entre a casa grande e a senzala. Desconfiada, a esposa de José da Silva, dona Quitéria, aproveita uma das andanças do esposo pela cidade, e fustigada pelo desejo de acabar com a mãe e com a criança, pelo fato de serem negros, e pelo fato de ter sido traída com uma negra, maltrata-os desumanamente, Aquele segredo foi violado e o pacto foi desfeito.

José leva a criança à cidade e vela um novo segredo com o irmão que acaba conhecendo a história da origem daquele menino. Ao retornar à fazenda, encontra a esposa, dona Quitéria, nos braços do padre Diogo e conhece o segredo existente entre aqueles dois, o padre e a esposa. Inconformado, mata a esposa, na frente do padre, e assim, torna-se um descumpridor do pacto nupcial que não pode ser traído por qualquer uma das partes. A ruptura deste pacto se confirma pela tragédia do assassinato da esposa, diante do padre. Para não ser preso, e também para não revelar o segredo do padre-amante para aquela comunidade, os dois, padre e José, estabelecem um pacto, a partir daquele duplo segredo. O Padre Diogo não consegue manter o pacto por muito tempo, e na primeira oportunidade, mata José. O Padre assume um segredo que vai marcá-lo durante toda a sua vida.

Aquela criança foi enviada a Portugal para ser educada e desconhece a sua origem. Na Metrópole, ela é educada e, anos mais tarde, volta ao Brasil para reaver a sua herança. No entanto, ao chegar a São Luís do Maranhão, conhece Ana Rosa com quem pretende se casar. O pedido de casamento não foi aceito, devido à origem de Raimundo, filho de uma negra. O segredo de sua origem lhe é revelado e apesar de ser um advogado, é excluído da comunidade. Ao sair do Brasil, Raimundo morre para a aquela comunidade, e ao retornar, não é aceito. Devido à sua persistência, e à forte ameaça, em relação ao segredo do padre, ele é morto duplamente.

Esta Tese entende que o discurso literário produz uma ruptura com o discurso da História-Oficial, no sentido da liberdade de expressão dos sentimentos mais íntimos dos vários sujeitos, das várias formações discursivas,

que proporcionam que se desvende a formação de qualquer pacto nas várias comunidades presentes.

Nesse sentido, para se examinar a Identidade Lingüística, à luz da AD, retomam-se os estudos de Pêcheux (1990). Mister se faz observar que o autor propõe categorias analíticas que possibilitam também demonstrar, por meio dos fragmentos selecionados, a cultura, o nacionalismo, bem como os usos lexicais do século XIX, que atribuem identidade lingüística ao povo brasileiro. Essas categorias são:

- 1 **Superfície Discursiva** conjunto de enunciados realizados, produzidos a partir de uma focalização que permite analisar a especificidade da superfície discursiva;
- 2 **Formação Discursiva** o que pode e deve ser dito a partir de uma posição;
- 3 **Campo Discursivo** um conjunto de formações discursivas;
- 4 **Objeto Discursivo** um objeto em análise, tendo em vista sua história;
- 5 **Materialidade da Linguagem** leva em conta a disposição das coisas no mundo para não haver equívocos, na ligação entre o sujeito, o inconsciente e a ideologia;
- 6 **Materialidade Discursiva** constituição da memória e da ligação dos sentidos, por elementos, marcas e objetos, gestos simbólicos;
- 7 **Memória Social** arquivos de memória que vão constituir outros discursos, como o da História-Oficial, por exemplo;
- 8 **Interdiscurso** a memória do dizer, o já dito, nele há várias formações discursivas;

- 9 **Intertexto** a memória do dizer já escrito diálogo com outros textos;
- 10 **Intradiscurso** (dentro) decorrente da incidência do interdiscurso (fora), isto é, o que o discurso traz representado em língua. Logo, entende-se, a presença de usos lexicais que revelam a Identidade Lingüística do Brasileiro;
- 11 **Espaços Discursivos** são os limites entre as passagens das formações discursivas, propiciando novos caminhos;
- 12 **Sujeito(s)** quem fala, de onde fala, com quem fala, sobre o que fala, qual o papel que ocupa;
- 13 **Formação Ideológica** materialidade ideológica, por Aparelhos Ideológicos ou por Instituições.

3.2 Exame de *Corpus*: à Luz das Categorias Analíticas da AD

Neste exame, observa-se que, sendo o discurso literário um discurso sobre vários outros, ele permite a construção de outras/várias Formações Discursivas. Tais formações reúnem outras categorias. Desse modo, tem-se pelo discurso literário:

3.2.1 Análise do Fragmento Base 1

Era um dia abafadiço e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quase não se podia sair à rua: as pedras escaldavam; as vidraças e os lampiões faiscavam ao sol como enormes diamantes; (...) Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho. (...) p. 20.

A. Superfície Discursiva

Um dia na cidade de São Luís do Maranhão:

1. *o dia é abafado, aborrecido;*
2. *a cidade é pobre, entorpecida pelo calor – as pedras escaldam – os lampiões faíscam ao sol;*
3. *as pessoas – indeterminadas – quase não podem sair às ruas – em certos pontos não se encontrava viva alma –*
4. *tudo estava concentrado, adormecido*
5. *só os pretos faziam compras para o jantar – ou andavam no ganho.*

Pela categoria Superfície Discursiva, pretendeu-se demonstrar que no Fragmento Base 1, o autor dirige-se ao leitor e faz a apresentação do que vem a ser um dia de calor exaustivo como outros tantos, na Cidade de São Luís do Maranhão. Ao ocupar a posição de examinador, ele se faz presente e sofre com as dificuldades do clima quente, sensibilizado explicita como todos, homens e natureza, interagem num dia de calor intenso e como o que é de pior fica concentrado nas mãos do negro.

B. Formação Discursiva

Em São Luís do Maranhão o(s) dia(s) é/são quente(s), (somente) os negros saem às ruas para comprar ou para ganhar.

Esta Categoria Formação Discursiva relaciona, textualmente, por meio do que *pode* ou *não ser dito*, todas as demais categorias. Nesse sentido, ela norteia, daqui em diante, o exame.

C. Campo Discursivo

Depreende-se nesta categoria Campo Discursivo reúnem-se um conjunto de Formações Discursivas diferentes, ou seja, poder-se-ia apresentar uma Formação Discursiva para o discurso da Geografia, São Luís do Maranhão; uma outra

formação para o discurso do negro; outra para o discurso do branco e, por essa razão, chega-se a concluir que o discurso pode ser mais explorado.

D.Objeto Discursivo

Esta categoria, Objeto Discursivo, possibilita o exame mais profundo do objeto discursivo, as condições climáticas daquela cidade, como a população é formada - negros e brancos – há um posicionamento e uma focalização, sob diversos pontos de vista, isto é, o do discurso: geográfico, socioeconômico e também, Histórico. Chega-se, assim, a verificar que cabe aos negros não só a pior tarefa, mas também os piores sacrifícios e tudo isso, em benefício do dono.

1. Os dias quentes na cidade de São Luís do Maranhão, em decorrência da posição geográfica;
2. a posição privilegiada das pessoas que não saem às ruas e a posição das pessoas que saem às ruas, em virtude da situação socioeconômica;
3. análise do objeto discursivo pelo eixo da História: os negros não existem, portanto eles podem sair às ruas.

E.Interdiscurso

Esta categoria, Interdiscurso, é responsável por apresentar o já dito por outros discursos o conhecimento que está sendo partilhado a partir do discurso literário. Assim, há a interdiscursivização com:

1. o discurso da História-Oficial
 - a) os brancos não saem às ruas em dias quentes - pacto social – mandam os negros fazer compras para o jantar;
 - b) alguns negros vivem no ganho;

2. o discurso da História-Oficial
 - a) contrato social uma lei chamada “brecha camponesa” consiste na permissão que alguns escravos têm para produzir alguns gêneros alimentícios e vendê-los no mercado, para o seu sustento e para o sustento do seu dono; (Cf. Fausto, 2006, p.125)

3. o discurso da Geografia
 - b) a cidade de São Luís do Maranhão – localizada na linha do Equador é muito quente; e,

4. o discurso da Geografia
 - c) as características humanas da cidade de São Luís do Maranhão descrevem avaliativamente, a situação socioeconômico-cultural das cidades do Norte e Nordeste do Brasil.

F. Intradiscurso

Em decorrência do Interdiscurso, apontado nesta Formação Discursiva, há, na categoria Intradiscurso, a presença das lexias:

a) dia + abafadiço + aborrecido – a descrição feita pelo sujeito-narrador aponta para o leitor:

a cidade de São Luís - localizada na linha do Equador – causa – os dias são “abafados”;

b) pedras + escaldavam

vidraças e lampiões + faiscavam ao sol + como diamantes;

devido à excessiva incidência do ‘sol’ – consequência – não só o estado do homem branco que nela habita fica entorpecido pelo calor, mas também a cidade;

c) + pobre + entorpecida pelo calor + vazia -

+ tudo + concentrado + adormecido

o estado geral da cidade, em que tudo fica concentrado e adormecido e pobre;

d) o estado do homem negro: o único que dá vida à cidade;

+ *só os pretos faziam compras para o jantar – ou andavam no ganho*

e) Por esse processo descritivo, o sujeito-narrador aponta para o contrato social: o europeu se furta ao trabalho, em dias de 'sol escaldante'. Como esses dias são de alta frequência, o europeu não trabalha e, na ausência do branco, o negro cumpre as tarefas que lhe são conferidas, transforma assim, os dias de sol escaldante em dias de ganho e 'liberdade'.

andavam no ganho - lexia de uso nacional aponta para a Identidade de um grupo social.

Esta lexia, cristalizada na memória das pessoas que viviam o século XIX, revela uma prática cotidiana que identifica os negros que trabalhavam para seus donos. Salienta-se que essa lexia é colocada no discurso da História-Oficial, mas como um relato que não se atém à real situação vivida pelos negros na ocasião. Assim, a título de exemplificação do fato relatado pelo discurso da História-Oficial, apresenta-se o fragmento:

Como em relação à responsabilidade dos brancos pelo ódio que lhe têm os índios, aqui também a responsabilidade é clara: "(...) o homem que conta com os jornais⁴⁰ de seus escravos vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si"⁴¹

Ao comparar os discursos apresentados, o literário consegue atribuir as emoções daquele triste dia-a-dia, o que não é revelado pelo discurso da História-Oficial.

Cumpramos observar, preliminarmente, neste exame que, somente em virtude das categorias da AD, elencadas por Pêcheux, é que se permitiu o encontro dos elementos imprescindíveis para que se desvendassem todos os sentidos subjacentes ao discurso. Assim, houve a possibilidade de se conferir, os implícitos

⁴⁰ **jornal**1.[Do lat. diurnale, 'diário', i. e., salário por um dia de trabalho.]S. m. 1. Paga de cada dia de trabalho; salário, jornal, Cf. Aurélio, séc. XXI

⁴¹ NABUCO, Joaquim, *A escravidão*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, apud Weffort, 2006

textuais, as correntes ideológicas, as várias formações discursivas existentes, as posições ocupadas por todas as vozes que emergem do discurso.

G. Materialidade da Linguagem

O advérbio só (somente) *os negros saem às ruas* – carrega consigo a força da ideologia do poder. Quem é negro sai às ruas e se expõe ao sol escaldante; quem é branco fica em casa e se protege.

H. Materialidade Discursiva

O autor constitui a memória e os sentidos, na medida em que busca termos, na natureza e no elemento humano, marcas e gestos simbólicos para justificar sua tese.

A natureza e as pessoas de São Luís do Maranhão sofrem o excessivo calor da região e, por momentos diários, tudo, simbolicamente, revela-se ‘morto’⁴².

- *Tudo estava concentrado, adormecido. Tudo* representa simbolicamente a estagnação e dormência da cidade;
- *Não se encontrava viva alma na rua. Viva alma* representa simbolicamente a inexistência da alma no negro, ou seja, se ele está na rua para comprar e vender, e o enunciador-narrador afirma que não há *viva alma na rua*, o negro representa ali a sua própria inexistência;
- *...as vidraças e os lampiões faiscavam ao sol como enormes diamantes. Enormes diamantes* faiscantes ao sol representam simbolicamente a luz da vida, preciosidade, os valores materiais, a magnitude, o poder, *status*, enfim, tudo aquilo que exclui o negro desse universo ao qual pertence enquanto ser humano.

⁴² Grifo da Pesquisadora

I. Memória Social

A Memória Social é reconstruída e ressignificada, à medida que os conhecimentos são retomados e recolocados nos arquivos sociais. Estes arquivos compreendem a memória relativa aos conhecimentos do que vem a ser um dia de calor nos trópicos; o sofrimento dos negros, sob o sol escaldante, sem deixar de dizer o preconceito que sofre. Todos sabem que em dia de sol escaldante não se sai às ruas, mas o negro sai às ruas todos os dias, independentemente do sol escaldante.

J. Espaços discursivos

Entre os espaços discursivos, existem várias Formações Discursivas e nelas os implícitos que poderiam ser assim apontados: Formação Discursiva com o discurso da História-Oficial:

a) O dono do escravo: trata-se do branco que por si só dentro da narrativa constrói várias Formações Discursivas, dependendo do papel e da focalização dada a ele. Pode-se afirmar que ele representa: o dono do escravo, possui família, não sai sob o sol em dias de sol quente, surra o negro, exige o trabalho etc.;

b) o escravo: trata-se do negro que tudo faz e não é reconhecido, trabalha dentro e fora de casa, é submisso, entre outras;

c) a cidade de São Luís do Maranhão abriga uma população dividida em várias comunidades, possui uma ideologia;

d) o calor local é um fator que envolve outros discursos como o da Geografia, Ciências Sociais;

e) o homem branco que não trabalha e vive às custas dos seus escravos, o que trabalha no comércio, o que é negreiro, isto é, é traficante de negros, etc.; e,

f) o sujeito-enunciador, entre outras formações.

Vale afirmar que cada item apresentado como Espaço Discursivo pode ser uma nova Formação Discursiva e cada uma pode ser examinada à luz das outras categorias. Esta é a característica principal de uma Formação Discursiva, ou seja, ela compreende todas as outras categorias.

L. Sujeito

A categoria Sujeito aponta para as posições ocupadas por aquele que enuncia. Esta posição não é fixa, pois o enunciador varia de acordo com o turno, do lugar que ocupa, do papel que executa, sobre o que fala, entre outros.

Sujeito 1:

a) enunciador-narrador apresenta, em língua, para o Sujeito-leitor ampla possibilidade de visualização do lugar, posicionando-se descritiva e avaliativamente sobre as condições climáticas do lugar e constrói um cenário ao leitor;

b) enunciador-narrador posiciona-se em relação às pessoas da cidade – ele presencia o fato e ao focalizar as pessoas e da maneira como faz, ele avalia a situação sócio-econômico-cultural dos habitantes do local e da população;

c) enunciador-narrador posiciona-se em relação à situação de desolação do lugar. Devido à sua avaliação, o leitor pode construir o seu ponto de vista sobre o local;

d) enunciador-narrador que avalia negativamente o negro. Assim, o leitor pode construir o seu ponto de vista sobre o próprio enunciador-narrador.

Sujeito 2:

Os negros que vivem na cidade de São Luís que vivem situação socioeconômica-cultural inferior. Por essa razão, podem ficar na rua e trabalhar.

M. Formação Ideológica

A categoria Formação Ideológica é entendida como uma visão de mundo de uma dada classe social e corresponde a um conjunto de representações e de idéias que revelam a compreensão que essa classe tem do mundo, cujas idéias são reveladas pela linguagem.

É importante salientar a possibilidade de compreender a ideologia como uma direção nos processos de significação, podendo ser interpretada como um espaço em que o imaginário institui as relações discursivas, significando que o discursivo é político. Tem-se como resultado de transformações, as cristalizações que se evidenciam pela decorrência significativa. na relação entre história e poder.

1. da Instituição dono do escravo – existe um pacto que

- a) possibilita que o negro saia às ruas para comprar. Ao comprar o negro se expõe ao sol escaldante;
- b) possibilita que o negro saia às ruas para vender e, ao vender para o senhor, o negro passa a ser responsável pelo sustento do seu senhor;

2. a Instituição Governamental – existe um contrato que

- a) o negro deve obediência ao seu senhor.

Como se pode observar pela análise realizada à luz da AD, as categorias elencadas proporcionam um grau maior de aprofundamento aos significados do texto e revelam os múltiplos universos significativos subjacentes aos discursos. Assim, percebe-se que na/para análise foram utilizados todos os recursos transdisciplinares correspondentes aos discursos de diversas ciências: História-Oficial, Ciências Sociais, como Sociologia, Antropologia, entre outros, dos quais pôde-se verificar a presença.

3.3 História-não-Oficial: Espaço para Eventos Extraordinários

Os eventos extraordinários são acontecimentos que escapam ao cotidiano. Consideram-se como tais as festas, os cerimoniais, os bailes, os congressos, as reuniões, os encontros, as conferências, todos possuem o caráter de reunir as pessoas, os grupos, e as categorias sociais.

O próprio comportamento humano revela mudanças e estabelece condições para a separação do âmbito do cotidiano e o do todo dos acontecimentos extraordinários. As festas são momentos extraordinários marcados pela alegria e muitos valores positivos, nesses momentos, a rotina é vista como negativa. Há, nos textos literários em exame, a explicitação das festas acontecidas em São Luís do Maranhão, pelas quais, tem-se a valorização da cultura popular. Entende-se por:

feira. [Do lat. tard. *feira*, do neutro pl. do lat. *festum*, i.]
 1. Reunião alegre para fim de divertimento. 2. O conjunto das cerimônias com que se celebra qualquer acontecimento; solenidade, comemoração. 3. Dia santificado, de descanso, de regozijo. 4. Comemoração litúrgica, solenidade da Igreja; romaria. 5. Fig. Regozijo, alegria, júbilo Fazer a festa e soltar os foguetes. (Cf. Aurélio, século XXI)

Salienta-se que o brasileiro caracteriza-se por ser um sujeito pacífico, que recebe muito bem os estrangeiros e, também, por ser muito festeiro. Acrescenta-se que isso o torna peculiar e o identifica na comparação com pessoas de outras nacionalidades. Nesse contexto, afirma-se que suas festas, também, são diferentes, em relação às festas de povos de outras nações.

3.3.1 Evento Extraordinário: Festa da Nossa Senhora dos Remédios

As festas religiosas no Brasil revelam a História de cada região pertencente ao solo nacional. Além de amplamente divulgadas, são prestigiadas por todas as camadas da população, pois constituem um patrimônio cultural brasileiro. A festa da Nossa Senhora dos Remédios é apontada na obra como um marco da cultura nacional do século XIX, é realizada até os dias atuais, não só no Maranhão, mas

também em outras localidades do território nacional. Por essa razão, esses festejos denotam uma tradição que está presente na Memória Social do povo brasileiro.

Ao se retomar a festa da Nossa Senhora dos Remédios da Memória Social, presente no discurso literário, procura-se retirar desse evento extraordinário, os traços culturais e lingüísticos que Identificam o Brasileiro. Porém, devido à extensão do Fragmento 2, faz-se mister que se delimite o conteúdo de cada categoria da AD, priorizando-se apenas o que merece ser destacado e que contemple a Tese desta investigação.

3.3.2 Análise do Fragmento Base 2

(...) Principiou expondo minuciosamente o Largo dos Remédios, com a sua ermida toda branca, seus bancos em derredor, muitos ariris, muita bandeira, muito foguete, muito toque de sino. Descreveu com assombro o luxo exagerado em que se apresentavam todos, todos! Para a missa das seis e para a missa das dez, nas quais, ele dizia circunspectamente, “reúne-se a nata da nossa judiciosa sociedade!...” Era tudo em folha, e do mais caro, e do mais fino. Nesse dia todos luxavam, desde o capitalista até o ralé caixeiro de balcão; velho ou moço, branco ou preto, ninguém lá ia, sem se haver preparado da cabeça aos pés; não se encontrava roupa velha, nem coração triste!

- Às quatro horas da tarde – acrescentou o narrador -, torna-se o largo a encher. Pensará talvez o meu amigo que tragam a mesma fatiota da manhã...

- Naturalmente...

- Pois engana-se! É tudo outra vez novo! São novos vestidos, novas calças, novas...

(...)

- Afirmam alguns estrangeiros... e dizendo isso tenho dito tudo!... Que não há em parte alguma do mundo, festa de mais luxo!...

(...)

O que lhe posso afiançar, doutor, é que não há criança que, nessa tarde, não tenha a tenha a sua pratinha amarrada na ponta do lenço. Aparecem cédulas gordas, moedas amarelas; troca-se dinheiro; queimam-se charutos caros, no bazar (há um bazar) as prendas sobem a um preço escandaloso! Digo-lhe mais: nesse dia não há homem, por mais pichelingue, que não gaste seu bocado nos leilões, nas barracas, nos tabuleiros de doce ou nas casas de sorte; nem há mulher, senhora ou moça-dama, que não arroste grandeza, pelo menos seu vestidinho novo de popelina. Vêem-se enormes trouxas de doce seco, corações unidos de cocada, navios de massa com mastreação de alfenim, jurarás dourados, cutias enfeitadas dentro da gaiola, pombos cheios de fitas, frascos de compota, murici, bacuri, buriti, o diabo, meu caro senhor! As pretas-minas, cativas ou forras, surgem com os seus ouros, as

suas ricas telhas de tartaruga, as suas ricas toalhas de rendas, suas belas saias de veludo, suas chinelas de polimento, seus anéis em todos os dedos, aos dois e aos três em cada um... E este povo, mesclado, coberto de luxo, radiante, com a barriga confortada e o coração contente, passeia, exhibe-se, anho de si, pensando erradamente chamar a atenção de todos, quando aliás cada qual só pensa e repara em si próprio e na sua própria roupa!

(...)

Pois sim, senhor. Dão oito horas... Ah, meu caro amigo! Então surge de todos os cantos da cidade uma aluvião interminável de famílias, de velhos, moços, meninos, mulatinhas e negrinhas, que encham o largo que nem um ovo! Pretos de ambos os sexos e de todas as idades; desde o moleque até o tio velho, acodem, trazendo equilibradas nas cabeças imensas pilhas de cadeiras e, com estas cadeiras, formam-se grandes rodas mesmo na praça, ao ar livre, e as famílias, ou ficam aí assentadas, ou, a título de passeio, acotovelam-se entre o povo. Fazem-se grupos, a gente ri, discute, critica, namora, zanga-se, ralha...

-Ralha?

-Ora! Já houve uma senhora que castigou um moleque a chicote, lá mesmo no largo!

-A chicote?

-Sim, a chicote! Aquilo, meu caro doutor, é uma espécie de romaria! As famílias levam consigo potes de água, cuscuz, castanhas assadas, biscoitos e o mais... E tudo isso ao som desordenado da pancadaria de três bandas de música, dos gritos do leiloeiro e da inqualificável algazarra do povo!

(...)

-Soltam-se os balões de papel fino; cruzam-se moças aos pares; giram aos pares os janotas; vendem-se roletos de cana, sorvetes, garapa, cerveja, doces, pastéis, chupas de laranja; sentem-se arder charutos de canela; gastam-se os últimos cartuchos; esvaziam-se de todo as algibeiras e, finalmente, com grande júbilo geral, arde o invariável fogo de artifício. Então rebentam todas as bandas de música a um só tempo, levanta-se uma fumarada capaz de sufocar um fole, e, no meio estralejar das bombas e do infrene entusiasmo da multidão, aparece no castelo, deslumbrante de luzes, a imagem de Nossa Senhora dos Remédios. Foguetes de lágrimas voam aos milhares pelo espaço; o céu some-se. Todos se descobrem em atenção à santa, e abrem o chapéu-de-sol com medo das tabocas. Há uma chuva de luzes multicores; tudo se ilumina fantasticamente; todos os grupos, todas as fisionomias, todas as casas tomam sucessivamente as irradiações do prisma. Durante essa apoteose, o povo se concentra numa contemplação mística, terminada a qual, está terminada a festa!

(...)

Daí a pouco estão todos recolhidos, sonhando já com a festa do ano seguinte, calculando economias, pensando em ganhar dinheiro, para na outra fazer ainda melhor figura! (p. 68-70)

Este fragmento compreende vários discursos que relacionados formam um universo discursivo. Nesse mister, tem-se:

A. Superfície Discursiva

Esta categoria Superfície Discursiva objetiva pontuar a posição econômica dos participantes. Todos os habitantes da cidade revelam que neste dia não há pobreza, miséria ou sofrimento. É dia de Festa e esta, em particular, revela a maneira endinheirada como todos participam.

A posição assumida pelo sujeito-enunciador-narrador é a de revelar o luxo de todos. A posição assumida pelo autor é a de revelar o novo/Homem que emerge desse grupo, o Brasileiro.

B. Formação Discursiva

A categoria Formação Discursiva neste Fragmento 2 está imbricada com muitas outras categorias Formação Discursiva. No exame proposto, a título de exemplificação, cada parágrafo apresentará uma Formação diferente.

A Festa da Nossa Senhora dos Remédios é narrada a partir dos costumes e comportamentos sociais naquele século e revela um conjunto de Formações Discursivas. A Festa da Nossa Senhora dos Remédios é narrada sob o ponto de vista do nacionalismo crescente e necessário na/para época, com focalização dada à condição sócio-econômica dos participantes. Valoriza-se o que é Nacional e deixa-se de valorizar o que é estrangeiro e passa-se a valorizar o que é brasileiro. A Festa possibilita:

- a) a narração focalizada no novo/Homem que emerge após séculos de segregação social. O Brasileiro passa a participar socialmente aos olhos do leitor;
- b) o registro da cultura nacional. Assim, não passam despercebidos, aos olhos do sujeito enunciador-narrador, os costumes culinários, a fauna, a flora, a festa, a música, entre tantos outros discursos.

Esta Festa é narrada, sob o ponto de vista da alegria, emanada pelo Brasileiro. Mesmo sendo realizada em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios, tradição portuguesa, no Brasil, a festa possui um caráter nacional, pois ela é luminosidade, musicalidade, união, alegria. *É uma apoteose onde o povo se concentra (une) em uma contemplação = mítica.*

C. Campo Discursivo

Na categoria Campo Discursivo, nota-se a presença de várias Formações Discursivas relacionadas à Festa da Nossa Senhora dos Remédios. Saliencia-se primeiramente, aquele que enuncia, de onde e por que o faz; em um segundo momento, os estrangeiros que avaliam o luxo que se ostenta nessa festa, no Maranhão. Em um terceiro momento, o negro passa a ser avaliado positivamente por um Brasileiro. No quarto momento, emergem as características nacionais, na celebração desse evento extraordinário.

D. Objeto Discursivo

A Festa da Nossa Senhora dos Remédios no Brasil. Narração que tem em vista marcar o comportamento do povo:

FESTA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

Antes da Festa	Durante a Festa
Exclusão	Inclusão
Miséria	Opulência
Diferença	Igualdade
Mal vestidos	Bem vestidos – luxam
Fome	Bem saciados
Sem dinheiro	Muito dinheiro
Sem alegria	Muita Alegria
Sem união	Muita União

Há, na categoria Objeto Discursivo, a análise de um Homem/Brasileiro que sempre foi mantido, à margem da sociedade, e que agora, além de existir é focalizado, no seu movimento entre todos, como igual.

E. Interdiscurso

Os resultados obtidos, nesta categoria Interdiscurso, indicam que nos eventos cotidianos, as pessoas são explicitamente divididas, em camadas sociais, e principalmente marcadas, por pertencerem a comunidades diferentes e, por ocuparem papéis diferentes nesses grupos. Na época da escravidão, o negro não ocupava os mesmos lugares que o branco.

A Festa da Nossa Senhora dos Remédios tem origem em Portugal, todavia com realização bem diferente. Lá as pessoas rezam e entram na Igreja em procissão cobertos com véus, há o predomínio do silêncio e da oração representatividade do modelo português de realização de Festa.

Há no Brasil, inúmeras igrejas que têm como padroeira a Nossa Senhora dos Remédios. No Maranhão, a igreja da padroeira foi construída, em 1719, em estilo gótico, e existe ali até hoje.

A Nossa Senhora dos Remédios é, no Maranhão, padroeira do comércio, e é este que lhe dá o nome da santa. Notadamente, o evento religioso aqui festejado tem valor diferente do de Portugal observável inclusive pelo ritual seguido pelos fiéis.

Na Europa, os fogos de artifícios são tradição, durante os festejos do dia de São João. Conta lenda de que o Santo dorme, no dia de sua festa; por isso, os fogos são necessários. No Brasil, os fogos de artifícios são usados, também, em outras festas religiosas, indicando a alegria contagiante de todos os seus partícipes.

A descrição da localização geográfica da igreja revela o *Largo dos Remédios, com a sua ermida (Igreja) toda branca, seus bancos em derredor, muitos ariris* (espécie de palmeira), um ornato de uso obrigatório em festas de

arraial; *muita bandeira, muito foguete, muito toque de sino*, por si só constitui uma diferença nacional.

Pelo que se pode perceber, nesta descrição, já existem outras marcas de similaridades e de diferenças, desde o preparo, aos costumes de festejar Nossa Senhora dos Remédios. Além da alegria das plantas, a arrumação do espaço físico, há uma particularidade marcante que é na alegria com que se festeja esse dia e o distanciamento total do ritual religioso proveniente da Europa. Há, também, o encontro de pessoas, que se vestem bem, a ornamentação do espaço, o gasto, as guloseimas, doces da terra, frutas, todos tipicamente brasileiros.

O preparo de todos para esse evento, registra que os diferentes tornam-se iguais: *'todos luxam'*⁴³ no dia da Festa de Nossa Senhora dos Remédios. *Não se encontrava roupa velha, nem coração triste*. Ela é a cura para todos os males, principalmente, os males das diferenças sócio-econômico e cultural, todos tão marcados na diferença e curados na igualdade. Nesse dia todos ficam iguais.

Os grupos sociais pertencentes a diversas camadas sociais – marcam bem não só as diferentes etnias, mas também as diferentes condições sócio-econômicas e culturais existentes no Brasil daquela época. Neste evento extraordinário, marca-se bem que todos se preparam e ficam iguais. Vestidos com roupas novas e luxuosas bem selecionadas para o evento, que deve ser avaliado como algo muito aguardado pela população que se previne para a ocasião durante um ano inteiro.

F. Intradiscurso

Esta categoria Intradiscurso é responsável pela coesão do texto, as lexias utilizadas revelam o significado que se pretende atribuir ao texto. A narração informativa sobre a Festa da Padroeira aponta para as pessoas que comemoram essa data. Para isso, preparam-se durante o ano todo e, nesse dia, vestem sua

⁴³ Grifo da Pesquisadora

melhor roupa, jóias entre outros e reúnem-se em rodas no Largo, em frente a Igreja.

Os usos lexicais, apresentados, neste parágrafo, apontam para o que é comum nos usos lingüísticos do Brasileiro da época:

- *Reúne-se a nata da nossa judiciosa sociedade* conhecimento partilhado. Nata da sociedade, reúne-se a elite, isto é o que há de melhor, mais rico, mais requintado na hierarquia social maranhense.

Lexia usada na flora nacional:

... muitos ariris, muita bandeira, muito foguete, muito toque de sino.

Ariris. 1. [Do tupi.] Bras. Bot. 1. Planta da família das palmáceas (*Diplothemium campestre*), de fruto drupáceo amarelo cuja parte carnosa tem propriedades febrífugas, e de folhas forrageiras, empregadas no fabrico de vassouras e trabalhos trançados; buri-do-campo, coco-de-vassoura, coqueiro-pissandó, guriri-do-campo, imburi, pissandó ou pissandu. 2.V.acumã. (Aurélio, séc. XXI)

Ariris, como se pode observar, são palmeiras que crescem na região, pertencente à categoria de designação tupi. Apresenta um traço de diferença na língua portuguesa do Brasil.

- (...) *e abrem o chapéu-de-sol com medo das tabocas(...)*

taboca. 1. [Do tupi.] Brás. Bot. Bambu (1), taquara. 2. Brás. N.E. Gomo de bambu (1) que se enche de pólvora no fabrico de foguetes, pistolões, etc.

Vêem-se enormes trouxas de doce seco, corações unidos de cocada, navios de massa com mastreação de alfenim,(...) jurarás dourados, frascos de compota, murici, bacuri, buriti, o diabo, meu caro senhor!

Lexias usadas na culinária nacional

murici. [Do tupi.] Bot. 1. Bras. Designação comum a várias espécies do gênero *Byrsonima* (v. *birsônima*), da família das malpighiáceas, árvores e arbustos que produzem um tipo de fruto drupáceo, do mesmo nome, de polpa edula, e que habitam maciçamente os cerrados; muricizeiro. 2. Esse fruto. 3. Bras. RJ Pau-de-caixa. [Var.: muruci.]

bacuri. 1. [Do tupi.] Bras. Amaz. 1. Bot. Árvore da família das gutiferáceas (*Platonia insignis*), de fruto grande e carnoso, com polpa amarela, muito apreciado como alimento, sobretudo no PA; bacurizeiro, ibacurupari. 2. O fruto dessa árvore. Bacuri 2. Bras. PB. 1. Espécie de manga 3 (1). Bacuri 3. Bras. Etnôn. Indivíduo dos bacuris, povo indígena das nascentes do rio Arinos (MT). 2. Pertencente ou relativo a esse povo.

buriti [Do tupi.]S. m. Bras. PA SP 1. Bot. Palmeira (*Mauritia vinifera*) dotada de fruto amarelo do qual se extrai óleo, e broto terminal comestível e com o espique e espádices se fabrica o vinho de buriti; coqueiro-buriti, buritizeiro, muriti, muritim, muruti, palmeira-dos-brejos, carandá-guaçu, carandaí-guaçu. 2. O fruto dessa palmeira.

(...) *jurarás dourado, cutias enfeitadas dentro da gaiola* (...)

Lexias usadas na fauna nacional

jurará. [Do tupi.]S. m. Bras. MA Zool. V. tartaruga-do-amazonas.

cutia. 1 [Var. de acuti.]S. f. Bras. Zool. 2. Mamífero roedor, dasiproctídeo, gênero *Dasyprocta*, com sete espécies em território brasileiro. As cutias têm apenas vestígio de cauda, extremidades anteriores bem mais curtas que as posteriores, e pés compridos com cinco dedos, sendo três desenvolvidos, com unhas cortantes equivalentes a pequenos cascos, e o quinto dedo muito reduzido. Vivem nas matas e capoeiras, donde saem à tardinha para alimentar-se de frutos e sementes caídos das árvores. A coloração é variável entre as espécies. [Outras var.: acuchi, acuti, aguti. Cf. cotia, do v. cotiar e s. f.]

Pelos resultados obtidos, as lexias utilizadas revelam a forte presença da língua tupi no português do Brasil.

Outros usos lexicais

criança com a **sua pratinha amarrada** na ponta do lenço.

cédulas gordas; moedas amarelas; troca-se dinheiro;

queimam-se charutos caros,

as prendas sobem a um preço escandaloso!

não há homem, por mais pichelingue, que não **gaste seu bocado** nos leilões, nas barracas, nos tabuleiros de doce ou nas **casas de sorte**;

nem há mulher, senhora ou moça-dama, que não **arrote grandeza**, pelo menos seu vestidinho novo de popelina;

Não há **mulher, senhora ou moça-dama**

Moça-dama = meretriz

As **pretas-minas** surgem com os seus + ouros, + ricas telhas de tartaruga + ricas toalhas de rendas + saias belas de veludo + chinelas de polimento + anéis em todos os dedos + aos dois e aos três em cada um.

Este povo, + mesclado, + coberto de luxo, + radiante, com a barriga + confortada e + coração contente

Trazem nas cabeças pilhas de cadeiras ↔ formam grandes rodas na praça + ar livre, e as famílias ou → ficam aí assentadas.

Em um dado momento da vida daquelas pessoas todos se tornam igualmente engajados naquele grupo social – oito horas: *surge de todos os cantos da cidade uma aluvião interminável de famílias + velhos+ moços + meninos + mulatinhas + negrinhas = enchem o largo que nem um ovo!*

Então rebentam todas as bandas de música a um só tempo.

No Brasil, todas as festas são comemoradas ao som de muita música. ... *levanta-se uma fumarada capaz de sufocar um fole, e, no meio do estralejar das bombas e do infrene entusiasmo da multidão...*

A aparição de Nossa Senhora dos Remédios no Maranhão não é tradição portuguesa, mas uma conformidade brasileira é uma apoteose em que todos se descobrem em uma contemplação mística de Nossa Senhora. Não se vê a procissão, nem as rezas que fazem parte dos rituais de origem portuguesa. Diferença brasileira = *...aparece no castelo, deslumbrante de luzes, a imagem de Nossa Senhora dos Remédios.*

Há os *Foguetes de lágrimas voam aos milhares pelo espaço; o céu some-se*. A única reverência à Santa é que todos descobrem a cabeça. *Todos se descobrem em atenção à santa e abrem o chapéu-de-sol com medo das tabocas* todos cobrem a cabeça m virtude da necessidade de se protegerem dos fogos de artificios.

Essas lexias, assim dispostas, representam uma organização lexical que apontam para a valorização do que é nacional em diferença aos usos lexicais de Portugal. Apesar de haver um apagamento do índio, no discurso da História Oficial, existe a sobrevivência da língua tupi, presente, nas categorias de denominação da flora, fauna e geografia, registradas no discurso da História não-Oficial, em exame, e tudo isso faz com que o índio seja lembrado. Essas lexias reproduzidas no discurso literário apresentam o vestígio de um povo excluído pelo colonizador e que tem o seu lugar marcado na língua colonizada com uma diferença transparente da língua do colonizador. Inicia-se a apresentação da Identidade lingüística Nacional.

G. Materialidade da Linguagem

A categoria Materialidade da Linguagem apresenta um antes da festa, que significa a estratificação da sociedade em camadas sociais, cada qual com seu papel bem definido, isto é, os pobres são negros, vivem no ganho, debaixo de um sol escaldante, tudo em seu derredor é morto, assim como eles. Há, também, um durante. Nesse acontecimento, o durante é representado como o Dia da Padroeira, e todos, sem exceção, tornam-se exatamente iguais. Vestem-se iguais, luxam e comem igualmente, sentam-se nas mesmas cadeiras, lado a lado.

O sujeito-enunciador expressa interesse em impressionar não só o interlocutor, mas também o leitor. Nesse sentido, aborda detalhadamente as possibilidades econômicas de quem participa do evento naquele momento. Assim, não restam dúvidas de que é realmente fantástica a maneira como todos se preparam para ele.

H. Materialidade Discursiva

A categoria Materialidade Discursiva aponta para a construção da Memória Social que ocorre, por meio das marcas presentes e bem pontuadas pela narração minuciosa. Nota-se, pela compilação dos elementos destacados, a preocupação, em revelar as circunstâncias, em que ocorre o evento, e o comportamento de ‘todos’⁴⁴ os pertencentes àquele grupo:

Nesse momento, cumpre ressaltar a presença de símbolos que propiciaram diferenciar o Brasileiro naquele momento:

- a) Igreja da Padroeira é símbolo da religião Católica Apostólica Romana, no Brasil, todas são iguais, *ermida branca, bancos em derredor...*
- b) *Ariris*, é símbolo da flora nacional;
- c) *Bandeiras*, muito foguete, muito toque de sino são símbolos da festa religiosa e da alegria nacionais;

Era **tudo** em folha, e **do mais caro**, e **do mais fino**

todos luxavam, **desde o** capitalista **até** o ralé caixeiro de balcão, velho ou moço, branco ou preto.

Neste particular, nada fica excluído e as lexias em uso revelam genericamente, pelo uso do indefinido, e também, pela intensidade ao *mais caro* e ao *mais fino* que deste evento participam todos e, muito bem vestidos.

Próximo ao final da festa, todos trazem suas cadeiras e formam rodas. Estas rodas representam o símbolo da amizade, união e harmonia reinante naquele momento.

⁴⁴ Grifo da Pesquisadora

Há também a presença de outras lexias:

→ ou, a título de passeio, acotovelam-se entre o povo + fazem grupos = gente ri + discute + critica + namora + zanga-se + ralha... = Todos são iguais, isto é, identificam-se, pois todos podem fazer as mesmas coisas e participar socialmente das mesmas atividades e eventos:

→ discutem, riem, criticam, namoram, zangam-se, ralham: ocorrência Lingüística marcada pelo uso de verbos que descrevem o acontecimento.

I. Memória Social

A categoria Memória Social abrange conhecimentos que se encontram em oposição ao que está sendo narrado e que está presente na memória. Todos sabem e discutem a desigualdade social, todavia há, na narrativa, um forte interesse em se registrar que nesse dia existe igualdade. Esta igualdade, porém, é arquivada, primeiramente, na obra literária em exame, que vai se constituir um documento historiográfico que eterniza o momento; e, em segundo momento, nos arquivos de memória do leitor, por que ele forma o seu conjunto de saberes. A Memória Social, dessa maneira constituída, é lugar de “fazer saber”⁴⁵. Logo, chega-se à percepção de que está ocorrendo um momento de transformação, em que o negro passa a existir diante de todos e isso vai ser construído na Memória Social.

Os dias de festas denotam a opulência em que todos habitantes de São Luís do Maranhão vivem.

J. Espaços Discursivos

Essa categoria Espaços Discursivos aponta para a presença implícita de outras Formações Discursivas, justamente, porque se estabelece no limite de cada, mas que unidas formam conjuntos em que cada participante ocupa lugar bem definido. Assim, observam-se:

⁴⁵ Grifo da Pesquisadora.

1. dos homens que não medem esforços e gastam o seu dinheiro;
2. das crianças que andam com suas moedinhas amarradas em lenço;
3. das mulheres jovens, donzelas, mulheres, senhoras e meretrizes;
4. da fauna nacional;
5. da culinária nacional;
6. do povo que é mestiço;
7. do luxo;
8. da saciedade;
9. da união;
10. da opulência; e,
11. da alegria

L. Sujeito

Sujeito 1:

1. sujeito-enunciador-narrador – observa do ponto de vista do Brasileiro enaltecendo a cultura brasileira;
2. sujeito-enunciador-narrador – assume posição mais exaltada para convencer o seu interlocutor de que aqui no Brasil a vida é ótima;
3. sujeito-enunciador – focaliza de maneira a divulgar a total ausência de preconceito;
4. sujeito-enunciador-narrador – faz questão de apontar a fauna nacional;
5. sujeito-enunciador-narrador – faz questão de apontar a culinária nacional;
6. sujeito-enunciador-narrador – narra a alegria brasileira.

Sujeito 2:

1. ouve a narração do sujeito-enunciador, mas não demonstra interesse;
2. ouve a narração do sujeito-enunciador contrariado.

Sujeito 3:

1. todos os participantes da Festa.

Sujeito 3.1 *Pretos de ambos os sexos e de todas as idades:*

Sujeito 3.2 *o moleque ↔*

Sujeito 3.3 *tio velho*

Sujeito 3.4 Grupos de pessoas que se reúnem e formam rodas de conversas.

M. Formação Ideológica

1. da Instituição sociedade representada pelo narrador-enunciador na apresentação de uma cultura tradicional no Maranhão. Trata-se de um evento extraordinário, festa religiosa, mas há uma grande valorização do que é nacional, desde a paisagem às pessoas que ali se reúnem.

2. dos escritores nacionais em valorizar a cultura brasileira e apresentar um traço identitário nacional: Há, no Brasil, do século XIX, um momento em que todos são absolutamente iguais.

Ideologia o discurso aponta para a mudança no comportamento Geral.

Nesse dia, estabelece-se um pacto: todos são iguais e dividem igualmente, os mesmos espaços. Nota-se o apagamento do ponto de vista do colonizador e o surgimento do ponto e vista do Brasileiro, que passa a existir na obra e na vida,

isto é, revela-se aqui a presença de um povo 'mesclado', admitindo-se aos olhos do interlocutor a presença do mestiço.

Segundo Candido (2000), o discurso ideológico, que parte da Academia dos Literatos, é aceito e partilhado por alguns escritores, mas fortemente criticado por muitos outros intelectuais, na mesma época.

Ao passar a existir, o Homem-Brasileiro faz grandes revelações ao público-leitor, inicia pela cultura: os costumes alimentares tipicamente nacionais, diferentemente dos europeus, notando-se não só pelas frutas da terra presentes em tal evento, mas aduzem aos faustos da mesa brasileira. Há um requinte na apresentação dos pratos, que pela descrição minuciosa do narrador-enunciador possibilita a fotografia do local, isto é, a forma atribuída aos variados doces, além de uma flora com suas frutas exóticas tipicamente nacionais, também a fauna com animais que só existem no Brasil.

Se o discurso é um fenômeno prático, social e cultural, empregado como um ato de realização social do qual se participa em interação social, no confronto com o discurso da história, como memória, e com o discurso literário, forma-se um campo significativo, cujo objetivo aponta para o processo histórico anunciado como um processo historiográfico. Tal discurso ao retomar o passado visa projetar o futuro a partir de mudanças e interpretações. Ao se focalizar dessa maneira, situa-se a festa de Nossa Senhora dos Remédios, levando-se em consideração sua origem no passado, descrevendo-a no Maranhão do século XIX e, projetando-a para o futuro. Isso é fazer história, somando as experiências do passado, por meio da memória coletiva e orientá-las pelo princípio da narratividade, encontrada em todos os tempos e textos.

O ato de trazer ao presente a memória da construção da Festa de Nossa Senhora dos Remédios, por meio da narrativa literária é uma retomada que se faz necessária, pelo próprio fundamento da AD desta Tese. Nesse movimento, encontram-se os princípios das mudanças ocorridas ao longo do tempo, possibilitando-se fazer uma projeção de futuro, buscando-se em tudo, algum vestígio de formação de identidade ou de memória cristalizada.

Este evento, com todos os seus preparativos, constitui-se no marco da diferença brasileira no século XIX. A festividade atinge proporções inimaginadas em Portugal; aqui tudo se transforma em alegria, no fantástico imaginário da festa da Padroeira.

Um outro evento extraordinário assinalado pela narrativa de Aluísio Azevedo, é a Festa de São João. Observa-se, pelas minuciosas descrições, o encantamento pelas belezas da terra e pelo natural dela. A cultura nacional revela-se aos olhos do leitor, e nela a presença de uma nomenclatura que destaca a fauna e a flora como altamente nacionais e, positivamente, avaliadas pelo sujeito-enunciador na obra em questão. Motivado pelo esplendor natural, acaba por dar àquele lugar um toque de preciosidade jamais visto em lugar algum a não ser no Brasil.

Pode-se também de se verificar nesta investigação, a influência do tupi, ou da Língua Geral, na formação e constituição do léxico nacional. Todavia, considera-se ser muito pouco dizer-se que a Língua Portuguesa do Brasil recebeu influências somente do tupi e que essas influências permaneceram, unicamente, nos topônimos, fauna e flora. Cumpre salientar que este não é o objeto destas análises, ou seja, não se pretende, nesta investigação, traçar o percurso da história da língua portuguesa no Brasil.

3.4 O Sertanejo: um Homem Brasileiro

Há, no discurso literário em exame, o claro registro da presença do povo que habita o Brasil no século XIX. Um povo que possui Identidade, pois revela traços característicos nacionais, destacando-se do europeu ou de qualquer outro povo. O fragmento analisado possibilita revelar este novo/outro Homem que é filho do Brasil.

3.4.1 Análise do Fragmento Base 3

- (...) todos os olhares e todas as atenções convergiam, na aparência, para o sertanejo, que, a certa distância, de pé, isolado, a cabeça erguida com desembaraço mal-educado, o chapéu de couro atirado a cerviz e preso ao pescoço por uma correia, a camisa de algodão cru por fora das calças de zuarte, arregaçadas no joelho, o pé descalço, curto e espalmado, pé de andarilho, peito liso e cor de cedro à mostra, braço nu e sem cabelos, vibrava entusiasmado as cordas metálicas de uma viola ordinária, acompanhando, com um repenicado muito original que improvisara e outros trazia de cor:

Lá vai a garça voando
Para as bandas do sertão!
Leva Maria no bico
Teresa no coração!

(...)

Ao terminar de cada estrofe, rebentava um coro de risadas, durante o qual se ouvia o sapatear surdo do sertanejo, socando a terra, a dançar...

(...)

Não tenho medo de onça,
Que todos têm medo dela!...
Não tenho medo de ti,
Que fará de Micaela!

(...)

E o matuto, depois do sapateado, dirigiu-se a Ana Rosa:

Me diga, minha senhora:
Quem pergunta quer saber...
Se eu sair daqui agora,
Onde vou amanhecer?...

(...)

Sinhá dona se eu pedisse...
Responda, mas não se ria...
Uma flor do seu cabelo...
Sinhá dona que diria?...

(...)

Ó minha senhora dona,
Deus lhe pague, eu agradeço;
Seus quindings são dos ricos
Eu sou pobre e não mereço!...

(...)

Ó nhá dona feiticeira!
Me cativa seu favor,
Mas não vá meter ciúmes
Agora pro mode a flor!...

(...)

Vamos, vamos pingue o cobre,
Qu'eu não gosto de maçada!
Dos homens aceito a paga
Das moças não quero nada! (p.105- 106)

Nota-se, pelo Fragmento selecionado, que se pretende revelar o novo/Homem, já tão bem apontado no discurso literário, com as características que o tornam um representante do Brasil. Ele também, canta e faz versos, ao som de sua viola, num repente. Cumpre salientar que não há, por parte da pesquisadora, a intenção de se analisar a composição poética, mas somente os usos lexicais do Brasileiro.

A. Superfície Discursiva

Esta categoria Superfície Discursiva apresenta um evento extraordinário, Festa de São João, mas comemorado de modo particular, em uma quinta, e conta com a presença de muitos amigos da família, grupo formado por brancos e mulatos. O conjunto de enunciados revela a presença do Sertanejo, homem brasileiro, vindo do sertão, que socialmente não ocupa posição de destaque, mas que, no momento da festa, passa a ser alvo da atenção de todos e, durante algum tempo terá voz própria e será admirado por seus versos. Em seus versos, ele expõe a todos os presentes sua capacidade de observação e examina cada convidado, não deixando de se revelar a todos os presentes.

B. Formação Discursiva

A categoria Formação Discursiva, neste Fragmento 3, apresenta a descrição minuciosa do sertanejo, seu físico; seu grupo étnico; sua condição socioeconômica; sua vestimenta; seu comportamento, suas ações, sua melodia, seus versos. Há a presença dos convidados que, por sua vez, focalizam o Sertanejo de maneira diferenciada, isto se observa no decorrer da leitura da obra em sua totalidade. Cada parte dessa descrição constitui de *per si* uma nova Formação Discursiva.

Os quartetos apresentados, em número de sete, não pretendem apresentar uma análise exaustiva por parte da pesquisadora, nesta investigação, mas sim revelar o Brasileiro em suas ações.

C. Campo Discursivo

Esta categoria Campo Discursivo reúne as bastantes Formações Discursivas presentes no Fragmento 3. Depreende-se que poderias ser apresentas várias Formações Discursivas: 1. Brasileiro-sertanejo; 2. Mulatos e Brancos reunidos naquela festa; 3. A festa de São João , entre outros.

D. Objeto Discursivo

A categoria Objeto Discursivo tem por objetivo um exame bem aprofundado no Sertanejo. Assim, ele é apresentado da seguinte maneira:

de pé + cabeça erguida

+ desembaraço + mal-educado ↔ o costume é ter uma certa reserva em casa de outrem;

→chapéu de couro (na nuca) + preso ao pescoço por uma correia;

+ camisa de algodão cru (por fora das calças);

+ calças de zuarte (arregaçadas no joelho);

+ pé descalço = pé curto = pé espalmado = pé de andarilho;

+ peito liso;

+ cor de cedro;

+ braço + nu + sem cabelos.

Seu Comportamento: + alegre + sensível

Suas Habilidades: + poeta + músico + cantor + seu repenicado é + original + improvisado + repentista+ decorado + vibrante.

Esse homem assim descrito revela o valor crescente do autêntico brasileiro que se coloca aos olhos dos outros, de maneira impositiva, alegre, descontraído.

E. Interdiscurso

Essa categoria Interdiscurso traz ao texto a memória do que já foi dito e nessa categoria pode haver outras Formações Discursivas.

No discurso das Ciências Sociais, há a preocupação em se preservar a cultura indígena. Nas Enciclopédias, os índios brasileiros sapateiam, ou batem de leve a sola dos pés na terra, da mesma forma que este sertanejo. Convém dizer que ao procederem dessa maneira, os índios reverenciam, ou acariciam a mãe natureza. O Sertanejo, para seguir o ritmo da música que produz, dança, bate os pés nos chão e revela a sua alegria. Há nessa atitude um traço de identidade, ambos, índios e sertanejos, se identificam, por meio de ações que praticam, quando pretendem expressar o sentimento de afetividade.

Há intertextualidade com o discurso da História, na referência à Micaela, nos versos do poeta, trata-se da princesa herdeira do trono de D. Pedro II, seu nome completo é Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança Bourbon. Em uma época em que só os homens governavam, ela foi a única mulher a dirigir o país por três vezes. Ficará para sempre na Memória Nacional já que assinou a lei Áurea em 13 de maio de 1888.

A insegurança dos cativos é bem grande e se faz presente nessa questão. Na questão da assinatura da Lei Áurea, ainda por acontecer, surge o questionamento: onde os cativos irão amanhã? Será melhor permanecer com os senhores donos dos escravos? Ou será melhor aventurar-se em outras paragens.

O improviso traz a autenticidade da música brasileira, que se cria à medida que vai sendo entoada e isto lhe possibilita demonstrar a língua portuguesa em uso no sertão. Desvela-se nessa atitude o símbolo da ruptura com o passado que não lhe permitia falar. A voz do sertanejo que faz ecoar o seu pensamento que sai liberto de qualquer censura. Enquanto sai, ele “ferra” o olhar na dona da casa para pedir-lhe permissão. Esse sertanejo é humilde e se coloca como um escravo ao dirigir-se àquela senhora.

A presença do sertanejo faz uma referência ao menestrel tal qual acontecia em Portugal, quando, na própria corte vivia um poeta que alegrava a todos nos saraus ali realizados, durante os séculos XII a XVI aproximadamente, com suas composições os saraus. Todavia, a diferença nesse traço cultural é que lá, o

menestrel fazia três tipos de composições: a de escárnio, a de amigo e a de maldizer e vivia no palácio do rei. Aqui, o menestrel tem a única preocupação, em ser algo picante, mexer com as pessoas, alegrá-las com suas composições poéticas ao som de música. Não há uma temática especial, mas tudo o que ele captar com seu olhar perspicaz será razão de poesia acompanhada ao ritmo das cordas do seu violão. Outra diferença é que há também, no Brasil, uma maneira bem brasileira de se fazer versos, é o caso do repente. Este sertanejo, da mesma maneira que Gregório de Matos, no século XVII, faz versos, acompanhado de sua viola, e assim se cristaliza a cultura nacional na Memória Social do povo brasileiro.

- E, fazendo um grande cumprimento com o chapéu.

Há nessa atitude de se despedir de todos com um “grande” cumprimento com o chapéu, uma educação latente no sertanejo. Homem bom, simplório nas suas maneiras e, que sabe ser cordial.

O tema de seus versos apresenta o folclore nacional. O Bumba-meu-Boi tão celebrado, até os dias atuais, nos eventos extraordinários do Maranhão e do Nordeste brasileiro.

F. Intradiscurso

A categoria Intradiscurso tem a função de apresentar a coesão textual como resultado dos discursos apontados interdiscursivamente. Assim, nos versos da primeira estrofe, depreende-se que: *Lá vai a garça voando*, a garça representa simbolicamente o sertanejo, *lá para as bandas – lados – do sertão*, leva *Maria no bico* expressão muito utilizada para dizer que se está enganando ou sendo enganado - pode se enganar Maria -, porque está apaixonado por Teresa.

Na segunda estrofe, o sertanejo declara-se corajoso: *Não tenho medo de onça...* Observa-se a intenção de avaliar o sertanejo como um homem bravo, corajoso. O enunciador-narrador aponta para a lexia matuto:

. **matuto**. 1.[De mato.]Adj. 1.Que vive no mato, na roça [v. caipira (3)]
: 2 Pertencente ou relativo ao, ou próprio do mato, da roça; caipira: 2
3. Bras. N. N.E. Acanhado, tímido, desconfiado. 4. Dado a
matutar; cismático, cogitabundo. 5. Fam. Finório, sabido,
matreiro. S. m. 6. Bras. V. caipira (1). 7. Bras. Sujeito
ignorante e ingênuo. [Cf., nas acepç. 1, 2 e 6, provinciano.]

Nos usos gramaticais nacionais, há uma sintaxe própria, no que se refere à colocação pronominal, como é o caso da terceira estrofe apresentada: *Me diga, minha senhora, ...* Todavia, convém afirmar que não faz parte do conjunto de objetivos, nesta investigação, proceder a uma análise de tal monta.

No questionamento, *Se eu sair daqui agora, onde vou amanhecer?* Nota-se a preocupação em um momento de Interdiscursividade com o discurso da História-Oficial. 'Caso haja a Abolição dos Escravos, onde os sertanejos (escravos) como ele, irão amanhecer?'. Será que a futura Lei não será obedecida?

Usos lexicais brasileiros

sinhá. [De sinhô.] Bras. Pop. Tratamento dado pelos escravos a sua senhora; siá (Aurélio, Séc. XXI)

O uso lexical *sinhá* + *dona* passa a significar o tom de respeito daquele homem em relação à *dona* da casa.

quindingues. neologismo, criado com o objetivo de revelar as atitudes educadas da jovem.

O sertanejo enfatiza o tom respeitoso como trata aquela **senhora dona** e em agradecimento revela afetivamente a sua humildade. Poeticamente, ele enaltece a mulher que pode fazer ciúme com sua beleza àquela flor.

Pro. lexia de uso coloquial da preposição *para* + o artigo definido. Constitui uma lexia nacional.

nhá. [F. aferética de *sinhá*.].S. f. Bras. Cabo-verd. Guin. 1
laiá, senhora.

mode. Lexia que revela variação lingüística um brasileirismo,
= modo.

cobre . Fig. V. dinheiro **5**. Bras. A antiga moeda de 40 réis.

não gosto de maçada lexia textual com o significado de trapaça. Como se os homens daquele lugar fossem trapaceiros.

pingar o cobre lexia textual com o significado de dever. Deve-se efetuar um pagamento ao sertanejo, pela criação dos versos cantados e acompanhados pelo som de sua viola. Esse é um costume brasileiro que chega aos dias atuais, da mesma forma. Depois de um Repente, é comum passar-se o chapéu para remunerar o cantor.

Como se nota, o texto literário apresenta farto registro da voz do povo, em seus afazeres cotidianos ou extraordinários, mas sem perder a originalidade.

G. Materialidade da Linguagem

Esta categoria Materialidade da Linguagem pretende demonstrar a como o sertanejo é representado, o que ele passa a representar e qual o significado ideológico.

O sertanejo, na sua simplicidade, aparentemente rude, é um poeta, que se sensibiliza com cada gesto, olhar ou palavra a ele destinados. Assim, encanta e envolve a todos com sua melodia e ritmo, deixando sua marca registrada no evento religioso, Festa de São João, que ali se festeja.

H. Materialidade Discursiva

Esta Categoria Materialidade Discursiva constitui a Memória Social. e liga os sentidos por meio dos elementos apontados na descrição:

- a certa distância + de pé + isolado
- + a cabeça erguida + desembaraço mal-educado
- + chapéu de couro atirado a cerviz e preso ao pescoço por uma correia + a camisa de algodão cru por fora das calças de zuarte, arregaçadas no joelho+

+ o pé descalço, curto e espalmado, pé de andarilho
+ peito liso e cor de cedro à mostra + braço nu e sem cabelos
+ vibrava entusiasmado as cordas metálicas de uma viola + acompanhando, com um repenicado original improvisado + outros que trazia de cor + canta com gestos de um repentista nordestino + sapateado.

Simbolicamente, o sertanejo representa o homem anônimo do sertão, mas que tem forças suficientes para modificar o mundo em que vive. Sua aparência de cabeça erguida representa simbolicamente o seu destemor; seu desembaraço mal-educado representa o enfrentamento dos problemas; sua maneira de ser representa simbolicamente a sua vontade de vencer; vibrar as cordas metálicas de sua viola, sapatear, entre outros, são símbolos de sua paixão pela vida.

I. Memória Social

Está presente, na Memória Social, a figura do repentista que faz sucesso onde quer que se apresentem, principalmente, por se tratar da cultura nacional. Cumpre afirmar, que os repentistas são compositores e que fazem versos improvisados ao som de uma viola.

J. Espaços Discursivos

Há, nessa categoria Espaços Discursivos, os limites das passagens entre Formações Discursivas diversas aqui reveladas. Como se pode observar, as narrativas literárias são concebidas como conexões entre o mundo ordinário e o mundo extraordinário. Esta capacidade para associar o que é experienciado como trivial e o não-trivial produz efeitos contraditórios. Tais efeitos exigem a acomodação do que está fora da rotina por uma configuração familiar, em que é preciso incorporar à dimensão do impensável, no registro do possível.

As teorias das representações sociais também se esforçam para explicar como o homem transforma o desconhecido em algo conhecido, sempre buscando uma ancoragem para associar o extraordinário ao ordinário, a fim de garantir a compreensão do novo pelo velho. A narrativa arrasta consigo esse processo de

transmutação ao qual se designa 'história'⁴⁶. Na obra examinada, observa-se aquela comunidade vive pactualmente, alheia aos contratos sociais, isso perpassa a idéia de que apenas tem validade aquilo que o próprio grupo tem definido como possível. Por essa razão, nesses eventos, há uma mistura de brancos e negros e o que se permite é apenas o que foi pactualmente afirmado: festa e alegria.

L. Sujeito

A categoria Sujeito apresenta uma diversidade de sujeitos que representa aquele grupo reunido, sob as circunstâncias de um pacto.

Sujeito 1 sujeito-enunciador que examina o Sertanejo e o descreve em suas particularidades. Todavia, ao descrever aquele homem, ele o faz avaliativamente, isto é, o sertanejo possuía um *desembaraço mal-educado (...), um matuto*, entre outras avaliações;

Sujeito 2 sujeito-objeto, o Sertanejo, que ocupa várias posições: a de um namorador estrofe um; a de um questionador das coisas da política estrofes dois e três; a de um homem corajoso estrofe dois; a de um homem conquistador estrofes quatro, cinco e seis, a de um homem que sabe cobrar por seus versos (sabe negociar) estrofe sete;

Sujeito 3 sujeito-referência, Ana Rosa, com quem o Sujeito 2 mais interage.

M. Formação Ideológica

Essa categoria Formação Ideológica possibilita apresentar as várias intenções Ideológicas que estão subentendidas no discurso. Assim, o sertanejo teve voz e questionou várias coisas, principalmente, a sua liberdade de fazer o que ele entende ser verdadeiro. Ele apareceu naquele evento, sem ser convidado, cantou para todos, mostrou sua simplicidade e, também, sua coragem,

⁴⁶ Grifo da Pesquisadora.

exigiu seu pagamento, e foi, por alguns instantes, admirado. Há nessa figura um implícito, que é a força heróica do Sertanejo.

A Instituição família representada por aquele grupo, simplesmente, o recebeu e o ouviu, em entretenimento, despachando-o em seguida. Após a apresentação do sertanejo, ele se retira do ambiente e tudo volta ao normal.

3.5 Brasileiro: um Novo Homem

Ao assumir o seu papel social, o indivíduo deve submeter-se a uma relação família, o compadrio, a amizade ou o parentesco, caso contrário ele será além de excluído, explorado. No Brasil, o sistema é duplo e compreende: um conjunto de relações pessoais necessárias para a vida e esse pertence ao domínio das comunidades regidas não pelas leis, mas por pactos e, principalmente, os formalizados em dados grupos. Esses pactos ocorrem pela afetividade, laços sangüíneos, nascimento.

3.5.1 Análise do Fragmento Base 4

Mas do que servira então ter-se instruído e educado com tanto esmero? Do que servira a sua conduta reta e a inteireza do seu caráter?... Para que se conservou imaculado?...Para que diabo tivera ele a pretensão de fazer de si um homem útil e sincero?..." p.150

E Raimundo revoltava-se. Pois, melhores que fossem as suas intenções, todos ali o evitavam, porque a sua pobre mãe era preta e fora escrava? Mas que culpa tinha ele em não ser branco e não ter nascido livre?... Não lhe permitiam casar com uma branca? p.152

Ah! Amaldiçoada fosse aquela maldita raça de contrabandistas que introduziu o africano no Brasil! Maldita! Mil vezes maldita! Como ele quantos desgraçados não sofriram o mesmo desespero e a mesma humilhação sem remédio? E quantos outros não gemiam no tronco, debaixo do relho? E lembrar-se que ainda havia surra e assassinos irresponsáveis, tanto nas fazendas como nas capitais!...p.153

Lembrar-se de que ainda nasciam cativos, porque muitos fazendeiros, apalavrados com o vigário da freguesia, batizavam ingênuos como nascidos antes da lei do ventre livre!... p.153

Lembrar-se de que a conseqüência de tanta perversidade seria uma geração de infelizes, que teriam de passar por aquele inferno em que ele agora se debatia vencido! E ainda o governo não tinha escrúpulo de acabar por uma vez com a escravatura: ainda dizia descaradamente que o negro era uma propriedade, como se o roubo, por ser comprado e revendido, em primeira mão ou segunda, ou em milésima, deixasse por isso de ser um roubo para ser uma propriedade!” p.156

A. Superfície Discursiva

A categoria Superfície Discursiva, neste Fragmento Base 4, objetiva apresentar as sérias reflexões do jovem Raimundo, que tendo nascido forro, pouco conviveu com sua mãe, a negra, Domingas. Antes de morrer assassinado, o pai José da Silva recomenda ao irmão, Manuel Dias, que envie a criança a Portugal, onde deveria estudar e deixa ao filho todos os seus bens.

Anos após esses tristes acontecimentos, o jovem Raimundo Dias volta da Europa, doutor em leis, quer tratar de seus pertences e constituir família no Rio de Janeiro, para onde pretende se mudar o mais rápido possível. Contudo, conhece sua prima, Ana Rosa, ambos apaixonam-se e querem se casar.

Somente, após pedir a mão da jovem em casamento é que conhece a sua real história. É filho de uma mulher negra e de um homem branco; é, pois, um mulato. Começa assim todo o seu martírio.

B. Formação Discursiva

Esta categoria Formação Discursiva aponta para tantas outras Formações Discursivas presentes neste Fragmento. Pode-se elencar algumas: 1. A educação formal do mulato; 2. A honestidade do homem mulato; 3. Ser filho de negro e branco; 4. Casamento com branco; 5. Contrabandistas de negros; 6. O sofrimento físico e moral dos negros; 7. A lei do ventre-livre; 8. Inação do Governo para acabar com a escravidão.

C. Campo Discursivo

Esta categoria Campo Discursivo revela que há uma série de outras Formações Discursivas em andamento, formando um universo discursivo. Assim, comporiam Formações Discursivas: 1. A Escravidão; 2. A Lei do Ventre Livre; 3. Os donos dos escravos; 4. Os escravos; 5. O grupo social; 6. A Igreja, entre outros.

D. Objeto Discursivo

Esta categoria Objeto Discursivo traz a representação do período de Escravidão no Brasil e implica a presença de múltiplas vozes: 1. do colonizador; 2. do senhor dos escravos; 3. dos familiares de Raimundo; 4. de Ana Rosa; 5. dos vizinhos, entre outros.

E. Interdiscurso

Há, na categoria Interdiscurso, a presença daquilo que já foi dito em outros discursos. Assim, há, no discurso na História-Oficial do Brasil, o registro de que o negro não ocupa lugar social nenhum. Todavia, após a Lei do Ventre Livre (1871) os filhos de escravos nasciam livres e se chamavam ingênuos.

No discurso da História-Oficial, a classe dos dominantes, os heróis, e os dominados, os anti-heróis, e os negros pertencem à última classe.

F. Intradiscurso

A categoria intradiscurso é responsável por apresentar toda a incidência do Interdiscurso, a coesão textual, os usos lexicais. Assim, tem-se Raimundo na posição de um mulato. Ele amaldiçoa os portugueses que introduziram os negros no Brasil. Ocupa a posição de dominado e de excluído devido a cor de sua pele, e também, de quem está sofrendo por isso. Só lhe resta voltar-se contra o poder.

No Brasil, em 1881, aproximadamente, há sete anos da Abolição dos Escravos, há muito o que se pensar. Será a Abolição o mesmo que a Lei do Ventre Livre? Será que a Abolição realmente acontecerá?

Ao ocupar o lugar dos negros que são roubados e vendidos muitas vezes, como se fosse uma mercadoria, todos se sentem vencidos. Ao ocupar o lugar dos vencidos, perde a esperança de poder viver.

O mundo desmorona aos seus pés e passa de um lugar de vencedor a um lugar de vencidos. Ele só tem um recurso é gritar contra esse infortúnio, é deixar bem registrada as marcas de sua dor. É denunciar o desrespeito dos *fazendeiros e dos vigários que batizavam os ingênuos como nascidos antes da Lei do Ventre Livre*. Brasil, um lugar de nascituros cativos.

Usos Lexicais brasileiros

- ***nascimento dos ingênuos***= significa na Lei do Ventre Livre a criança que a partir da lei nasce livre é considerada ingênua;
- ***maldita raça de contrabandistas que introduziu o africano no Brasil***.São os negreiros, isto é, traficantes de negros.
- ***gemer no tronco, debaixo do relho*** padecer de dor ao ser açoitado com o chicote de couro torcido
- ***ainda havia surra e assassinos irresponsáveis*** muitos negros eram espancados até a morte
- ***Para que diabo***, tivera ele a pretensão de fazer de si um homem útil e sincero?

Pelo que se pôde observar, nesta categoria Intradiscursos estão os registros dos usos lexicais brasileiros, pontuados pela História-Oficial revelada pelos interdiscursos.

G. Materialidade da Linguagem

Esta categoria Materialidade Discursiva apresenta como a questão do negro e de seus descendentes é tratada no mundo para que não haja equívocos. Assim, no discurso da História-Oficial o negro é aquele que não existe. No discurso social, não há ligação entre este negro e o grupo que ele pertence. Logo, deve ser excluído, por não pertencer a ele, por nascimento, amizade, compadrio, família entre outros. Não há como aceitá-lo.

No entanto, a voz do Mulato ecoa e revela ao mundo a sua revolta, seu desespero, sua humilhação, por não pertencer a um mundo que constitui sua história de vida. Fora alforriado, na pia batismal, e sai daquele ambiente ainda criança, não guarda lembranças do seu passado, não conheceu seus pais. No tempo presente da narrativa, ele é um adulto, advogado, instruído, honesto, no entanto, por ser filho de negra, não faz parte dele. Chega a sentir repugnância pela forma como aqueles que o excluem são os primeiros a descumprirem os Contratos Sociais da Lei do Ventre Livre. Por isso, denuncia a perversidade do branco contra o negro; denuncia a Ideologia Social contra o negro.

H. Materialidade Discursiva

A categoria Materialidade Discursiva constrói a Memória e nesse caso, ela é responsável por arquivar o sofrimento daqueles infelizes que nasceram negros e foram trazidos ao Brasil, contrabandeados da África, por traficantes, negreiros; ele não podia casar-se com uma branca devido à sua descendência, a consequência de tanta perversidade seria uma geração de infelizes, muitos ainda gemiam no troco, muitos estavam debaixo do relho, havia surra, havia assassinos irresponsáveis; o governo não tinha escrúpulos para acabar com a escravatura.

Há, na categoria Materialidade Discursiva, vários símbolos que reforçam o sentido do texto. Assim, tem-se:

Gemer no tronco	simboliza	Todos os que ainda ficam presos no tronco;
Ficar debaixo do relho	→	Apanhar com um chicote de couro cru;
Batizar ingênuos	→	Filhos de escravos nasciam livres;
Geração de infelizes	→	Geração de escravos;
Negro é uma propriedade	→	Negro pertence à categoria de um bem material.

I. Memória Social

A categoria Memória Social apresenta neste fragmento vários arquivos de Memória como a escravidão, a discriminação, o contrabando de negros, o espancamento, na lei do Ventre-Livre as crianças deveriam ser libertadas, mas ficavam com suas mães nas fazendas, ou muitas vezes fazendeiros e padres batizavam aquelas crianças com datas retroativas à Lei, a perversidade, entre outros. Desde o século XIX, já está cristalizado, na memória do povo, que as leis são feitas para poucos, isto é, para os dominados e não para a classe dos dominantes.

A categoria Memória Social apresenta um conjunto de conhecimentos já cristalizados na memória do povo e o principal é que se o indivíduo for negro ele não existe.

J. Espaço Discursivo

Há, na categoria Espaço Discursivo, a presença de implícitos que ficam no limite entre as passagens das Formações Discursivas, aí é que pode ser observada, momento de auto-reflexão, auto-análise e de auto-crítica.

L. Sujeito

Em conformidade com a AD, a categoria Sujeito indica as múltiplas posições assumidas pelo Brasileiro, do qual se detecta a Identidade. O texto da História-Oficial registra um homem neutro, sem possibilidade de se expor, isto é, o brasileiro, homem que não existe. Nessa categoria Sujeito, há a possibilidade de se depreender a transmutação vivida por milhares de negros e seus descendentes, no exato momento em que ocorre, isto é, anos que antecedem a Abolição dos Escravos 1888, no século XIX, devido aos registros realizados no texto literário.

Sujeito 1 Raimundo, rapaz de tez amulatada, de bom porte físico, cabelos pretos e olhos azuis, bem vestido, não conhece sua origem;

Sujeito 2 Raimundo que passa a conhecer sua origem;

Sujeito 1 Raimundo locutor que assume a posição de avaliador da situação, não apenas a sua, mas a de tantos outros indivíduos, que como ele, são honestos, instruídos, educados, entre outras características positivas;

Há uma relação dialógica entre o **Sujeito 1** e o **Sujeito 2** da qual emerge o Brasileiro. Desse relação, surgem as questões:

Este Sujeito-enunciador, com sua voz de Brasileiro, questiona o discurso da História do Brasil que está sendo escrita naquele momento:

1. De que vale ter se instruído?
2. De que vale ter-se educado?
3. De que vale ter conduta reta?
4. Inteira de caráter?
5. Para que se conservou imaculado?
6. Para que teve a pretensão de se fazer útil e sincero?

Ao questionar a História, por um lado, esse sujeito-enunciador permite pelo texto literário uma reescrita da própria História, que não tem a preocupação de

demonstrar o sofrimento, a indignação do negro, a desvalorização como pessoas, o desprestígio social.

Por outro, ao questionar a História real vivida por milhares de brasileiro, subjaz outro questionamento: será que o negro um dia terá a oportunidade de ser doutor e ser respeitado por isso? Esta análise comprova a Tese de que o discurso literário legitima a Identidade do Brasileiro, o que não ocorre no discurso da História-Oficial.

Sujeito 1 é o Brasileiro que adquire voz, revela identidade e tem possibilidade, inclusive, de questionar a História-Oficial e o Aparelho Ideológico Estatal;

Sujeito 2 tem a consciência de que, desde o seu nascimento, fora excluído daquele grupo, simplesmente, por que nascera morto aos olhos de todos; era uma criança alforriada; e quando crescida, ao regressar ao Brasil, fora considerado, igualmente, morto, pois não lhe permitiam participar naquele grupo. Justificativas: 1. sua mãe é negra + escrava; 2. não é branco e não nasceu livre.

Sujeito 1 Raimundo grita indignado ***Maldita! Mil vezes maldita!*** Essa atitude revela a sua indignação pela situação por que passam tantos outros brasileiros, seus irmãos;

Sujeito 2 Raimundo questiona o mundo em que vive: ***Como ele quantos desgraçados não sofriam o mesmo desespero e a mesma humilhação sem remédio?*** Esta é a sua verberação ao flagelo de muitos;

Sujeito 1 Raimundo posiciona-se contra o sofrimento dos homens que ainda são surrados;

Sujeito 3 Os negros que se encontram presos ao tronco; e que são mortos;

Sujeito 1 Raimundo posiciona-se contra os assassinos irresponsáveis, dominadores.

Sujeito 4 os fazendeiros dominam, nas fazendas;

Sujeito 5 os donos de escravos dominam, nas capitais;

Sujeito 1 Raimundo indignado assume a posição de avaliador que pode e deve denunciar os males da escravidão;

Sujeito 1 Raimundo mostra a todos o que significa ocupar o lugar dos dominados;

Sujeito 6 Vigário batiza as crianças e documenta o fato com data anterior à Lei do Ventre Livre; e,

M. Ideologia

A categoria Ideologia, segundo Pêcheux (1988, p. 160), apresenta evidências que permitem em um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’⁴⁷ e que dissimulam sob a ‘transparência da linguagem’⁴⁸, o que se chama de *o caráter material do sentido*⁴⁹ das palavras e dos enunciados.

Retomar Pêcheux, para examinar o papel ideológico do discurso em análise, significa que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes, isto é, sujeitos de seu discurso, para atender às formações ideológicas que lhes são correspondentes. Na pseudo-transparência do sujeito-falante, observa-se a sua dependência com respeito ao “todo complexo dominante”. Pêcheux (1988, 162)

A título de exemplificação do *já dito*, nota-se que mesmo sendo doutor, o negro não é ninguém. Por essa razão, há a instalação ideológica de um sujeito-falante que se constrói como o Brasileiro que revela ao mundo, por meio de sua fala, como a História do país deve ser reconstruída, e como o problema social, enfrentado pelos negros e seus descendentes, deve ser eliminado.

⁴⁷ in Gregolin, Maria do Rosário, Foucault e Pêcheux n análise do discurso – diálogos e dilemas. Claraluz, São Carlos, SP, 2004, p.63

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Ibidem.

Ideologia do Aparelho Ideológico-Estatal:

- 1) Declara: o negro é uma propriedade e defende os direitos dos brancos proprietários;
- 2) o Governo se posiciona a favor do branco e hesita em acabar com a escravidão;
- 3) não há como acabar com a escravidão, pois a lavoura, na produção de açúcar entre outros produtos, constitui-se grandemente de mão-de-obra barata;

Ideologia do Grupo o não reconhecimento do valor moral, espiritual do negro, porque o negro:

1. é uma propriedade;
2. é mão de obra necessária;
3. não existe.

Ideologia do Grupo de Intelectuais registrar no discurso literário:

1. o valor do negro como um Brasileiro;
2. o sofrimento de milhares, seres humanos, escravizados;
3. dar voz ao Brasileiro; e;
4. revelar ao mundo a cultura do negro, sua nacionalidade.

Por toda a análise realizada, procurou-se demonstrar a importância do discurso literário, que diferentemente do discurso da História-Oficial, não teve por critério excluir o Brasileiro dos seus registros.

Após quatro séculos de silêncio, provocado pelo Aparelho Ideológico da Metrópole e do Estado-Nação, emerge dos escombros de uma sepultura em que se encontrava vivo-morto, sem auto-estima, prestígio, educação formal, um Brasileiro, que sempre recebeu tratamento preconceituoso e excludente. Isso porque, no Brasil, urge que se revele a todas as outras nações, que há um vasto território, um povo, uma nação, que possui Identidade Cultural, Nacional e

Lingüística distinta dos demais povos do mundo, mas que ainda não é reconhecida.

Reitera-se ainda que se o Brasil chegou ao que é hoje, isso se deve em grande parte, ao povo que um dia aqui chegou escravo e que todos têm obrigação de apagar página tão negativa dos registros da História-Oficial. Conforme Leenhardt & Pesavento (1998), na Literatura, a narrativa é a criação do fato, enquanto resultado da escrita literária. O ponto de partida é um conjunto de informações que compõe a Memória do escritor literário, no qual se situam intencionalmente os sujeitos discursivos.

A obra de Alúcio Azevedo (1881) registra a História-Oficial e pertence a momentos que antecedem a Abolição dos Escravos (1888); muitas são as críticas pertinentes a um modelo social que está prestes a ser transformado. Chega ao Brasil o momento de uma revolução sócio-econômica e cultural e isso ocorre, em princípio pelo discurso literário. Ao se dar voz ao brasileiro, dá-se-lhe a oportunidade tão almejada e, pela primeira vez, a História Brasileira é narrada sob o ponto de vista de um Brasileiro, sujeito da narrativa que revela a realidade do Brasil do século XIX.

*O homem não pode ser herdado,
Nem vendido e tampouco presenteado.
Não pode ser propriedade de ninguém
Porque ele é e deve permanecer
Propriedade de si mesmo.
Ele carrega no fundo de seu peito uma chama divina,
A consciência moral, que o eleva sobre a animalidade,
Tornando-o cidadão de um mundo
Cujos primeiros parceiros são
Deus.
Essa consciência lhe possibilita
Querer isso ou querer aquilo
De maneira incondicional,
Livre e a partir de seu próprio movimento,
Sem nenhuma pressão exterior.
Fichte, J.G.*

Ao término desta Tese, o pesquisador tece suas considerações, a respeito dos objetivos e hipóteses que orientaram a realização de sua tarefa, além de novas perspectivas para a continuidade deste tipo de investigação que inter-relaciona AD com o Discurso da História-não-Oficial.

Com relação aos objetivos, acredita-se que tenha sido atingido o objetivo geral, *contribuir para o reconhecimento da Identidade Lingüística do Brasileiro*, no século XIX, uma vez que o discurso literário dessa época traz registrado em língua, os usos lexicais da época e esses usos revelam as características genuinamente nacionais. Elas são o resultado de toda a história da colonização, na qual se reúnem, em solo brasileiro, três raças, três culturas, três línguas. Entende-se, também, que esses resultados possam propiciar novas/outras pesquisas, que se abrem para outros vieses, com raízes históricas da língua nacional, presentes no discurso literário.

Com relação aos objetivos específicos, acredita-se, também, que foram cumpridos:

1. No que se refere ao primeiro objetivo específico: *examinar, pela concepção da AD a Identidade Lingüística, tendo em vista a constituição do léxico nacional brasileiro presente nas formações discursivas literárias, concebendo-a na/pela interdiscursividade com o discurso da História-Oficial*, os resultados obtidos indicam que:

O encontro de lexias presentes no discurso literário foi resultado de exame dos fragmentos selecionados, por meio de categorias de análise da AD. Dessas categorias, fundamentadas em Pêcheux (1990), foi possível retirar da categoria Intradiscursos, conjuntos de usos lexicais, possibilitados pela Interdiscursividade e Intertextualidade dos vários textos discursivos da História-Oficial e História-não-Oficial. Ao situar a lexia como uma unidade memorizada (Pottier, 1976), é que um sujeito adquire um vocabulário no seu confronto com o mundo e na sua interação verbal com outrem. (Sprenger-Charroles, 1984)

Há de se reconhecer que os resultados foram obtidos, por meio de usos lexicais que os interlocutores fizeram ao interagirem na/pela linguagem no discurso da História-não-Oficial. Essa interação permitiu que tais interlocutores construíssem e revelassem não só a sua visão do mundo do século XIX, mas também as ideologias, e sistemas de valores, novas/outras visões de mundo e ideológicas, podendo-se também depreender a organização e constituição de um léxico nacional, isto é, a idiomatização da língua portuguesa nacional.

Compreende-se pelo exame realizado, que os resultados obtidos possibilitaram responder a primeira questão que norteou a pesquisa: Como se detectam, no Português do Brasil, do século XIX, os traços da Identidade Lingüística Nacional? Os traços da Identidade Lingüística Nacional foram detectados pela interação entre os múltiplos Sujeitos presentes, nas várias Formações Discursivas no discurso literário.

2. No que se refere ao segundo objetivo específico: *reconstruir, pelos princípios da AD sob uma perspectiva historiográfica de caráter teórico-analítico, as marcas de brasilidade presentes no discurso da História-Oficial, nos quais a subversão histórica focaliza o nativo que passa a existir e, com isso, torna-se o principal responsável pela invenção de um novo uso lingüístico no território nacional brasileiro.*

Os resultados obtidos revelaram que, por meio da visita realizada ao discurso da História-Oficial, foi possível reverter a situação de opressão e silêncio de quatro séculos daquele homem-ninguém, e, transformá-lo em um homem-Herói, por meio do surgimento de um novo/outro Homem Brasileiro, que legou, por sua voz, marcas de brasilidade presentes, no discurso literário, e que regem a Identidade Lingüística Nacional até os dias atuais.

Cumprir dizer que essas marcas de heroicidade não se encontram registradas no discurso da História-Oficial, que se propõe, normalmente, registrar os feitos heróicos, consoante os padrões ditados pelos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Assim, é no discurso da História-não-Oficial que o herói é interpretado como aquele homem que conseguiu vencer suas limitações históricas, pessoais e locais, ou seja, as limitações vencidas pelo herói são aquelas da própria comunidade em que se insere e se qualificam como as limitações próprias da humanidade. Ser herói significa morrer em sua individualidade e se fazer representante de uma coletividade. Por suas ações, ele renasce como paradigma de conduta a ser ensinada, como lição capaz de garantir a renovação da vida. Ao morrer, ele se faz modelo de aprendizagem para a sua gente e a sua história é aprendida-ensinada como modelo de interpretação, e/ou por parâmetros de modelos de situação de um dado contexto de uma dada contemporaneidade.

A obra examinada apresentou um novo/outro homem, o Brasileiro, e ao mesmo tempo retratou uma coletividade, por essa razão ela passa a ter um enorme significado nacional. Pelo discurso literário, pôde se encontrar o Brasileiro, mostrando ao mundo a sua indignação pelo sofrimento dos seus milhares de irmãos que estavam vivendo a mesma situação. Pôde-se também, questionar algumas leis que não foram cumpridas e o receio de que a Abolição, tema daquele século não fosse respeitada.

Essa razão leva o pesquisador, nesta investigação, a acreditar no discurso literário, como um espaço responsável pelos registros da formação da identidade Nacional, Cultural e Lingüística. O povo brasileiro constituiu-se, em grande parte, de negros e mulatos, tem uma prática cidadã, principalmente, no que se refere ao dever, e tais abusos, são inadmissíveis. Os membros da sociedade brasileira identificam-se com os heróis presentes nessa narrativa literária e convencem-se de que a história narrada é a sua própria história, adquirem personalidade, internalizam conceitos que elevam a sua auto-estima e contaminam a historiografia brasileira mesmo séculos depois.

Compreende-se pelo exame realizado, que os resultados obtidos possibilitaram responder a segunda questão que norteou a pesquisa: 2. Qual é o discurso produzido pelos novos usos lexicais, brasileiros, no século XIX? Qual seja, o discurso do Brasileiro, que ao ter voz anuncia para todos, além de sua maneira de falar, lingüisticamente nacional, sua cultura e existência no mundo.

3. No que se refere ao terceiro objetivo específico: *apresentar, pelo discurso literário, modelos lingüísticos que fundamentam e propiciam a formação da Identidade Lingüística do novo-homem, representado no século XIX, à medida que esses modelos facultam considerar que todo processo de socialização abarca processos de aculturação pela reinterpretação da Terra e do Homem.*

Os resultados obtidos revelam que, foram encontrados modelos lingüísticos que fundamentaram e propiciaram a formação da Identidade Lingüística do novo homem representado no século XIX. Sabe-se que pelo processo de socialização, o negro marcou presença positiva nas terras do Brasil, pois, além de se deculturar, aculturou-se e foi o responsável pela expansão da língua portuguesa no território nacional. Cumpre salientar que, embora o índio tenha sido praticamente, cancelado do discurso da História-Oficial, ele foi o responsável pela lexicalização de topônimos, fauna e flora, além de legar sua cultura e história às gerações posteriores, o que se observa até os dias atuais.

Como se verificou, devido à sua extensão, foram visitados, nesta análise, apenas quatro fragmentos da obra *O Mulato*, todavia, tais visitas proporcionaram uma amostra dos usos lexicais do século XIX, ali presentes. A título de exemplificação e de síntese, tem-se:

Lexias Textuais Nacionais

*andavam no ganho
a nata da nossa judiciosa sociedade
criança com a sua pratinha amarrada na ponta do
lenço
cédulas gordas; moedas amarelas; troca-se
dinheiro;
Queimam-se charutos caros
gaste seu bocado nos leilões
nas casas de sorte;
Lexias Textuais Nacionais
não arrote grandeza,
Senhora ou moça-dama
Foguetes de lágrimas
não gosto de maçada
gerner no tronco
ficar debaixo do relho
batizar ingênuos
Geração de infelizes
negro é uma propriedade
ainda havia surra
nascimento dos ingênuos*

Usos Gramaticais Brasileiros

Me diga minha senhora

Compreende-se pelo exame realizado, que os resultados obtidos possibilitaram responder a terceira questão que norteou a pesquisa: 3. Como o discurso literário apresenta os usos lexicais do Português do Brasil naquela época? O discurso literário apresenta, por meio da interação, o diálogo existente entre os múltiplos sujeitos. Ao se instalar um narrador interativo ele, também, revela a linguagem usada, entre os sujeito que participam. Na obra em exame, os sujeitos participaram de eventos extraordinários e ordinários e representaram todo o uso lexical daquele tempo.

Pôde-se, assim, justificar a investigação no discurso literário do século XIX que se caracterizou por apresentar registros dos usos lingüísticos de seu povo, cujo marco se inscreveu pelo encontro de homens que tiveram vida e experiências diferentes, e conseqüentemente configuradas por modelos de formação socioculturais diferenciados; e, por isso, usuários de línguas diferentes.

Desse encontro, emergiram processos de socialização e de aculturação que, no fluxo do longo tempo, foram os responsáveis pela geração de um novo homem o *Brasileiro - um misto do branco, do índio e do negro*⁵⁰. Esse misto está presente também na idiomatização do sistema lingüístico do português.

Os resultados obtidos comprovam que no tempo da colonização houve a idiomatização língua portuguesa e se conclui que desde aquela época já existia a Identidade Lingüística do Brasileiro, todavia não se pode separá-la das identidades: cultural e nacional, associando língua e cultura, numa relação de complementaridade. Isso pôde ser observado da seguinte maneira:

1. O século XIX exigiu o registro em língua desse novo modelo de representação;
2. o novo modelo lingüístico propiciou uma nova focalização do Homem Brasileiro;
3. houve também uma nova focalização da Terra e do sistema sócio-político-econômico;
4. demonstrou-se a re-interpretação da velha história oficial e a construção de um outro discurso;
5. o discurso privilegiado como espaço de reconstrução da Terra, do Homem, da vida sócio-econômico-cultural foi o da literatura brasileira;
6. os intelectuais da literatura brasileira foram os responsáveis pelo registro em Língua Portuguesa do Brasil das matrizes da identidade cultural, construída no curso do tempo;
7. os textos literários devem ser qualificados como fonte historiográfica da Identidade Lingüística Nacional;

⁵⁰ Grifo da pesquisadora

8. estão presentes no discurso literário os novos usos lingüísticos e lexicais comuns à época;
9. a Literatura Brasileira do século XIX é o responsável pelo registro da Identidade Lingüística Nacional.

Os pressupostos teóricos foram altamente pertinentes e propiciaram o exame da obra e também que se encontrasse, além do registro, a recriação dos modelos esteriotipados ou cristalizados da língua usual.

A Tese foi atingida com sucesso, pois sendo a literatura um discurso sobre os demais discursos, o discurso literário do século XIX possibilitou a apreensão da Identidade Lingüística do Brasileiro, por meio dos usos lexicais, unidades memorizadas e cristalizadas presentes na Memória Social do povo. Os eixos sintático, semântico e ideológico foram os responsáveis pela apresentação do traço identitário da Língua Portuguesa do Brasil, enquanto idioma variável, mas que não perdeu a sua regularidade de uso gramatical.

Os discursos literários do século XIX possibilitaram demonstrar, pelo exame realizado à luz das categorias de análise da AD, que houve, naquele século, a focalização ideológica do novo/outro Brasileiro. Este Homem emerge de longo período de silêncio e de desprestígio social, legitima sua Identidade Lingüística, Cultural e Nacional que são intrinsecamente imbricadas e por ele construídas, lentamente, durante quatro séculos, desde a Época Colonial.

Os resultados obtidos reafirmam as refutas feitas ao discurso da História-Oficial como responsável pela formação da Identidade Lingüística do Brasileiro. Como se pôde observar, vários historiadores como Varnhagem⁵¹, na prática, e Hobsbawn (1990), na teoria, afirmaram que o discurso da História seria o resultado de uma focalização dada ao objeto. No caso do Brasil, Varnhagem registrou todo o processo de colonização heroicizando o colonizador; e se alguma

⁵¹ apud. Reis, 1994

identidade, nesse discurso pudesse ser detectada, seria a do colonizador e àquela determinada pela focalização do Aparelho Ideológico Colonial, posteriormente, Estatal e, por esse prisma, o Brasileiro sempre fora visto como *aquela que não existia*.

Os resultados obtidos indicam que pela Análise do Discurso francesa foi possível depreender que o discurso literário se constitui em um espaço em que se encontram vários outros discursos, como o da História, o da Geografia, o da Ideologia. Discurso, Sociedade, História, Ideologia são indissociáveis e não há possibilidade alguma de se entender o mundo distante dessa teoria.

A pesquisa histórica foi realizada e possibilitou a comprovação da Tese, por meio de fragmentos de textos pertencentes à História do Brasil, elaborados em diferentes épocas, e por diferentes historiadores.

A pesquisa dos usos lexicais brasileiros em fragmentos de textos da primeira literatura brasileira, de Pero Vaz de Caminha (1500); e posteriores versos de Padre José de Anchieta (1565), privilegiaram o relacionamento do lingüístico ao histórico e ao ideológico. Assim como, foram visitados textos de Pero de Magalhães Gândavo (1576); Gregório de Matos (1680); e, José de Alencar (1843), em que se verificou o tratamento dispensado às terras do Brasil e ao povo brasileiro, a fim de comprovar a Tese.

As categorias de análises foram propostas por Pêcheux (1990), segundo a AD francesa. Nesse sentido, pôde-se verificar a pertinência da fundamentação teórica para a realização desta investigação.

Concluiu-se, dessa forma que o discurso literário se constitui de várias Superfícies Discursivas que permitem, por meio de um posicionamento, a realização de tarefas específicas. Assim, encontram-se presentes, no discurso literário, os registros da História, Cultura, Sociedade e Língua. A categoria Formação Discursiva permite ou não se dizer a partir de uma posição. Na obra examinada, depreenderam-se inúmeras Formações Discursivas que agrupadas permitiram, também a formação de Campos Discursivos. Assim, pôde-se avaliar o

conjunto daquela Sociedade, História e Ideologia e por meio de usos lexicais o novo/Homem Brasileiro comunicou ao mundo sua indignação pelo sofrimento de tantos outros como ele.

Observou-se que um discurso literário apresenta não apenas um Objeto Discursivo, mas um número bem significativo deles, em conformidade com as Formações Discursivas apresentadas, pois esta categoria depende também da focalização, já que requer um conhecimento da história desse objeto. Nesta investigação, em virtude desta categoria Objeto Discursivo, houve a necessidade da Intertextualização com o discurso da História do Brasil, do discurso da Geografia, Ciências Sociais, entre outros.

Pela categoria Materialidade da Linguagem, possibilitou-se a verificação das coisas no mundo para não haver equívocos, na ligação sujeito, inconsciente e ideologia. Assim, pôde-se detectar a presença do discurso da História do Brasil, responsável, por apresentar o trajeto percorrido pelo Sujeito da narrativa e também, por subsidiar a construção desse e de muitos outros sujeitos ali instalados.

A categoria Memória Social foi responsável pelo novo/outro registro em seus arquivos, por intermédio da reescrita da História do Brasil. Isto significa que os arquivos de memória foram visitados, os conhecimentos que estavam guardados foram retomados, reorientados, ressignificados pelo discurso literário e foram novamente arquivados, tornando nessa categoria, Memória Discursiva, o ponto de encontro de um novo saber.

As categorias Interdiscurso e Intertexto são as duas faces da mesma moeda. Isso significa que ao dialogar com outros textos, o Intertexto apresenta o Interdiscurso que é a memória do dizer. Por essa razão, a categoria mais utilizada nesta investigação, foi a do Interdiscurso. A Interdiscursividade apresentada proporcionou a compreensão de elementos importantes da construção da narrativa, sem as quais não seria possível atribuir tão profundamente o(s) significado(s).

Houve nesta investigação dois momentos de descobertas na teoria proposta. O primeiro momento refere-se à categoria Materialidade Discursiva que objetiva a constituição da Memória e da ligação entre os sentidos, ao buscar marcas, objetos e gestos simbólicos. Nesse sentido, pôde-se depreender muitos símbolos responsáveis pela presença e construção da Identidade Lingüística no texto literário. Cabe ressaltar que esta categoria abarca por si própria a teoria das Formações Simbólicas preconizadas por Ricoeur (1968) e Thompson (2002) também visitadas nesta investigação. Por intermédio da Categoria Interdiscurso, houve a possibilidade de uma segunda descoberta, isto é, ela é a responsável por deixar marcas, na categoria Intradiscurso, das lexias presentes no discurso literário.

Por meio da Categoria Espaços Discursivos, pôde-se verificar os limites entre os Espaços e Formações Discursivas e neles, a presença dos implícitos.

A categoria Sujeito foi responsável pelas várias posições e focalizações dadas ao Objeto Discursivo, mas de forma a propiciar questionamentos, cristalizações de falas e de idéias pertinentes à época da escravidão no Brasil. Os papéis assumidos pelos sujeitos proporcionaram registrar o pensamento e a fala do Brasileiro de forma incomum na Literatura, pois ao mesmo tempo em que se lhe deu voz, sua voz emergiu de séculos de silêncio e ao mesmo tempo registrou o modo de expressar daquele Homem eternizado pelo discurso literário, registrando-se, assim, a Identidade Lingüística Nacional.

A categoria Formação Ideológica demonstrou a ideologia dos Aparelhos Ideológicos do século XIX, bem como das várias Instituições. Porém, deve-se ressaltar que aquele foi um período de transmutação que o discurso literário soube registrar. Em 1888, a Lei Áurea foi assinada e todos os escravos foram alforriados e, não enganados, como na Lei do Ventre Livre de anos anteriores, quando os padres e os fazendeiros batizavam os ingênuos, crianças protegidas pela Lei do Ventre Livre, com datas anteriores à mesma Lei.

Nesta investigação, considerou-se a língua portuguesa um sistema aberto, e foi por entendê-la, como sistematicidade lingüística devido à sua forma material,

ela se constituiu a base para o funcionamento do discurso. Assim, os resultados obtidos foram utilizados a título de exemplificação demonstrativa.

As práticas sociais, garantidas pelo discurso literário, visaram atingir o sucesso desta Tese. Assim, demonstrou-se que foi pela ruptura com os modelos literários europeus, em um dado período de mudança que tudo apontou para a formação da Identidade, não só Nacional, mas também Cultural e, em especial, a Lingüística como decorrência dos usos lexicais, presentes na obra literária nacional, e a selecionada como *corpus* é tipicamente Brasileira.

A teoria da ação sustentada pela AD diferenciou o que acontece no mundo como ação e como evento. Foi pela concepção de evento, acontecimento no mundo, que se pôde depreender a ação do sujeito no século XIX. Os eventos extraordinários privilegiados, no exame de alguns fragmentos, permitiram a generalização para a totalidade dos fatos em toda a sua extensão. (Cf. Damatta, 1997, p.41)

A hipótese que orientou esta Tese mostrou-se adequada, pois os resultados obtidos indicam que o indivíduo é um ser que transforma e que, ao mesmo tempo, cultiva ou conserva. Durante a sua transformação, as formas de agir e interagir na/pela linguagem são sustentadas por mudanças que implicam permanências. Por essa razão, as transmutações, no campo da linguagem, trazem consigo as matrizes do passado. Dessa forma, as representações de acontecimentos do tempo presente reúnem-se com aquelas do *já-acontecido* e do *por acontecer*. Por isso, a língua e a cultura são matrizes da Identidade, e estas deveriam ser inscritas também, nos registros da História, construída por um povo, mas, como se pôde constatar não há vestígios dessas matrizes da Identidade em tal discurso.

A Identidade Lingüística consiste na diferença nacional, pois pelo que se pôde observar no resultado da formação étnica, no Brasil, houve um grande acréscimo cultural que foi registrado nos/ pelos usos lexicais como o resultado da contribuição proveniente do encontro, no território nacional, de três raças: os

brancos, os negros e índios, tornando a diversidade em um traço de singularidade.

Em síntese, os resultados obtidos indicam que o Discurso da Literatura do século XIX, pode e deve ser tido como um discurso historiográfico, que carrega em si as matrizes da Identidade Lingüística do Brasileiro. O trabalho apresentado situa os professores de literatura, em uma nova/outra perspectiva de ensino-aprendizagem, por meio de categorias analíticas da AD francesa. Assim, Discurso, Sociedade, História e Ideologia são categorias inseparáveis e devem ser entendidas pelos alunos de Letras, a fim de que se façam as várias leituras possíveis de qualquer obra.

É impossível estudar língua portuguesa, sem conhecer a história da língua e a real história do Brasil, apresentada pelo discurso literário. Há nos registros literários um tesouro ainda não encontrado, pois durante toda sua existência a Instituição escola não ensinou leitura aos filhos da pátria. Essa Tese possibilita, pela fundamentação teórica, que se dê um novo viés ao ensino de leitura de uma obra literária e assim, todos poderão descobrir a História vivida por um povo, entender o seu presente e o do seu país, para modificar o seu futuro, como leitores proficientes e competentes.

Compreende-se pelo exame realizado, que os resultados obtidos possibilitaram responder a quarta questão que norteou a pesquisa: 4. Como esta Tese se liga, objetivamente, aos estudos da Língua Portuguesa? Os resultados obtidos nesta Tese possibilitarão um redirecionamento no ensino de Leitura e análise da Literatura nos cursos de Letras.

Esta investigação não se pretende conclusiva para caracterizar todos os aspectos de Identidade Lingüística Nacional. Faz-se necessário dar-se continuidade a este estudo, pelo confronto com análises de outros discursos que compõem a Literatura Brasileira. Reiteram-se as palavras de Maingueneau (1993) sobre a necessidade de novas análises do discurso literário.

Acredita-se que esta proposta seja um desafio a ser enfrentado.

*Sem outra luz nem guia
Além da que no coração ardia,
Essa luz me guiava
Com mais clareza que a do meio-dia,
Aonde me esperava
Quem eu bem conhecia,
Em sítio onde ninguém aparecia.*

João da Cruz

O sítio? a Bibliografia.

A luz que ilumina o meu caminho? O livro!

Nanci R. G. Corrêa.

2006.

ABREU, A. S. (1999). *A Arte de Argumentar Gerenciando Razão e Emoção*. São Paulo. Ateliê Editorial, 2000.

ALENCAR, J. de. *Iracema*. 1865. 30 ed. São Paulo, SP. Ática, 1997.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Trad. Port. De João Paisano em *Posições*. Lisboa. Horizonte, 1977 a.

_____. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 6 ed. Rio de Janeiro. Graal, 1992.

AMORA, A. S. *O Romantismo no Brasil, a literatura brasileira. vol.II*. 3 ed. São Paulo, SP. Ed. Cultrix, 1999.

ARRUDA, A. (org., 1998). *Representando a Alteridade*. 2 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

AUROUX, S. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford University Press, 1962.

AZEVEDO. A. 1881. *O Mulato*. São Paulo, SP. Moderna, 1993.

BAKTHIN, M. (1981) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 3 ed. São Paulo, Hucitec, Barral Editores, 1986.

_____. *Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance*. Trad. do Russo, Bernardini et all. São Paulo. 5 ed. Ed. Hucitec Annablume, 2002.

BARBOSA M. A. *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo*. São Paulo. Global, 1981.

BARROS, D. L. P. de. *Semiótica e Discurso Literário*. IN: OLIVEIRA, A. C. &

SANTAELLA, L. (orgs). *Semiótica Literária*, São Paulo. EDUC, 1987.

BEAUGRANDE, R. e DRESSLER, W. U. (1981). *Introduzione alla Linguistica Testuale*. Trad. Italiana de Silvano Muscas, Società. Bologna, Ed. Trice il Mulino, 1984.

BELLO. R. DE A. *Pequena História da Educação*. São Paulo, Ed. do Brasil, 1969.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. Paris, Gallimard, 1966.

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária* São Paulo. Edusc, 2003.

BIDERMAN, M. T. C., *A formação de um padrão lingüístico nacional. Panorama de Sociolingüística*. Revista de Cultura de Vozes, 1973.

BOAVENTURA, S. S. *Um Discurso sobre a Ciência*. (1987), São Paulo: SP. Cortez Editora, 2005.

BOLOGNINI, C. Z. (Org.), *História da Literatura: o Discurso Fundador*. Campinas, SP. Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil. Fapesp, 2003.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. (1979). São Paulo. 3 ed. Cultrix. 1987.

_____ *Cultura Brasileira. Temas e Situações*. (Org.) Alfredo Bosi. São Paulo, 4 ed. Ática, 2003.

_____ *Dialética da Colonização*. (1992). São Paulo. 4 ed. Cia. das Letras, 2003.

BRAIT, B. (Org.1997). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, UNICAMP, 2001.

BRAUDEL, F. *A história e as ciências sociais*. Porto. Presença, 1990.

BURKE, P. *A Escrita a História: novas perspectivas*. Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes – São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BUZZI A. R. *A Identidade Humana. Modos de Realização*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

CÂMARA JÚNIOR, J. MATTOSO. *Manual de Comunicação Ora e Escrita*. 6. ed. Petrópolis. Vozes, 1981.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo. Cia. Editora Nacional. 1973.

_____ (2000). *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. São Paulo. T. A. Queiroz, Editor, Ltda. 8 ed. 2002.

CIAMPA, A. C. (1987). *A estória do Severino e a História da Severina*. 7 ed. São Paulo. Brasiliense, 2001.

CHARAUDEAU, P. *Análise do Discurso Controvérsias e Perspectivas*. In *Fundamento e Dimensões da Análise do Discurso*. Org. Hugo Marie et all, Núcleo Análise do Discurso Fale-UFMG. Belo Horizonte. CAROL BORGES ED., 1999.

CHAUÍ, M., (2000). *História do povo brasileiro. Brasil Mito fundador e sociedade autoritária*. 4 ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CONDORCET. Porto. Edit. Livraria Educação Nacional, 1943.

_____ *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas. SP Ed. Unicamp. 1993.

CORRÊA, L. P. *Léxico, Discurso e Identidade Cultural: das Margens ao Interior do Brasil(eiro)*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2004.

CORRÊA, N. R. G., *Aspectos da Organização Textual Argumentativa: a Notícia Jornalística e a Crônica Literária*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.

COUTINHO, A. *Da crítica e da nova crítica*. 2 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Crítica e Poética*. Rio de Janeiro. Academia, 1968.

_____. dir. e COUTINHO, E. F. co-dir. *A literatura no Brasil*. 3. ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro, Niterói, UFF – Universidade Federal Fluminense. , José Olympio, 1986. 6 v.

COUTINHO, E.F. *Fronteiras Imaginadas: cultura nacional/teoria internacional*. Org.: Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro. Aeroplano Editora e Consultoria, 2001.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, Edusc, 1999.

CUNHA, A. G. de. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Revista. Rio de Janeiro, RJ. Editora Nova Fronteira, 1999.

_____. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 10 ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Tempo Brasileiro Ltda., 1994.

DAMATTA, Roberto. *RELATIVIZANDO: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1881.

_____. *Carnavais, Malandros e Heróis para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro. Ed. Rocco. 1997.

DIDEROT. D., (1804) *Obras I Filosofia e Política. J. Guinsburg. Textos 12*. Trad. Eduardo Cruz. Porto. Edit. Livraria Educação Nacional, 1943.

DONATO, H. *O Cotidiano Brasileiro no século XIX*. (1999). Coleção Povos do Passado. São Paulo. Melhoramentos, 2003.

DUCROT, O. (1977). "*Illocutoire e Performatif*". *Dire et ne pas Dire*. Revista e ampliada, Paris. Hermann, 1980.

_____. (1984). *O Dizer e o Dito*. Revisão técnica da trad. de Eduardo Guimarães. Campinas. Pontes, 1987.

ELIAS, N. *Sobre el tiempo*. (1989) Madri, Fondo de Cultura. Econômica Brasileira: Sobre o tempo, Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.

FAUSTO, B. (2001). *História Concisa do Brasil*. 2 ed. São Paulo. Edusp,. 2006.

FELÍCIO, V. L. G. *A Imaginação Simbólica Nos Quatro Elementos Bachelardianos*. Edusp. FAPESP. Ensaios de Cultura; vol.5. 1994.

FERREIRA, R. M., *Individuação e socialização em Jürgen Habermas um Estudo Sobre a Formação Discursiva da Vontade*. São Paulo. Annablume, 2000.

FIORIN, J. L. 1988b, *Linguagem e Ideologia*. São Paulo. Ática, 1993.

FREIRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. (1933). 25 ed. Rio de Janeiro. José Olympio Editora, 1987.

FREITAG, B. E ROUANET S.P. Org. e Trad. *Habermas*. 3ª. Ed. São Paulo. Cortez, 2001.

FREITAS, M.T. JOBIM E SOUZA,S., KRAMER (ORGS.). *Ciências Humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin*. São Paulo, Cortez, 2003.

FREITAS, M. C. de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, SP. 6ª ed. Contexto 2005.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.

GREGOLIN, M. R. V. (Org.) *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL, Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo. Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos*. São Carlos. Claraluz, 2004.

GOFFMAN, N. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. (1959). Tradução portuguesa. 9 ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1975.

GOLDMAN, N. *El Discurso como Objeto da História*. Buenos Aires, HACHETTE, 1996.

GORZ, A. *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*. São Paulo, SP.. Annablume, 2004.

GREIMAS, A. J. (1975). *Semiótica do Discurso Científico. Da modalidade*. Trad. Cidmar Teodoro Pais. São Paulo, Difel, 1976.

GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. (1979). *Dicionário de Semiótica*. Trad. de Alceu Dias Lima, et all. São Paulo. Cultrix, 1989.

GREGOLIN, M. R. V. *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Maria do Rosário Valencise Gregolin. Araraquara: FCL. Laboratório Editorial UNESP. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2000.

GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH (ORGS.1995). *Textos em representações sociais*. 8 ed., Petrópolis. RJ. Ed. Vozes, 2003.

GUIMARÃES, E. e ORLANDI E. P. (ORGS.). *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas, SP. Pontes, 1996.

GUSDORF, G., (1952). *A Palavra. Arte & comunicação*. Trad. De José Freire Colaço, Lisboa, Ed. 70.

HABERMAS, J., (2002). *Agir Comunicativo e Razão destranscendentalizada*. Trad. Lúcia Aragão; Rio de Janeiro, RJ. Edições Tempo Brasileiro.

HOBBSAWN, E. J., *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo. Cia. das Letras. 1998.

HOLANDA, S. B. de. (1995), *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, A. B. de. (1986). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2001.

INDURSKY, F., FERREIRA, M. C. L., (Org). *Michel Pécheux e a Análise do Discurso: Uma relação de nunca Acabar*. São Carlos, Claraluz, 2005.

ISENBERG, H. *Cuestiones Fundamentales de Tipología Textual. Lingüística del Texto*. Compilação de textos e bibliografia de Enrique Bernárdez. Madrid, Arco/Libros S. A, 1987.

JOAQUIM, M. S. *O Papel da Liderança Religiosa Feminina na Construção da Identidade Negra*. Rio de Janeiro, Pallas, São Paulo. Educ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e Esfera Pública. A construção Simbólica dos Espaços Públicos no Brasil*. Petrópolis. RJ. Ed. Vozes, 2000.

KINTSCH, W. e VAN DIJK, T. *Comment on se Rapelle et on Resume des Histoires*. Mentz, *Langue Française* número 40, 1975.

_____. *Strategies of Discourse Comprehension*. New York, Academic Press, 1983.

KRISTEVA, J. *História da Linguagem*. Trad. Maria Margarida Barahona. Edições 70. Coleção Signos. Lisboa, Portugal. 1969.

LANDOWSKI, E. *L'Opinion Publique et ses Porte-Parole*. Besançon, Centre National de la Recherche Scientifique-Institut de la Langue Française, 1980.

LEENHARDT J. & PASSAVENTO, S. J. *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. (orgs). Campinas, UNICAMP, 1998.

LEITE, D. M. *Personalidade: manual para o seu estudo, organizado com leituras básicas de psicologia da personalidade*. Org. Miriam L. Moreira Leite. 2 ed. São Paulo. Editora Nacional, 1967.

LIMA S. M. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2000.

LINHARES, M. Y., [et all.] *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Campus, 1990.

LOPES, L. P. DA M. *Identidades Fragmentadas. A Construção Discursiva de Raça, Gênero e Sexualidade em Sala de Aula*. São Paulo, SP. Mercado das Letras, 2002.

LUCAS, F. *Expressões da Identidade brasileira*. São Paulo. Educ, 2002.

MACHADO I. L. et all. (org.) *Ensaio em Análise do Discurso*. Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte. FALE, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Análise do Discurso*. Campinas, UNICAMP, 1993.

_____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Trad. port. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 1987. Trad. port. Campinas, Pontes, 1993.

_____. *Introdução à Lingüística*. Tradução port., Lisboa, Gradiva, 1997.

_____. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Tradução. port. Belo Horizonte, UFM, 1998.

MARI, H. *et all.(org.)*, *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte, Carol Borges editora, 1999.

MARQUESI, S.C. *A Organização do Texto Descritivo em língua portuguesa*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

MARTIN, R.. *Pour une logique du sens*. Paris, PUF, 1984.

MARTINS, M. A. P. *Visões e identidades brasileiras de Shakespeare*. (org.) Márcia A. P Martins. Rio de Janeiro. Ed. Lucerna, 2004.

MATOS, O. C. B. de. *Arte Literária. Portugal – Brasil*. São Paulo. Moderna, 1999.

MATTOSO, J., *Identidade Nacional*. Cadernos Democráticos. Portugal, Ed. Gradiva, 2000.

MELO, G. C. de, *Origem Formação e Aspectos da Cultura Brasileira*. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1974.

NASCIMENTO, D. M. *Metodologia do Trabalho Científico, Teoria e Prática*. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2002.

NÁUFEL, José, *Novo dicionário jurídico brasileiro*. Rio de Janeiro. Forense, 2000.

NUNES, J. H. *A História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*. Orgs. José Nunes Horta e Margarida Petter. São Paulo, Humanitas, FFLCH/USP: Pontes, 2002.

OLIVEIRA, A. M. P. P de. *O Português do Brasil: Brasileirismo e Regionalismos*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Unesp. Araraquara, 1999.

OLIVEIRA, Manuel B. De. *Música do Parnaso*. Rio de Janeiro, INL, 1953.

ORECCHIONI, C. K., *La Enunciacion de la subjetividad en la lenguaje*. Buenos Aires, Edicial, 1980.

ORLANDI, E. P. *Terra à Vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo. Cortez Editora. 1990.

_____ (Org.) *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.

_____ *Discurso e Leitura*. São Paulo. Cortez Editora. 1996.

_____ *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas. Pontes, 1999.

_____ *Língua e Conhecimento Lingüístico. Para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez. 2002.

_____. (Org.) *Discurso Fundador, a formação do país e a construção da Identidade Nacional*. 3 ed. Campinas, SP, Pontes. 2003.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. Brasiliense. ed 5. S. Paulo, 1994.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP. Pontes, 1990.

_____ (1969). *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: Gadet; Hak (Org). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

PECHEUX; FUCHS (1975). *A Propósito da Análise Automática do Discurso*. In: Gadet; Hak (Org). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas, Unicamp, 1997.

PEREIRA, A. *O hino nacional brasileiro*. Rio de Janeiro, Grifo, 1995.

PERELMAN, C. & TYTECA L. O. (1988). *Tratado de Argumentação*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates, Banquete*. Texto Integral, Tradução de Jean Melville. São Paulo, SP. Editora Martin Claret, 2003.

POUND, E. *Abc da Literatura*. Organização e apresentação da edição brasileira: Augusto de Campos. São Paulo, Editora Cultrix, 1961.

POTTIER, B. *Lingüística Geral: Teoria e Descrição*. (1968). Trad. E Adaptação portuguesa de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro, Presença. Universidade Santa Úrsula.

PRIORE, M. Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo, Brasiliense, 2002.

REIS C. & LOPES A. C. M. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo, Série Fundamentos, Ática, 1988.

REIS, J. C. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo. SP. Ática, 1994.

_____.(1999). *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

RIBEIRO, D. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo. Companhia das Letras: Publifolha, 2000.

_____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995). São Paulo. Companhia das Letras. 2 ed., 2002.

RICOEUR. P. *Narrative time. Critical Inquiry*.7 (1). Argentina, Fondo de Cultura, 1980.

_____. (1986). *Du texte à l'áction. Essais d'herméneutique II*. Éditions du Seuil. Argentina, Fondo de Cultura Econômica. 2002.

SÁNCHEZ, A. M. A. *El relato de los hechos – Rodolfo Walsh: Testimonio y Escritura*. Coleção Teses. Buenos Aires, Beatriz Viterbo Editora, 1992.

SANTOS, M. *O País Distorcido, o Brasil, a Globalização e a Cidadania*. Org. Wagner Costa Ribeiro. São Paulo, SP. Publifolha, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo. I. reflexões sobre a questão judaica II. Orfeu Negro*. Trad. De J. Guinsburg – 5 ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

SCHAWARCS, L. K. M. *Complexo de Zé Carioca*. Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

_____. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. Companhia das Letras. São Paulo.

SHWARTZMAN S. *A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto*. Trabalho realizado no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Publicado em *Religião e Sociedade*, 13 de março de 1986, pp.108-127.

SILVA, M. B. N. *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa. Verbo, 1994.

SILVA NETO, S. *Introdução aos Estudos de Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro. Presença/MEC, 1976.

SILVEIRA, R. C. P. da. *Aspectos da Identidade Cultural Brasileira para uma Perspectiva Interculturalista no Ensino/Aprendizagem do Português Língua Estrangeira*. Português Língua Estrangeira – Perspectivas. São Paulo, Cortez, IP-PUC/SP, 1998.

_____. “Opinião, Marco de Cognições Sociais e a Identidade Cultural do Brasileiro: as Crônicas Nacionais”. *Português/Língua Estrangeira. Leitura, Produção e Avaliação de Textos*. Org. Norimar Júdice, Intertexto, Niterói, 2000.

_____. *Português para estrangeiros: enfoque interculturalista para o ensino e a questão teórica das identidades idiomática e cultural do brasileiro*. In BASTOS, N. B. (org. *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*). São Paulo, Educ. 2002.

SOUSA, A. de., *A persuasão estratégias da comunicação influente*. Rio de Janeiro, Nórdica, 2003.

SOUZA, E. M. DE MELO (ORG.) *Cultura Brasileira. Figuras da alteridade*. São Paulo, Ed. Hucitec. Fapesp. 1996.

SPERBER, D. & WILSON, D. (1986). *La Relevância*. Trad. esp. Madrid, VISOR, 1994.

TAVARES, M. de L. *O Papel da Intertextualidade, no Poema “Dual” de Sophia de Mello Breyner Andresen*– Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1999.

TOLEDO, D. *“Por uma teoria do texto”*. *Linguagem*, nº 1. Rio de Janeiro, Presença, 1983.

THOMPSON J. B. *Ideologia e Cultura Moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis. RJ. Vozes, 2002.

TURAZZA, J. S. *Léxico e Criatividade*. São Paulo, Plêiade, 1995.

_____. *O verbo, uma abordagem léxico-semântica*. São Paulo, SP. Annablume, Fapesp, 2002.

VAN DIJK, T. A. *La Ciencia del Texto*. España, PAIDOS, 1978.

VARÓ, E. A. *3 Paradigmas de la Investigación Lingüística*. Alcoy, Editorial Marfil, 1990.

WEFFORT, F.C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro. Idéias e Personagens*. São Paulo. Ática, 2006.

Fragmentos da obra: O Mulato. Aluísio Azevedo (1881)

A Praça da Alegria apresentava um ar fúnebre. (...). Do outro lado da praça, uma negra velha, vergada por um imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: “Fígado, rins e coração!” Era uma vendedeira de fatos de boi. p.20

Um ou outro branco levado pela necessidade de sair, atravessava a rua, suado, vermelho, afogueado, à sombra de um enorme chapéu-de-sol. p.20

O governo – e o cônego inchava as palavras – o governo devia até tomar uma medida séria a esse respeito! Devia proibir aos cabras certos misteres!

- Mas, compadre...

Que conheçam seu lugar!

E o cônego transformava-se ao calor daquela indignação.

E então, parece já de pirraça – bradou – é nascer um moleque nas condições desse...

– E mostrava a carta, esmurrando-a: - Pode contar-se logo com um homem inteligente!

Deviam ser burros! Burros! Que só prestassem mesmo para nos servir! Malditos! p.33

O governo – e o cônego inchava as palavras – o governo devia até tomar uma medida séria a esse respeito! Devia proibir aos cabras certos misteres!

- Mas, compadre...

- Que conheçam seu lugar!

E o cônego transformava-se ao calor daquela indignação.

- E então, parece já de pirraça – bradou – é nascer um moleque nas condições desse... – E mostrava a carta, esmurrando-a: - Pode contar-se logo com um

homem inteligente! Deviam ser burros! Burros! Que só prestassem mesmo para nos servir! Malditos! p.33

Ora o quê, homem de Deus. Não diga asneiras! Pois você queria ver sua filha confessada, casada, por um negro? Você queria, seu Manuel, que a dona Anica beijasse a mão de um filho da Domingas? Se você viesse a ter netos queria que eles apanhassem palmatoadas de um professor mais negro que esta batina? Ora, seu compadre, você às vezes até parece tolo!

Manuel abaixou a cabeça derrotado. p.33

... E depois, pela associação natural das idéias, punha-se a lembrar do rosto pálido de Diogo. A despeito do ódio que lhe votava, achava-o bonito, com seu cabelo todo anelado, o sorriso terno e piedoso, olhos e lábios de uma expressão sensual e ao mesmo tempo religiosa. Esse contraste devia por força agradar às mulheres, vencê-las pelos mistérios, pelo incognoscível... p. 52

(...) Manuel e Mariana não se furtavam de apreciar aquela solicitude do bom padre. (...) Dispensavam-lhe um grande acolhimento; achavam-no meigo, jeitoso e simpático.

- É um santo homem! – dizia Manuel, convencido.

(...)

Por adulação não é, coitado! Todos sabem que o padre Diogo não precisa de migalhas.

(...)

Seguia-se uma longa resenha dos episódios louváveis da vida do santo vigário; citavam-se rasgos de abnegação, boas esmolas a criaturas desamparadas, perdões de ofensas graves, provas de amizade e provas de desinteresse. “Um santo! Um verdadeiro santo!”

(...) esperavam-no todas as tardes com café, e à noite, nos serões da família, marido e mulher não perdiam ocasião de contar as boas pilhérias do senhor vigário, glorificar-lhe as virtudes religiosas e recomendá-lo às visitas como um excelente amigo e magnífico protetor. p. 48-9

... Foi aquele malvado! Foi aquele padre do diabo! p. 54

- Mas afinal que acha você, compadre?... – disse ele, passando a carta ao cônego, depois de a ler.

- Que diabo posso achar?... A coisa está feita por si... Deixe correr o barco! Você não disse uma vez que queria entrar em negócio com a fazenda do Cancela? Não há melhor ocasião. Trate-a com o próprio dono... Mesmo as casas de São Pantaleão convinham-lhe... Olhe se ele as desse em conta, eu talvez ficasse com alguma.

- Mas o que eu digo, compadre, é se devo recebê-lo na qualidade de meu sobrinho...

- Sobrinho bastardo, está claro! Que diabo tem você com as cabeçadas de seu mano José?... Homessa! p.33

“Mas, com quem diabo ela conversaria àquela hora?...”

Conteve a impaciência e esperou de ouvido alerta.

“Não havia dúvida! A outra voz era de um homem!...”

Sem esperar mais nada, meteu ombros à porta e precipitou-se dentro do quarto, atirando-se com fúria sobre a esposa, que perdera os sentidos. p.45

Houve um silêncio ansioso. Ouvia-se o resfolegar dos dois homens. A situação dificultava-se; mas o vigário, recuperando o sangue-frio, ergueu-se, concertou as roupas e, apontando para o corpo da amante, disse com firmeza:

- Matou-a! Você é um criminoso!

- Cachorro! E tu?! Tu serás porventura menos criminoso do que eu?

- Perante as leis decerto! Porque você nunca poderá provar a minha suposta culpa e, se tentasse fazê-lo, a vergonha do fato recairia toda sobre sua própria cabeça; ao passo que eu, além do crime de injúria consumado na minha sagrada pessoa, sou testemunha do assassinio desta minha infeliz e inocente confessada, assassinio que facilmente documentarei com o corpo de delito que aqui está! p.46

- Vamos lá!... disse o padre afinal, sorrindo e batendo no ombro do português. – Tudo neste mundo se pode arranjar, com a divina ajuda de Deus... Só para a morte não há remédio! Se quiser, a defunta será sepultada com todas as formalidades civis e religiosas...

E, dando à voz um cunho particular de autoridade:

- Apenas, pelo meu silêncio sobre o crime, exijo em troca o seu para a minha culpa... Aceita? (grifo meu)

(...) p.46

O padre cumpriu a sua promessa: o cadáver enterrou-se na capela de São Brás, ao lado das suas vítimas; e todos os do lugar, até mesmo os de casa, atribuíram a morte de Quitéria ao espírito maligno que se lhe havia metido no corpo.

O vigário confirmava esses boatos e continuava a pastorar tranqüilamente o seu rebanho, sempre tido por homem de muita santidade e de grandes virtudes teologais. Os devotos continuaram a trazer-lhe, de muitas léguas de distância, os melhores bácoros, galinhas e perus de seus cercados. p. 46

... já todos o choravam como morto, e, pelos dias de mais risco, quando José delirava na sua febre, apareceu em casa do Manuel o pároco do Rosário, vinha, muito solícito, saber do estado do seu amigo José “do seu irmão”, dizia ele com uma grande piedade.

E daí não abandonava a casa. Prestava-se a um tudo, serviçal, discreto, às vezes choramingando porque lhe vedavam a entrada no quarto do enfermo. Manuel e Mariana não se furtavam de apreciar aquela solicitude do bom padre, o interesse com que ele chegava todos os dias para pedir notícias do amigo. Dispensavam-lhe um grande acolhimento; achavam-no meigo, jeitoso, simpático p.48.

- É um santo homem! – dizia Manuel, convencido.

Mariana confirmava, acrescentando em voz baixa:

- Por adulação não é, coitado! Todos sabem que o padre Diogo não precisa de migalhas!...

- É remediado de fortuna, pois não! Mas, olhe, que sabe aplicar bem o que possui...

Seguia-se uma longa resenha dos episódios louváveis da vida do santo vigário; citavam-se rasgos de abnegação, boas esmolas a criaturas desamparadas, perdões de ofensas graves, provas de amizade e provas de desinteresse. “Um santo! Um verdadeiro santo!”p. 48.

E assim foi o padre Diogo tomando pé em casa de Manuel e fazendo-se todo de lá. Já contavam com ele para padrinho de Ana Rosa; p. 49

(...) esperavam-no todas as tardes com café, e à noite, nos serões da família, marido e mulher não perdiam ocasião de contar as boas pilhérias do senhor vigário, glorificar-lhe as virtudes religiosas e recomendá-lo às visitas como um excelente amigo e magnífico protetor. p. 49

Um dia, em que ele, como sempre, cheio de solicitude, perguntava pelo “seu doente” disseram-lhe que José estava livre de maior perigo e que o restabelecimento seria completo com a viagem à Europa. Diogo sorriu aparentemente satisfeito; mas, se alguém lhe pudesse ouvir o que resmungava ao descer as escadas, ter-se-ia admirado de ouvir estas e outras frases:

- Diabo!... Querem ver que ainda não se vai, o maldito? ... E eu, que já o tinha por despachado!... p.49

Um vulto negro agitou-se por detrás do tronco de um ingazeiro, e uma bala, seguida pela detonação de um tiro, varou o peito de José da Silva. p. 53.

O crime foi atribuído aos mocambeiros, e o corpo de José da Silva enterrado junto à sepultura da mulher, ao lado da capela, que principiava a desmoronar

com a minguá dos antigos. A fazenda aos poucos se converteu em tapera, e lendas e superstições de todo o gênero se inventaram para explicar-lhe o abandono. O vigário do lugar, pessoa insuspeita e criteriosa, nem só confirmava o que diziam, como aconselhava a que não fossem lá. “Aquilo eram terras amaldiçoadas! p. 54.

Junho chegou, com as suas manhãs muito claras e muito brasileiras. É o mês mais bonito do Maranhão. Aparecem os primeiros ventos gerais, doidamente, que nem um bando solto de demônios travessos e brincalhões, que vão em troça percorrer a cidade, assoviando a quem passa, atirando ao ar o chapéu dos transeuntes, virando-lhes do avesso os guarda-sóis abertos, levantando as saias da mulheres e mostrando-lhes brejeiramente as pernas (...) p.97

(...) a sobre duas longas filas de mangueiras seculares, que iam terminar defronte da casa, formando sombrosa e úmida galeria, onde o sol penetrava horizontalmente, por entre os grossos troncos nodosos e encascados. Por uma e outra banda, sem ordem nem simetria, viam-se plantações, na maior parte úteis e bem-tratadas; destacava-se o verde alegre dos canteiros de hortaliças, donde voava um cheiro fresco de salsa e coentro. Mais para o interior do sítio, encontravam-se tanques cheios, esverdeados de limo; sinuosas calhas esgalhavam, suspensas por estacas de acapu, levando água para todos os lados; extensas latadas vergavam ao peso das abóboras, dos jerimuns e dos maracujás de diversos tamanhos, desde o da laranja até o da melancia. Ainda mais para o interior, destacavam-se, em qualquer dia do ano, o verde-escuro e lustrosos das jaqueiras colossais e das árvores da fruta-pão ambas, com suas folhas grandes e recortadas caprichosamente, contrastando com as massas fuscas da folhagem miudinha dos eternos tamarindeiros, com os tons dourados do pé de cajá e com os altivos jenipapeiros, as graciosas pitombeiras, cercados de goiabais floridos e cheirosos. Em outros pontos adivinhavam-se olhos d’água pela abundância das juçareiras. Parasitas de mil espécies enfeitavam com suas flores, extravagantes e admiráveis, as árvores e os pombais, numa variedade

prodigiosa de cores. E por toda parte doidejavam cantando, os passarinhos, e saltitavam rolas, a mariscar na relva.p.100

Quanto a isso... – acrescentou o lobo velho, apontando, desdenhoso, com o beijo, o ventre da afillhada -, eu me encarregarei de lhe dar remédio para... p.199

- Bom! – murmurou misteriosamente o padre ao companheiro. – Siga-o, mas em distância que não seja percebido... E, se ele se demorar muito na rua, faça o que lhe disse! Tome!

E passou-lhe, sem levantar o braço, um objeto, que o Dia teve escrúpulos em receber.

(...)

- Não seja tolo! Aproveite a única ocasião boa, que Deus lhe oferece! Faça o que lhe disse, será rico e feliz! Audaces fortuna juvat!... ‘A sorte ajuda os valentes’.

(...)

...O outro é simplesmente um intruso que lhe surge pela frente, é um especulador de ocasião, é um aventureiro que quer apoderar-se daquilo que você ganhou!O que pois lhe compete fazer? Repeli-lo! Fizeram-se-lhe todas as admoestações; ele insiste, mate-o! Qual é o direito dele? Nenhum! Um negro forro à pia não pode aspirar à mão de uma senhora branca e rica! É um crime! É um crime, que o facínora quer, a todo transe perpetrar contra a nossa sociedade e especialmente contra a família do homem a e especialmente contra a família que, por bem dizer, já é sua... p. 211-213.

E no círculo do seu nojo, implacável e extenso, entrava o seu país, e quem este primeiro povoou, e quem então e agora o governava, e seu pai, que o fizera nascer escravo, e sua mãe, que colaborara nesse crime. “Pois então de nada lhe valia ter sido bem-educado e instruído; de nada lhe valia ser bom e honesto?...” Pois naquela odiosa província, seus conterrâneos veriam nele,

eternamente, uma criatura desprezível, a quem repelem todos do seu seio?... E vinham-lhe então, nítidas à luz crua seu desalento, as mais rasteiras perversidades do Maranhão; as conversas de porta da botica, as pequeninas intrigas que lhe chegavam aos ouvidos opor intermédio de entes ociosos e abjetos, a quem ele nunca olhara senão com desprezo. E toda essa miséria, toda essa imundícia, que até então se lhe revelava aos bocadinhos, fazia agora uma grande nuvem negra no seu espírito, porque, gota a gota a tempestade se formara. p.156

(...).fazia agora uma grande nuvem negra no seu espírito.Fazia grande silêncio nas ruas; ao longe ladrava tristemente um cão, e, de vez em quando, ouviam-se ecos de uma música distante. E Raimundo, ali, no desconforto do seu quarto, sentia-se mais só do que nunca; sentia-se estrangeiro na sua própria terra, desprezado e perseguido ao mesmo tempo. “ E tudo, por quê?... , pensava ele, “porque sucedera sua mãe não ser branca!... Mas do que servira então ter-se instruído e educado com tanto esmero? Do que servira a sua conduta reta e a inteireza do seu caráter?... Para que se conservou imaculado?...Para que diabo tivera ele a pretensão de fazer de si um homem útil e sincero?...” E Raimundo revoltava-se. “Pois, melhores que fossem as suas intenções, todos ali evitavam, porque a sua pobre mãe era preta e fora escrava? Mas que culpa tinha ele em não ser branco e não ter nascido livre?... Não lhe permitiam casar com uma branca? Ah! Amaldiçoada fosse aquela maldita raça de contrabandistas que introduziu o africano no Brasil! Maldita! Mil vezes maldita! Como ele quantos desgraçados não sofriam o mesmo desespero e a mesma humilhação sem remédio? E quantos outros não gemiam no tronco, debaixo do relho? E lembrar-se que ainda havia surra e assassínios irresponsáveis, tanto nas fazendas como nas capitais!...Lembrar-se de que ainda nasciam cativos, porque muitos fazendeiros, apalavrados com o vigário da freguesia, batizavam ingênuos como nascidos antes da lei do ventre livre!... Lembrar-se que a conseqüência de tanta perversidade seria uma geração de infelizes, que teriam de passar por aquele inferno em que ele agora se debatia vencido! E ainda o

governo tinha escrúpulo de acabar por uma vez com a escravatura: ainda dizia descaradamente que o negro era uma propriedade, como se o roubo, por ser comprado e revendido, em primeira mão ou segunda, ou em milésima, deixasse por isso de ser um roubo para ser uma propriedade!” p. 172

. Manuelzinho, cravo roxo,
 Me desculpe a impertinência;
 Se puder dar, eu aceito,
 Se não puder – paciência!
 Seu lanceiro da Bahia,
 Casaquinha do Pará
 A gente recebe o coice
 Conforme a besta que o dá!
 O vinho é sangue de Cristo,
 É alma de Satanás;
 É sangue quando ele é pouco,
 É alma quando é demais!

Meus senhores e nhás donas,
 Vou-me embora de partida.
 Deus lhes dê muita fortuna
 E muitos anos de vida!

E virou-se de costas e retirou-se, a dançar, cantando uma passagem do bumba-meu-boi:

“Isso não, isso não pode sê...
 “Isso não, isso não pode sê...
 A filha do meu amo casar com você!...
 O caboclo me prendeu,
 Meu amor!
 Foi tão certa da razão,
 Coração!
 Que o cabo...

Sinhá, me dê qualquer coisa,
 Inda que só uma banana,
 Que a barriga é bicho burro,
 Com qualquer coisa s'engana!... p.108

o hino dos borrascos:
 Eu não quero que ninguém me prenda:
 Aihée!
 Debaixo do meu pifão
 Quando fores de noite à rua,
 Leva cheio o garrafão!
 Seu soldado não me prenda,
 Não me leve pro quarté!
 Eu não vim fazer barulho,
 Vim buscar minha mulhé!
 Aihée!
 p.117

Veja se consegue, reverendo! Olhe, lembra-me até que seria melhor desistir de tal compra da fazenda... Essa gente, quando não tiswa, suja! Não imagina a arrelia que me faz vê-lo todo o santo dia à mesa da janta ao lado de minha neta!... p.132

Ao anoitecer saltaram na Vila do Rosário, em companhia de um antigo conhecido de Manuel, ali residente havia um bom par de anos. Era um portuguesinho de meia-idade, falador, vivo, brasileiro nos costumes e trigueiro como um caboclo.

Ouviam-se mastigar as torradas e sorver, aos golinhos, o chocolate quente.

Doutor – exclamou o cônego, procurando espetar com o garfo uma fatia de um bolo de tapioca. – Prove ao menos do nosso “Bolo de mandioca”.

Não é mau... – disse Raimundo, fazendo-lhe a vontade.- Muito saboroso, mas parece-me um tanto pesado...

É de substância – acrescentou Maria Bárbara. – Faz-se de tapioca de forno e ovos.

(...) Olhe, meu Sebastião, aqui no Brasil vale mais a pena ser estrangeiro que filho da terra!... Você não está vendo todos os dias os nacionais perseguidos e desrespeitados,

ao passo que os portugueses vão se enchendo, vão se enchendo, e as duas por três são comendadores, são barões, são tudo! p.170